

# A3ES

Agência de Avaliação  
e Acreditação  
do Ensino Superior

## Os Autores

### Margarida M. Pinheiro

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e investigadora do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF).

### Isabel Machado

Professora do Instituto Português de Administração de Marketing, Universidade Europeia, Laureate International Universities e investigadora do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES).

### Claudia S. Sarrico

Professora Associada com Agregação do ISEG Lisbon School of Economics and Management, Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES).

## A Obra

O presente estudo analisa e caracteriza o corpo docente que leciona em ambos os sub-sistemas de ensino superior (universitário e politécnico) e em ambos os setores de ensino (público e privado) em todas as Instituições de Ensino Superior portuguesas. Para além de uma caracterização global do corpo docente, o estudo está também organizado por CNAEF (Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação) a 2 dígitos, ou seja, por cada uma das 22 áreas existentes. Com a presente investigação pretendemos contribuir para definir o perfil (pessoal, académico, profissional e de investigação) de quem leciona no ensino superior português (no seu todo e por área específica) e trazer apor para o debate sobre a qualidade e a avaliação que é feita da mesma ao nível da formação superior em Portugal.

## CARATERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Margarida M. Pinheiro  
Isabel Machado  
Cláudia S. Sarrico

# A3ES

---

Agência de Avaliação  
e Acreditação  
do Ensino Superior

---

---

## **CARATERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE** DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

---

Margarida M. Pinheiro  
Isabel Machado  
Cláudia S. Sarrico

**A3ES** READINGS

## FICHA TÉCNICA

**Autor(es):** Pinheiro, Margarida M.; Machado, Isabel; Sarrico, Cláudia S.;

**Título:** CARATERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DAS ÁREAS  
DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

**Data:** 2018

**Editor:** Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior  
Praça de Alvalade, n.º 6 – 5.º Frente  
1700-036 LISBOA  
**www.a3es.pt**  
**a3es@a3es.pt**

**Colecção/Série:** A3ES READINGS N.º15

**Design gráfico/capa:** Ângela Calheiros

**Impressão:** Maiadouro

**Depósito Legal:** 441046/18

**ISBN:** 978-989-98511-8-4

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA</b>	<b>3</b>
2.1. DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS	3
2.2. ESPECIFICAÇÃO DA ANÁLISE ESTATÍSTICA	7
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DAS IES PORTUGUESAS</b>	<b>9</b>
3.1. CARATERIZAÇÃO GLOBAL	9
3.1.1 PERFIL PESSOAL	9
3.1.2. PERFIL ACADÉMICO	13
3.1.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	17
3.1.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	19
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE POR ÁREAS DE ESTUDO (CNAEF A 2 DÍGITOS)</b>	<b>21</b>
4.1. CNAEF14 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES/FORMADORES E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	21
4.1.1. PERFIL PESSOAL	21
4.1.2. PERFIL ACADÉMICO	25
4.1.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	30
4.1.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	31
4.2. CNAEF21 - ARTES	33
4.2.1. PERFIL PESSOAL	33
4.2.2. PERFIL ACADÉMICO	36
4.2.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	41
4.2.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	42
4.3. CNAEF22 - HUMANIDADES	43
4.3.1. PERFIL PESSOAL	43
4.3.2. PERFIL ACADÉMICO	47
4.3.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	51
4.3.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	52
4.4. CNAEF31 - CIÊNCIAS SOCIAIS E DO COMPORTAMENTO	54
4.4.1. PERFIL PESSOAL	54
4.4.2. PERFIL ACADÉMICO	58
4.4.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	63
4.4.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	64
4.5. CNAEF32 - INFORMAÇÃO E JORNALISMO	65
4.5.1. PERFIL PESSOAL	65
4.5.2. PERFIL ACADÉMICO	69
4.5.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	74
4.5.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	75

4.6. CNAEF34 – CIÊNCIAS EMPRESARIAIS	76
4.6.1. PERFIL PESSOAL	76
4.6.2. PERFIL ACADÊMICO	80
4.6.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	85
4.6.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	86
4.7. CNAEF38 – DIREITO	87
4.7.1. PERFIL PESSOAL	87
4.7.2. PERFIL ACADÊMICO	91
4.7.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	95
4.7.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	96
4.8. CNAEF42 – CIÊNCIAS DA VIDA	98
4.8.1. PERFIL PESSOAL	98
4.8.2. PERFIL ACADÊMICO	102
4.8.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	106
4.8.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	107
4.9. CNAEF44 – CIÊNCIAS FÍSICAS	108
4.9.1. PERFIL PESSOAL	108
4.9.2. PERFIL ACADÊMICO	112
4.9.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	116
4.9.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	117
4.10. CNAEF46 – MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	118
4.10.1. PERFIL PESSOAL	118
4.10.2. PERFIL ACADÊMICO	122
4.10.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	126
4.10.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	127
4.11. CNAEF48 – INFORMÁTICA	128
4.11.1. PERFIL PESSOAL	128
4.11.2. PERFIL ACADÊMICO	132
4.11.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	136
4.11.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	137
4.12. CNAEF52 – ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS	139
4.12.1. PERFIL PESSOAL	139
4.12.2. PERFIL ACADÊMICO	142
4.12.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	146
4.12.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	147
4.13. CNAEF54 – INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	149
4.13.1. PERFIL PESSOAL	149
4.13.2. PERFIL ACADÊMICO	153
4.13.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	156
4.13.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	157

4.14. CNAEF58 – ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO	159
4.14.1. PERFIL PESSOAL	159
4.14.2. PERFIL ACADÊMICO	162
4.14.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	166
4.14.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	167
4.15. CNAEF62 – AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	169
4.15.1. PERFIL PESSOAL	169
4.15.2. PERFIL ACADÊMICO	172
4.15.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	176
4.15.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	177
4.16. CNAEF64 – CIÊNCIAS VETERINÁRIAS	179
4.16.1. PERFIL PESSOAL	179
4.16.2. PERFIL ACADÊMICO	183
4.16.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	187
4.16.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	188
4.17. CNAEF72 – SAÚDE	190
4.17.1. PERFIL PESSOAL	190
4.17.2. PERFIL ACADÊMICO	193
4.17.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	197
4.17.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	198
4.18. CNAEF76 – SERVIÇOS SOCIAIS	201
4.18.1. PERFIL PESSOAL	201
4.18.2. PERFIL ACADÊMICO	204
4.18.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	208
4.18.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	208
4.19. CNAEF81 – SERVIÇOS PESSOAIS	210
4.19.1. PERFIL PESSOAL	210
4.19.2. PERFIL ACADÊMICO	214
4.19.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	218
4.19.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	219
4.20. CNAEF84 – SERVIÇOS DE TRANSPORTE	221
4.20.1. PERFIL PESSOAL	221
4.20.2. PERFIL ACADÊMICO	225
4.20.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	229
4.20.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	230
4.21. CNAEF85 – PROTEÇÃO DO AMBIENTE	231
4.21.1. PERFIL PESSOAL	231
4.21.2. PERFIL ACADÊMICO	235
4.21.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	238
4.21.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	239

4.22. CNAEF86 – SERVIÇOS DE SEGURANÇA	241
4.22.1. PERFIL PESSOAL	241
4.22.2. PERFIL ACADÊMICO	244
4.22.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	248
4.22.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	249
<b>5. COMPARAÇÃO ENTRE ÁREAS CNAEF</b>	<b>251</b>
5.1 PERFIL PESSOAL	252
5.2. PERFIL ACADÊMICO	260
5.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	266
5.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	267
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>269</b>
<b>7. ANEXO 1 – FICHA CURRICULAR DO DOCENTE</b>	<b>271</b>
<b>8. REFERÊNCIAS</b>	<b>272</b>

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

### TABELAS

Tabela 1 - Áreas de ensino CNAEF (2 dígitos)	3
Tabela 2 - Perfis de análise: pessoal, acadêmico, de investigação científica e de experiência profissional	4
Tabela 3 - GERAL: Corpo docente por gênero	9
Tabela 4 - GERAL: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	11
Tabela 5 - GERAL: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	12
Tabela 6 - GERAL: Corpo docente por regime de tempo	12
Tabela 7 - GERAL: Corpo docente por grau acadêmico mais elevado	13
Tabela 8 - GERAL: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau acadêmico	14
Tabela 9 - GERAL: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	14
Tabela 10 - GERAL: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	15
Tabela 11 - GERAL: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	16
Tabela 12 - GERAL: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	17
Tabela 13 - GERAL: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	18
Tabela 14 - GERAL: Corpo docente por referências de experiência acadêmica	19
Tabela 15 - GERAL: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica	20
Tabela 16 - CNAEF14: Corpo docente por gênero	21
Tabela 17 - CNAEF14: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	23
Tabela 18 - CNAEF14: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	24
Tabela 19 - CNAEF14: Corpo docente por regime de tempo	25
Tabela 20 - CNAEF14: Corpo docente por grau acadêmico mais elevado	26
Tabela 21 - CNAEF14: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau acadêmico	26
Tabela 22 - CNAEF14: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	27
Tabela 23 - CNAEF14: Área da licenciatura	27
Tabela 24 - CNAEF14: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	28
Tabela 25 - CNAEF14: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	28
Tabela 26 - CNAEF14: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	29
Tabela 27 - CNAEF14: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	30
Tabela 28 - CNAEF14: Corpo docente por referências de experiência acadêmica	31
Tabela 29 - CNAEF14: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica	32
Tabela 30 - CNAEF21: Corpo docente por gênero	33
Tabela 31 - CNAEF21: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	34
Tabela 32 - CNAEF21: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	35
Tabela 33 - CNAEF21: Corpo docente por regime de tempo	36

Tabela 34 - CNAEF21: Corpo docente por grau académico mais elevado	37
Tabela 35 - CNAEF21:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	37
Tabela 36 - CNAEF21: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	38
Tabela 37 - CNAEF21: Área da licenciatura	38
Tabela 38 - CNAEF21: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	39
Tabela 39 - CNAEF21: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	39
Tabela 40 - CNAEF21: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	40
Tabela 41 - CNAEF21: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	41
Tabela 42 - CNAEF21: Corpo docente por referências de experiência académica	42
Tabela 43 - CNAEF21: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	43
Tabela 44 - CNAEF22: Corpo docente por género	44
Tabela 45 - CNAEF22: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	45
Tabela 46 - CNAEF22: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	46
Tabela 47 - CNAEF22: Corpo docente por regime de tempo	46
Tabela 48 - CNAEF22: Corpo docente por grau académico mais elevado	47
Tabela 49 - CNAEF22:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	48
Tabela 50 - CNAEF22: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	48
Tabela 51 - CNAEF22: Área da licenciatura	49
Tabela 52 - CNAEF22: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	49
Tabela 53 - CNAEF22: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	50
Tabela 54 - CNAEF22: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	51
Tabela 55 - CNAEF22: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	52
Tabela 56 - CNAEF22: Corpo docente por referências de experiência académica	53
Tabela 57 - CNAEF22: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	54
Tabela 58 - CNAEF31: Corpo docente por género	55
Tabela 59 - CNAEF31: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	56
Tabela 60 - CNAEF31: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	57
Tabela 61 - CNAEF31: Corpo docente por regime de tempo	58
Tabela 62 - CNAEF31: Corpo docente por grau académico mais elevado	59
Tabela 63 - CNAEF31:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	59
Tabela 64 - CNAEF31: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	60
Tabela 65 - CNAEF31: Área da licenciatura	60
Tabela 66 - CNAEF31: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	61
Tabela 67 - CNAEF31: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	61
Tabela 68 - CNAEF31: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	62
Tabela 69 - CNAEF31: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	63
Tabela 70 - CNAEF31: Corpo docente por referências de experiência académica	64
Tabela 71 - CNAEF31: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	65
Tabela 72 - CNAEF32: Corpo docente por género	66
Tabela 73 - CNAEF32: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	67

Tabela 74 - CNAEF32: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	68
Tabela 75 - CNAEF32: Corpo docente por regime de tempo	69
Tabela 76 - CNAEF32: Corpo docente por grau académico mais elevado	70
Tabela 77 - CNAEF32:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	70
Tabela 78 - CNAEF32: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	71
Tabela 79 - CNAEF32: Área da licenciatura	71
Tabela 80 - CNAEF32: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	72
Tabela 81 - CNAEF32: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	72
Tabela 82 - CNAEF32: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	73
Tabela 83 - CNAEF32: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	74
Tabela 84 - CNAEF32: Corpo docente por referências de experiência académica	75
Tabela 85 - CNAEF32: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	76
Tabela 86 - CNAEF34: Corpo docente por género	77
Tabela 87 - CNAEF34: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	78
Tabela 88 - CNAEF34: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	79
Tabela 89 - CNAEF34: Corpo docente por regime de tempo	79
Tabela 90 - CNAEF34: Corpo docente por grau académico mais elevado	80
Tabela 91 - CNAEF34:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	81
Tabela 92 - CNAEF34: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	81
Tabela 93 - CNAEF34: Área da licenciatura	82
Tabela 94 - CNAEF34: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	83
Tabela 95 - CNAEF34: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	83
Tabela 96 - CNAEF34: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	84
Tabela 97 - CNAEF34: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	85
Tabela 98 - CNAEF34: Corpo docente por referências de experiência académica	86
Tabela 99 - CNAEF34: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	87
Tabela 100 - CNAEF38: Corpo docente por género	88
Tabela 101 - CNAEF38: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	89
Tabela 102 - CNAEF38: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	90
Tabela 103 - CNAEF38: Corpo docente por regime de tempo	90
Tabela 104 - CNAEF38: Corpo docente por grau académico mais elevado	91
Tabela 105 - CNAEF38:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	92
Tabela 106 - CNAEF38: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	92
Tabela 107 - CNAEF38: Área da licenciatura	93
Tabela 108 - CNAEF38: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	93
Tabela 109 - CNAEF38: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	94
Tabela 110 - CNAEF38: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	95
Tabela 111 - CNAEF38: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	96
Tabela 112 - CNAEF38: Corpo docente por referências de experiência académica	97
Tabela 113 - CNAEF38: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	98

Tabela 114 - CNAEF42: Corpo docente por género	99
Tabela 115 - CNAEF42: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	100
Tabela 116 - CNAEF42: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	101
Tabela 117 - CNAEF42: Corpo docente por regime de tempo	101
Tabela 118 - CNAEF42: Corpo docente por grau académico mais elevado	102
Tabela 119 - CNAEF42: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	103
Tabela 120 - CNAEF42: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	103
Tabela 121 - CNAEF42: Área da licenciatura	104
Tabela 122 - CNAEF42: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	104
Tabela 123 - CNAEF42: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	105
Tabela 124 - CNAEF42: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	105
Tabela 125 - CNAEF42: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	106
Tabela 126 - CNAEF42: Corpo docente por referências de experiência académica	107
Tabela 127 - CNAEF42: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	108
Tabela 128 - CNAEF44: Corpo docente por género	109
Tabela 129 - CNAEF44: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	110
Tabela 130 - CNAEF44: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	111
Tabela 131 - CNAEF44: Corpo docente por regime de tempo	111
Tabela 132 - CNAEF44: Corpo docente por grau académico mais elevado	112
Tabela 133 - CNAEF44: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	113
Tabela 134 - CNAEF44: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	113
Tabela 135 - CNAEF44: Área da licenciatura	114
Tabela 136 - CNAEF44: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	114
Tabela 137 - CNAEF44: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	115
Tabela 138 - CNAEF44: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	115
Tabela 139 - CNAEF44: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	116
Tabela 140 - CNAEF44: Corpo docente por referências de experiência académica	117
Tabela 141 - CNAEF44: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	118
Tabela 142 - CNAEF46: Corpo docente por género	119
Tabela 143 - CNAEF46: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	120
Tabela 144 - CNAEF46: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	121
Tabela 145 - CNAEF46: Corpo docente por regime de tempo	121
Tabela 146 - CNAEF46: Corpo docente por grau académico mais elevado	122
Tabela 147 - CNAEF46: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	123
Tabela 148 - CNAEF46: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	123
Tabela 149 - CNAEF46: Área da licenciatura	124
Tabela 150 - CNAEF46: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	124
Tabela 151 - CNAEF46: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	125
Tabela 152 - CNAEF46: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	125

Tabela 153 - CNAEF46: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	126
Tabela 154 - CNAEF46: Corpo docente por referências de experiência académica	127
Tabela 155 - CNAEF46: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	128
Tabela 156 - CNAEF48: Corpo docente por género	129
Tabela 157 - CNAEF48: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	130
Tabela 158 - CNAEF48: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	131
Tabela 159 - CNAEF48: Corpo docente por regime de tempo	131
Tabela 160 - CNAEF48: Corpo docente por grau académico mais elevado	132
Tabela 161 - CNAEF48: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	133
Tabela 162 - CNAEF48: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	133
Tabela 163 - CNAEF48: Área da licenciatura	134
Tabela 164 - CNAEF48: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	134
Tabela 165 - CNAEF48: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	135
Tabela 166 - CNAEF48: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	136
Tabela 167 - CNAEF48: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	137
Tabela 168 - CNAEF48: Corpo docente por referências de experiência académica	138
Tabela 169 - CNAEF48: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	138
Tabela 170 - CNAEF52: Corpo docente por género	139
Tabela 171 - CNAEF52: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	140
Tabela 172 - CNAEF52: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	141
Tabela 173 - CNAEF52: Corpo docente por regime de tempo	142
Tabela 174 - CNAEF52: Corpo docente por grau académico mais elevado	142
Tabela 175 - CNAEF52: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	143
Tabela 176 - CNAEF52: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	143
Tabela 177 - CNAEF52: Área da licenciatura	144
Tabela 178 - CNAEF52: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	144
Tabela 179 - CNAEF52: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	145
Tabela 180 - CNAEF52: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	146
Tabela 181 - CNAEF52: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	147
Tabela 182 - CNAEF52: Corpo docente por referências de experiência académica	148
Tabela 183 - CNAEF52: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	149
Tabela 184 - CNAEF54: Corpo docente por género	150
Tabela 185 - CNAEF54: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	151
Tabela 186 - CNAEF54: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	152
Tabela 187 - CNAEF54: Corpo docente por regime de tempo	152
Tabela 188 - CNAEF54: Corpo docente por grau académico mais elevado	153
Tabela 189 - CNAEF54: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	153
Tabela 190 - CNAEF54: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	154
Tabela 191 - CNAEF54: Área da licenciatura	154



Tabela 192 - CNAEF54: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	155
Tabela 193 - CNAEF54: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	155
Tabela 194 - CNAEF54: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	156
Tabela 195 - CNAEF54: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	157
Tabela 196 - CNAEF54: Corpo docente por referências de experiência académica	158
Tabela 197 - CNAEF54: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	158
Tabela 198 - CNAEF58: Corpo docente por género	159
Tabela 199 - CNAEF58: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	160
Tabela 200 - CNAEF58: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	161
Tabela 201 - CNAEF58: Corpo docente por regime de tempo	162
Tabela 202 - CNAEF58: Corpo docente por grau académico mais elevado	162
Tabela 203 - CNAEF58:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	163
Tabela 204 - CNAEF58: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	163
Tabela 205 - CNAEF58: Área da licenciatura	164
Tabela 206 - CNAEF58: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	164
Tabela 207 - CNAEF58: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	165
Tabela 208 - CNAEF58: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	166
Tabela 209 - CNAEF58: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	167
Tabela 210 - CNAEF58: Corpo docente por referências de experiência académica	168
Tabela 211 - CNAEF58: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	168
Tabela 212 - CNAEF62: Corpo docente por género	169
Tabela 213 - CNAEF62: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	170
Tabela 214 - CNAEF62: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	171
Tabela 215 - CNAEF62: Corpo docente por regime de tempo	172
Tabela 216 - CNAEF62: Corpo docente por grau académico mais elevado	173
Tabela 217 - CNAEF62:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	173
Tabela 218 - CNAEF62: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	174
Tabela 219 - CNAEF62: Área da licenciatura	174
Tabela 220 - CNAEF62: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	175
Tabela 221 - CNAEF62: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	175
Tabela 222 - CNAEF62: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	176
Tabela 223 - CNAEF62: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	177
Tabela 224 - CNAEF62: Corpo docente por referências de experiência académica	178
Tabela 225 - CNAEF62: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	179
Tabela 226 - CNAEF64: Corpo docente por género	180
Tabela 227 - CNAEF64: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	181
Tabela 228 - CNAEF64: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	182
Tabela 229 - CNAEF64: Corpo docente por regime de tempo	182
Tabela 230 - CNAEF64: Corpo docente por grau académico mais elevado	183
Tabela 231 - CNAEF64:	

Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	184
Tabela 232 - CNAEF64: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	184
Tabela 233 - CNAEF64: Área da licenciatura	185
Tabela 234 - CNAEF64: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	185
Tabela 235 - CNAEF64: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	186
Tabela 236 - CNAEF64: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	186
Tabela 237 - CNAEF64: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	187
Tabela 238 - CNAEF64: Corpo docente por referências de experiência académica	188
Tabela 239 - CNAEF64: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	189
Tabela 240 - CNAEF72: Corpo docente por género	190
Tabela 241 - CNAEF72: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	191
Tabela 242 - CNAEF72: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	192
Tabela 243 - CNAEF72: Corpo docente por regime de tempo	193
Tabela 244 - CNAEF72: Corpo docente por grau académico mais elevado	193
Tabela 245 - CNAEF72:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	194
Tabela 246 - CNAEF72: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	194
Tabela 247 - CNAEF72: Área da licenciatura	195
Tabela 248 - CNAEF72: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	195
Tabela 249 - CNAEF72: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	196
Tabela 250 - CNAEF72: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	197
Tabela 251 - CNAEF72: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	198
Tabela 252 - CNAEF72: Corpo docente por referências de experiência académica	199
Tabela 253 - CNAEF72: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	200
Tabela 254 - CNAEF76: Corpo docente por género	201
Tabela 255 - CNAEF76: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	202
Tabela 256 - CNAEF76: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	203
Tabela 257 - CNAEF76: Corpo docente por regime de tempo	203
Tabela 258 - CNAEF76: Corpo docente por grau académico mais elevado	204
Tabela 259 - CNAEF76:	
Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	204
Tabela 260 - CNAEF76: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	205
Tabela 261 - CNAEF76: Área da licenciatura	205
Tabela 262 - CNAEF76: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	206
Tabela 263 - CNAEF76: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	206
Tabela 264 - CNAEF76: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	207
Tabela 265 - CNAEF76: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	208
Tabela 266 - CNAEF76: Corpo docente por referências de experiência académica	209
Tabela 267 - CNAEF76: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	209
Tabela 268 - CNAEF81: Corpo docente por género	210
Tabela 269 - CNAEF81: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	212
Tabela 270 - CNAEF81: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	213



Tabela 271 - CNAEF81: Corpo docente por regime de tempo	213
Tabela 272 - CNAEF81: Corpo docente por grau académico mais elevado	214
Tabela 273 - CNAEF81: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	215
Tabela 274 - CNAEF81: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	215
Tabela 275 - CNAEF81: Área da licenciatura	216
Tabela 276 - CNAEF81: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	216
Tabela 277 - CNAEF81: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	217
Tabela 278 - CNAEF81: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	218
Tabela 279 - CNAEF81: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	219
Tabela 280 - CNAEF81: Corpo docente por referências de experiência académica	220
Tabela 281 - CNAEF81: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	221
Tabela 282 - CNAEF84: Corpo docente por género	222
Tabela 283 - CNAEF84: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	223
Tabela 284 - CNAEF84: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	224
Tabela 285 - CNAEF84: Corpo docente por regime de tempo	224
Tabela 286 - CNAEF84: Corpo docente por grau académico mais elevado	225
Tabela 287 - CNAEF84: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	226
Tabela 288 - CNAEF84: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	226
Tabela 289 - CNAEF84: Área da licenciatura	227
Tabela 290 - CNAEF84: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	227
Tabela 291 - CNAEF84: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	228
Tabela 292 - CNAEF84: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	228
Tabela 293 - CNAEF84: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	229
Tabela 294 - CNAEF84: Corpo docente por referências de experiência académica	230
Tabela 295 - CNAEF84: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	231
Tabela 296 - CNAEF85: Corpo docente por género	232
Tabela 297 - CNAEF85: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	233
Tabela 298 - CNAEF85: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	234
Tabela 299 - CNAEF85: Corpo docente por regime de tempo	234
Tabela 300 - CNAEF85: Corpo docente por grau académico mais elevado	235
Tabela 301 - CNAEF85: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	235
Tabela 302 - CNAEF85: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	236
Tabela 303 - CNAEF85: Área da licenciatura	236
Tabela 304 - CNAEF85: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	237
Tabela 305 - CNAEF85: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	237
Tabela 306 - CNAEF85: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	238
Tabela 307 - CNAEF85: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	239
Tabela 308 - CNAEF85: Corpo docente por referências de experiência académica	240
Tabela 309 - CNAEF85: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	240

Tabela 310 - CNAEF86: Corpo docente por género	241
Tabela 311 - CNAEF86: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)	242
Tabela 312 - CNAEF86: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)	243
Tabela 313 - CNAEF86: Corpo docente por regime de tempo	243
Tabela 314 - CNAEF86: Corpo docente por grau académico mais elevado	244
Tabela 315 - CNAEF86: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico	245
Tabela 316 - CNAEF86: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	245
Tabela 317 - CNAEF86: Área da licenciatura	246
Tabela 318 - CNAEF86: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário	246
Tabela 319 - CNAEF86: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico	247
Tabela 320 - CNAEF86: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura	247
Tabela 321 - CNAEF86: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica	248
Tabela 322 - CNAEF86: Corpo docente por referências de experiência académica	249
Tabela 323 - CNAEF86: Corpo docente por referências de experiência extra-académica	250

## GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: subsistemas	252
Gráfico 2 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: subsectores	253
Gráfico 3 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: género	254
Gráfico 4 - Distribuição por CNAEF da % de professores associados e catedráticos de carreira	255
Gráfico 5 – Distribuição por CNAEF da % de professores convidados e visitantes, nas categorias de catedrático, associado e auxiliar	256
Gráfico 6 - Distribuição por CNAEF da % de professores de carreira (relativamente ao número de docentes)	257
Gráfico 7 - Distribuição por CNAEF da % de professores coordenadores de carreira (relativamente ao número de professores de carreira)	258
Gráfico 8 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: regime de tempo	259
Gráfico 9 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: último grau académico	260
Gráfico 10 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: local de obtenção do último grau académico	261
Gráfico 11 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: período de obtenção da licenciatura (proxy da idade)	262
Gráfico 12 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: endogamia do último grau, ensino universitário	263
Gráfico 13 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: endogamia do último grau, ensino politécnico	264
Gráfico 14 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: instituição conferente da licenciatura	265
Gráfico 15 - Distribuição das referências de investigação por CNAEF: internacionalização da investigação	266
Gráfico 16 - Distribuição do corpo docente por CNAEF: experiência profissional	267

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
CNAEF	Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação
IES	Instituição/ões de Ensino Superior

## 1. INTRODUÇÃO

A promoção da melhoria contínua da qualidade do desempenho das Instituições de Ensino Superior (IES) constitui-se como um objetivo primordial da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), nomeadamente no que se refere às questões da avaliação da qualidade e à acreditação das instituições e dos seus ciclos de estudos, que insiram Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior (A3ES, 2015).

Com estas preocupações na ordem do dia, os modelos utilizados para analisar o cumprimento legal destes objetivos são ponderados a partir de vários indicadores que têm por base um conjunto de informações recolhidas junto do corpo docente de todas as IES nacionais. Neste contexto, enquanto ao nível do ensino universitário são considerados os Estatutos da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a), ao nível do ensino politécnico são considerados os Estatutos da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b).

Motivados pela evidência empírica relativa ao caso português sustentada no primeiro (e, à data, único) censo nacional de acreditação de cursos, propomo-nos, com o presente estudo, a caracterizar o corpo docente que leciona em ambos os subsistemas de ensino (universitário e politécnico) e em ambos os setores de ensino (público e privado), em todas as IES portuguesas. Os indicadores utilizados incorporam perfis de análise pessoal, académico, de investigação científica e de experiência profissional. Por forma a permitir um conhecimento mais específico de cada área de estudo, foi ainda utilizada a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) (DGES - Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, 2005). Assim, para além de uma caracterização global do corpo docente, o presente estudo está também organizado por CNAEF a 2 dígitos, ou seja, por cada uma das 22 áreas existentes, identificada através do grau académico mais elevado concluído pelo docente.

Para além de nos propormos contribuir para definir o retrato de quem leciona no ensino superior português (no seu todo e por área específica), trazendo apor para o debate sobre a qualidade e a avaliação que é feita da mesma ao nível da formação superior em Portugal, consideramos que as implicações práticas do presente estudo permitem às IES analisarem a sua posição face ao panorama nacional das que se constituem como seus pares. Desta forma e como consequência, a análise efetuada poderá constituir-se, a um nível mais macro, como instrumento de diagnóstico para a melhoria da qualidade das IES e, a um nível mais micro, como informação detalhada sobre cada área de formação. Num campo mais vasto, consideramos que as implicações sociais deste trabalho podem encontrar eco junto dos responsáveis pelo ensino superior ao alertarem para os efeitos das ações que são tomadas em termos de modelos e formalismos legais, preconizados para este nível de ensino.

Os elementos recolhidos tiveram por base a informação constante nas Fichas Curriculares constantes do Guião para a Autoavaliação de Ciclos de Estudos (A3ES, 2014) proposto pela A3ES.

A presente obra encontra-se organizada em seis pontos fundamentais. Após a introdução, é descrita a construção metodológica do estudo. Enquanto no terceiro ponto é caracterizado, no seu global, o corpo docente português, no quarto ponto é feita a sua caracterização por CNAEF e, no quinto, é feita uma análise comparativa entre as CNAEF. No último capítulo são apresentadas algumas considerações finais.

## 2. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

### 2.1. DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS

Os elementos utilizados no presente trabalho tiveram por base a informação recolhida das Fichas Curriculares constantes do Guião para a Autoavaliação de Ciclos de Estudos (A3ES, 2014), proposto pela Agência Nacional de Avaliação e Acreditação no Ensino Superior (A3ES). Os dados dizem respeito ao ano letivo de 2010/2011, data de conclusão do primeiro (e, à data, único) censo nacional de acreditação de cursos.

A partir das dimensões que retornaram da análise feita aos elementos constantes nas fichas curriculares (ver Anexo 1), foi construída uma bateria de indicadores traduzidos em variáveis qualitativas (uma vez que a escala de medida apenas indica a sua presença em classes de classificação discretas, exaustivas e mutuamente exclusivas). Os dados aqui utilizados foram-nos disponibilizados pela A3ES sob a forma de um ficheiro em SPSS.

Para dar cumprimento ao objetivo definido para o presente trabalho, foram consideradas as áreas de estudo definidas na CNAEF (a dois dígitos) (DGES - Ministério das Atividades Económicas e do Trabalho, 2005) do grau mais elevado concluído pelo docente (ver Tabela 1).

**Tabela 1 - Áreas de ensino CNAEF (2 dígitos)**

CNAEF (2 dígitos)	14 - Formação de professores/formadores e ciências da educação
	21 - Artes
	22 - Humanidades
	31 - Ciências sociais e do comportamento
	32 - Informação e jornalismo
	34 - Ciências empresariais
	38 - Direito
	42 - Ciências da vida
	44 - Ciências físicas
	46 - Matemática e estatística
	48 - Informática
	52 - Engenharia e técnicas afins
	54 - Indústrias transformadoras
	58 - Arquitetura e construção
	62 - Agricultura, silvicultura e pescas
	64 - Ciências veterinárias
	72 - Saúde
	76 - Serviços sociais
	81 - Serviços pessoais
	84 - Serviços de transporte
	85 - Proteção do ambiente
	86 - Serviços de segurança

Com base nos dados fornecidos, organizámos a informação de acordo com 4 perfis: pessoal, académico, de investigação científica e de experiência profissional (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Perfis de análise: pessoal, académico, de investigação científica e de experiência profissional

Perfil	Variável	Categorias	Observações
Perfil pessoal	Identificação		Da IES de afiliação do docente
	Género		Identificado através do nome do docente
	Categoria profissional	Ensino universitário: <ul style="list-style-type: none"><li>• Professor catedrático</li><li>• Professor catedrático convidado</li><li>• Professor associado</li><li>• Professor associado convidado</li><li>• Professor auxiliar</li><li>• Professor auxiliar convidado</li><li>• Assistente</li><li>• Assistente convidado</li><li>• Leitor</li><li>• Outras</li></ul> Ensino politécnico: <ul style="list-style-type: none"><li>• Professor coordenador</li><li>• Equiparado a professor coordenador</li><li>• Professor adjunto</li><li>• Equiparado a professor adjunto</li><li>• Assistente do 1º triénio</li><li>• Assistente do 2º triénio</li><li>• Equiparado a assistente</li><li>• Especialmente contratado</li><li>• Especialistas</li><li>• Outras</li></ul>	Ocupada pelo docente na IES a que está afeto, incluindo a figura de convidado e de equiparado, e as categorias profissionais anteriores ao presente quadro legal.
	Regime de tempo	<ul style="list-style-type: none"><li>• TIEX - Tempo integral com exclusividade</li><li>• TI - Tempo integral</li><li>• TP - Tempo parcial (20%-100%)</li><li>• Outros (inferior a 20%)</li></ul>	Em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto

Perfil	Variável	Categorias	Observações
Perfil académico	Grau académico	<ul style="list-style-type: none"><li>• Doutoramento</li><li>• Mestrado</li><li>• Licenciatura</li></ul>	Mais elevado concluído pelo docente
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Inferior a 1950</li><li>• 1950 – 1959</li><li>• 1960 – 1969</li><li>• 1979 – 1979</li><li>• 1980 – 1989</li><li>• 1990 – 1999</li><li>• 2000 - 2009</li></ul>	Concluído pelo docente
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Superior a 2009</li></ul>	
	Internacionalização	<ul style="list-style-type: none"><li>• Último grau em Portugal</li><li>• Último grau no estrangeiro</li></ul>	Medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro);
	Década de obtenção da licenciatura	<ul style="list-style-type: none"><li>• Inferior a 1950</li><li>• 1950 – 1959</li><li>• 1960 – 1969</li><li>• 1979 – 1979</li><li>• 1980 – 1989</li><li>• 1990 – 1999</li><li>• 2000 – 2009</li><li>• Superior a 2009</li></ul>	Como proxy da idade
	Área da licenciatura	Área CNAEF (2 dígitos)	
	Endogamia de último grau	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mesma</li><li>• Outra universidade nacional pública</li><li>• Outra universidade nacional privada</li><li>• Outro politécnico nacional público</li><li>• Outro politécnico nacional privado</li><li>• Outra estrangeira</li><li>• Outras</li></ul>	Medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha (ensino universitário e ensino politécnico);
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Mesma</li><li>• Outra universidade nacional pública</li><li>• Outra universidade nacional privada</li><li>• Outro politécnico nacional público</li><li>• Outro politécnico nacional privado</li><li>• Outra estrangeira</li><li>• Outras</li></ul>	Medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha
	Endogamia de graduação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mesma</li><li>• Outra universidade nacional pública</li><li>• Outra universidade nacional privada</li><li>• Outro politécnico nacional público</li><li>• Outro politécnico nacional privado</li><li>• Outra estrangeira</li><li>• Outras</li></ul>	Medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha

Perfil	Variável	Categorias	Observações
Perfil de investigação científica	Até 5 referências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Livros nacionais</li> <li>• Livros internacionais</li> <li>• Capítulos nacionais</li> <li>• Capítulos internacionais</li> <li>• Artigos nacionais</li> <li>• Artigos internacionais</li> <li>• Artigos atas nacionais</li> <li>• Artigos atas internacionais</li> <li>• Atividades artísticas</li> <li>• Teses/dissertações</li> <li>• Outras</li> </ul>	Mencionadas pelos docentes
Perfil de experiência profissional	Até 5 experiências profissionais	<p>Experiência académica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão de topo</li> <li>• Gestão intermédia</li> <li>• Gestão científica e pedagógica</li> <li>• Comissões/grupos diversos</li> <li>• Docência noutra IES</li> <li>• Docência noutra instituição de ensino não superior</li> <li>• Participação em projetos de investigação</li> <li>• Coordenação de unidades/grupos de investigação</li> <li>• Outra</li> </ul> <p>Experiência extra-académica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Órgãos de governo central</li> <li>• Órgãos de governo local e regional</li> <li>• Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos</li> <li>• Instituições internacionais</li> <li>• Organizações privadas com fins lucrativos</li> <li>• Consultoria</li> <li>• Investigação e desenvolvimento</li> <li>• Outras</li> </ul>	Mencionadas pelos docentes

## 2.2. ESPECIFICAÇÃO DA ANÁLISE ESTATÍSTICA

Previamente a qualquer análise estatística realizada, o trabalho apresentado foi sujeito a uma abordagem exploratória que pudesse conduzir à boa compreensão da base em estudo, à identificação e eventual correção de situações anómalas e à observação da utilidade dos indicadores que se pretendiam construir.

A análise que enforma o presente trabalho, é de natureza estatística descritiva e foi realizada com recurso ao SPSS (versão 23). No tratamento da informação e em alguns casos, foi necessário introduzir novas variáveis que permitissem a aplicação dos indicadores definidos.

A organização da análise será por área CNAEF a 2 dígitos, ou seja, por cada uma das 22 áreas existentes, identificada através do grau académico mais elevado concluído pelo docente. Em cada uma destas áreas, para além da análise ser feita a quatro níveis (pessoal, académico, de investigação científica e de experiência profissional), esta será suportada quer na dimensão do setor (público ou privado) quer na dimensão do subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Com o objetivo de permitir uma visão geral e de interesse comparativo, é igualmente apresentado e de forma prévia ao estudo de cada CNAEF, um retrato global do corpo docente das IES portuguesas em 2010/2011, independentemente da área CNAEF em que se inserem.

A secção que se segue apresenta esta mesma visão geral.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DAS IES PORTUGUESAS

#### 3.1. CARATERIZAÇÃO GLOBAL

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente das IES portuguesas em 2010/2011, independentemente da área CNAEF em que cada um dos seus elementos se insere.

##### 3.1.1 PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 34 902 docentes, sendo que a maioria, 61% (21 409) é proveniente do ensino universitário e 71% (24 616) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 70% (14 927) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 72% (9 689) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes das IES portuguesas são homens, 57% (19 856), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o setor (58% no ensino público e 55% no ensino privado) e qualquer que seja o subsistema (60% no ensino universitário e 53% no ensino politécnico) (ver Tabela 3).

**Tabela 3 - GERAL: Corpo docente por género**

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	5 986	2 676	4 467	1 917	15 046
	%	40,1%	41,3%	46,1%	50,4%	43,1%
Masculino	n	8 941	3 806	5 222	1 887	19 856
	%	59,9%	58,7%	53,9%	49,6%	56,9%
Total	n	14 927	6 482	9 689	3 804	34 902
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (31%), seguida da categoria de assistente convidado (16%) e seguida ainda pela categoria de assistente (14%) (ver Tabela 4). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 22% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão



na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar (38%), assistente convidado (16%) e professor associado (14%), que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de assistente (27%), professor auxiliar (18%) e assistente convidado (17%) que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 8% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 34% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 4 - GERAL: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)**

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	1 134	248	1 382
	%	8,0%	3,9%	6,7%
Professor catedrático convidado	n	122	113	235
	%	0,9%	1,8%	1,1%
Professor associado	n	1 920	499	2 419
	%	13,5%	7,8%	11,7%
Professor associado convidado	n	257	156	413
	%	1,8%	2,4%	2,0%
Professor auxiliar	n	5 352	1 140	6 492
	%	37,5%	17,8%	31,4%
Professor auxiliar convidado	n	897	877	1 774
	%	6,3%	13,7%	8,6%
Assistente	n	1 163	1 710	2 873
	%	8,2%	26,7%	13,9%
Assistente convidado	n	2 297	1 054	3 351
	%	16,1%	16,5%	16,2%
Assistente estagiário	n	26	483	509
	%	0,2%	7,6%	2,5%
Assistente estagiário convidado	n	-	12	12
	%	-	0,2%	0,1%
Monitor	n	230	14	244
	%	1,6%	0,2%	1,2%
Leitor	n	193	14	207
	%	1,4%	0,2%	1,0%
Outras	n	671	74	745
	%	4,7%	1,2%	3,6%
Total	n	14 262	6 394	20 656
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (25%), equiparado a assistente (20%) e equiparado a professor adjunto (17%) (ver Tabela 5).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 63% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 57% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 5 - GERAL: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	674	389	1 063
	%	7,3%	10,7%	8,2%
Equiparado a professor coordenador	n	50	97	147
	%	0,5%	2,7%	1,1%
Professor adjunto	n	2 364	1 101	3 465
	%	25,3%	30,3%	26,7%
Equiparado a professor adjunto	n	1 621	244	1 865
	%	17,3%	6,7%	14,4%
Assistente do 1º triénio	n	1 218	1 022	2 240
	%	13,0%	28,1%	17,3%
Assistente do 2º triénio	n	1 095	404	1 499
	%	11,7%	11,1%	11,5%
Equiparado a assistente	n	1 905	296	2 201
	%	20,4%	8,1%	17,0%
Especialmente contratados	n	32	1	33
	%	0,3%	0,0%	0,3%
Especialistas	n	7	31	38
	%	0,1%	0,9%	0,3%
Outras	n	382	50	432
	%	4,1%	1,4%	3,3%
Total	n	9 348	3 635	12 983
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade (42% no caso do ensino universitário e 41% no caso do ensino politécnico), no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (57% no caso do ensino universitário e 67% no caso do ensino politécnico) (ver Tabela 6).

Tabela 6 - GERAL: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	6 276	253	3 925	140	10 594
	%	42,4%	3,9%	41,0%	3,7%	30,6%
TI - Tempo integral	n	4 813	2 359	2 527	1 069	10 768
	%	32,5%	36,5%	26,4%	28,1%	31,1%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	3 321	3 659	2 996	2 529	12 505
	%	22,4%	56,6%	31,3%	66,5%	36,1%
Outros (inferior a 20%)	n	391	197	136	63	787
	%	2,6%	3,0%	1,4%	1,7%	2,3%
Total	n	14 801	6 468	9 584	3 801	34 654
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

### 3.1.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 7). Uma análise mais fina indica que este é o grau máximo detido pela maioria dos docentes no caso do ensino universitário (69% no ensino público e 39% no ensino privado). No entanto, a maioria dos docentes do ensino politécnico público tem somente o grau de Mestre (45%) e a maioria dos docentes do ensino politécnico privado tem apenas o grau de Licenciado (40%), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 7 - GERAL: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	10 196	2 491	2 117	759	15 563
	%	68,5%	38,5%	22,0%	20,1%	44,8%
Mestrado	n	2 095	2 093	4 348	1 472	10 008
	%	14,1%	32,4%	45,2%	38,9%	28,8%
Licenciatura	n	2 585	1 845	3 066	1 510	9 006
	%	17,4%	28,6%	31,9%	39,9%	25,9%
Bacharelato	n	6	14	51	32	103
	%	0,0%	0,2%	0,5%	0,8%	0,3%
Outros	n	6	19	32	11	68
	%	0,0%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%
Total	n	14 888	6 462	9 614	3 784	34 748
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 8). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 80%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (21%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 8 - GERAL: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	11 911	5 067	8 657	3 316	28 951
	%	80,2%	78,8%	90,4%	87,8%	83,6%
Último grau no estrangeiro	n	2 941	1 366	924	461	5 692
	%	19,8%	21,2%	9,6%	12,2%	16,4%
Total	n	14 852	6 433	9 581	3 777	34 643
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa fraca (-0,433) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 9).

**Tabela 9 - GERAL: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
anterior a 1950	n	-	6	-	-	6
	%	-	0,1%	-	-	0,0%
1950-1959	n	4	22	2	9	37
	%	0,0%	0,5%	0,0%	0,4%	0,2%
1960-1969	n	220	109	13	37	379
	%	2,0%	2,7%	0,2%	1,7%	1,6%
1970-1979	n	1 991	463	372	156	2 982
	%	17,9%	11,5%	6,0%	7,3%	12,7%
1980-1989	n	3 998	1 018	1 398	462	6 876
	%	36,0%	25,2%	22,7%	21,6%	29,3%
1990-1999	n	4 085	1 741	3 001	921	9 748
	%	36,8%	43,2%	48,7%	43,1%	41,6%
2000-2009	n	814	674	1 371	553	3 412
	%	7,3%	16,7%	22,3%	25,9%	14,6%
superior a 2009	n	1	-	3	-	4
	%	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	n	11 113	4 033	6 160	2 138	23 444
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (61%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (54%) (ver Tabela 10).

**Tabela 10 - GERAL: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	9 075	985	10 060
	%	61,1%	15,3%	47,3%
Outra universidade nacional pública	n	2 550	3 466	6 016
	%	17,2%	53,9%	28,3%
Outra universidade nacional privada	n	207	443	650
	%	1,4%	6,9%	3,1%
Outro politécnico nacional público	n	33	108	141
	%	0,2%	1,7%	0,7%
Outro politécnico nacional privado	n	21	35	56
	%	0,1%	0,5%	0,3%
Outra estrangeira	n	2 952	1 370	4 322
	%	19,9%	21,3%	20,3%
Outras	n	7	21	28
	%	0,0%	0,3%	0,1%
Total	n	14 845	6 428	21 273
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (88%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 11).

Tabela 11 - GERAL: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	1 305	300	1 605
	%	13,6%	7,9%	12,0%
Outra universidade nacional pública	n	6 230	2 083	8 313
	%	65,0%	55,1%	62,2%
Outra universidade nacional privada	n	702	464	1 166
	%	7,3%	12,3%	8,7%
Outro politécnico nacional público	n	276	335	611
	%	2,9%	8,9%	4,6%
Outro politécnico nacional privado	n	77	107	184
	%	0,8%	2,8%	1,4%
Outra estrangeira	n	938	473	1 411
	%	9,8%	12,5%	10,6%
Outras	n	51	18	69
	%	0,5%	0,5%	0,5%
Total	n	9 579	3 780	13 359
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações, tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 12). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (56%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico público obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

Tabela 12 - GERAL: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	6 280	710	1 084	185	8 259
	%	56,3%	16,5%	17,5%	8,5%	34,7%
Outra universidade nacional pública	n	3 640	2 536	3 875	1 164	11 215
	%	32,6%	58,8%	62,5%	53,8%	47,1%
Outra universidade nacional privada	n	318	484	501	260	1 563
	%	2,8%	11,2%	8,1%	12,0%	6,6%
Outro politécnico nacional público	n	74	147	455	326	1 002
	%	0,7%	3,4%	7,3%	15,1%	4,2%
Outro politécnico nacional privado	n	58	44	52	86	240
	%	0,5%	1,0%	0,8%	4,0%	1,0%
Outra estrangeira	n	785	380	202	127	1 494
	%	7,0%	8,8%	3,3%	5,9%	6,3%
Outras	n	3	10	32	17	62
	%	0,0%	0,2%	0,5%	0,8%	0,3%
Total	n	11 158	4 311	6 201	2 165	23 835
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

### 3.1.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A Tabela 13 apresenta o número e percentagem de docentes que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação da Tabela 13 retira-se que a investigação realizada pelos docentes das IES portuguesas, tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes indicou pelo menos um artigo internacional, à exceção do caso do politécnico privado. A maior parte dos docentes deste subsistema/setor indicou pelo menos um artigo nacional (17%).

Tabela 13 – GERAL: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	1 886	1 025	553	355
	%	12,8%	16,0%	5,8%	9,4%
Livros internacionais	n	8	457	193	63
	%	9,6%	3,1%	3,0%	0,7%
Capítulos nacionais	n	927	381	249	93
	%	6,3%	5,9%	2,6%	2,5%
Capítulos internacionais	n	1 018	231	197	42
	%	6,9%	3,6%	2,1%	1,1%
Artigos nacionais	n	2 147	1 201	1 322	650
	%	14,5%	18,7%	13,8%	17,2%
Artigos internacionais	n	7 272	1 157	1 666	485
	%	49,0%	18,0%	17,4%	12,9%
Artigos atas nacionais	n	1 004	728	1 260	447
	%	6,8%	11,3%	13,2%	11,9%
Artigos atas internacionais	n	2 472	822	1 643	365
	%	16,7%	12,8%	17,2%	9,7%
Atividades artísticas	n	253	259	447	140
	%	1,7%	4,0%	4,7%	3,7%
Teses/Dissertações	n	590	719	720	366
	%	4,0%	11,2%	7,5%	9,7%
Outras	n	1 487	669	640	281
	%	10,1%	10,4%	6,7%	7,5%

No que se refere à segunda referência de investigação científica mais indicada pelos docentes das IES portuguesas, verifica-se que no universitário público aquela refere-se a artigos em atas internacionais, enquanto no privado, assenta em livros nacionais. Relativamente ao politécnico, os artigos em atas internacionais no setor público e os artigos internacionais no privado foram a segunda referência mais indicada.

## 3.1.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A Tabela 14 apresenta o número e percentagem de docentes das IES portuguesas em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 14 - GERAL: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	271	94	116	40
	%	1,8%	1,5%	1,2%	1,1%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	1 181	305	597	180
	%	8,0%	4,8%	6,2%	4,8%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	3 602	984	2 393	635
	%	24,4%	15,3%	25,0%	16,8%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	2 419	409	972	228
	%	16,4%	6,4%	10,2%	6,0%
Docência noutra IES	n	2 585	2 130	1 640	1 104
	%	17,5%	33,2%	17,2%	29,3%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	790	722	1 897	732
	%	5,3%	11,3%	19,9%	19,4%
Participação em projetos de investigação	n	6 569	2 528	3 851	1 318
	%	44,4%	39,4%	40,3%	35,0%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	3 179	603	803	219
	%	21,5%	9,4%	8,4%	5,8%
Outras	n	1 345	200	536	173
	%	9,1%	3,1%	5,6%	4,6%

Em todos os subsistemas/setores, a maior parte dos docentes das IES portuguesas indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (acima de 35%). Por outro lado, a segunda experiência académica mais indicada no setor público, quer no universitário quer no politécnico, foi um cargo de gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, entre outros) (acima de 24%). No caso do setor privado, a segunda experiência académica mais referida foi a docência noutra IES (acima de 29%).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 15 apresenta o número e percentagem de docentes das IES portuguesas que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 15 - GERAL: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica

Experiência extra-acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	285	234	62	50
	%	1,9%	3,6%	0,6%	1,3%
Órgãos do governo local e regional	n	234	319	261	118
	%	1,6%	5,0%	2,7%	3,1%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	3 474	1 735	2 457	1 294
	%	23,5%	27,0%	25,7%	34,3%
Instituições internacionais	n	1 222	484	400	217
	%	8,3%	7,5%	4,2%	5,8%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	2 740	3 024	3 641	1 781
	%	18,5%	47,1%	38,1%	47,2%
Consultoria	n	986	780	911	521
	%	6,7%	12,2%	9,5%	13,8%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	613	315	705	106
	%	4,1%	4,9%	7,4%	2,8%
Outras	n	398	641	158	169
	%	2,7%	10,0%	1,7%	4,5%

A maior parte do corpo docente das IES portuguesas que estão no ensino universitário público, refere pelo menos uma experiência extra-acadêmica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (24%).

No caso dos restantes subsistemas/setores, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-acadêmica em organizações privadas com fins lucrativos (acima de 38%).

## 4. CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE POR ÁREAS DE ESTUDO (CNAEF A 2 DÍGITOS)

### 4.1. CNAEF14 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES/FORMADORES E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A informação constante na presente secção pretende caraterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF14.

#### 4.1.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 1 789 docentes, sendo que a maioria, 61% (1 091) é proveniente do ensino politécnico e 63% (1 125) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 65% (453) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 62% (672) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área da formação de professores/formadores e ciências da educação (CNAEF14) são mulheres, 61% (1 082), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (60% no ensino universitário e 61% no ensino politécnico) ou o setor de ensino (61% no ensino público e 60 % no ensino privado) (ver Tabela 16).

Tabela 16 – CNAEF14: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	281	140	402	259	1 082
	%	62,0%	57,1%	59,8%	61,8%	60,5%
Masculino	n	172	105	270	160	707
	%	38,0%	42,9%	40,2%	38,2%	39,5%
Total	n	453	245	672	419	1 789
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (34%), seguida da categoria de assistente convidado (18%) e seguida ainda pela categoria de assistente (13%) (ver Tabela 17). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 20% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece



significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor associado, professor auxiliar e assistente convidado que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar convidado, assistente e assistente convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 9% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 23% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 17 – CNAEF14: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)**

Categoria profissional (ensino universitário)	Universitário			Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	30	14	44
	%	7,1%	5,7%	6,6%
Professor catedrático convidado	n	-	1	1
	%	-	0,4%	0,2%
Professor associado	n	55	16	71
	%	13,1%	6,6%	10,7%
Professor associado convidado	n	-	11	11
	%	-	4,5%	1,7%
Professor auxiliar	n	187	39	226
	%	44,5%	16,0%	34,0%
Professor auxiliar convidado	n	9	49	58
	%	2,1%	20,1%	8,7%
Assistente	n	36	53	89
	%	8,6%	21,7%	13,4%
Assistente convidado	n	61	56	117
	%	14,5%	23,0%	17,6%
Assistente estagiário	n	-	4	4
	%	-	1,6%	0,6%
Leitor	n	18	-	18
	%	4,3%	-	2,7%
Outras	n	24	1	25
	%	5,7%	0,4%	3,8%
Total	n	420	244	664
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (36%), seguida da categoria de equiparado a assistente (17%) e seguida ainda pela categoria de professor coordenador (14%) (ver Tabela 18).

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor coordenador, professor adjunto e equiparado a assistente que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias professor coordenador, professor adjunto e assistente do 1º triénio e professor coordenador que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP,

numa necessidade de reafecção de, pelo menos 46% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 48% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 18 – CNAEF14: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)	Politécnico			Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	87	56	143
	%	13,5%	13,5%	13,5%
Equiparado a professor coordenador	n	3	20	23
	%	0,5%	4,8%	2,2%
Professor adjunto	n	232	152	384
	%	35,8%	36,6%	36,1%
Equiparado a professor adjunto	n	45	37	82
	%	6,9%	8,9%	7,7%
Assistente do 1º triénio	n	62	66	128
	%	9,6%	15,9%	12,0%
Assistente do 2º triénio	n	45	48	93
	%	6,9%	11,6%	8,7%
Equiparado a assistente	n	145	30	175
	%	22,4%	7,2%	16,5%
Especialmente contratados	n	7	-	7
	%	1,1%	-	0,7%
Especialistas	n	-	3	3
	%	-	0,7%	0,3%
Outras	n	22	3	25
	%	3,4%	0,7%	2,4%
Total	n	648	415	1 063
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade (47% no ensino universitário e 42% no ensino politécnico), no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (64% no ensino universitário e 61% no ensino politécnico) (ver Tabela 19).

Tabela 19 – CNAEF14: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	211	6	280	20	517
	%	46,8%	2,5%	42,2%	4,8%	29,1%
TI - Tempo integral	n	168	69	209	138	584
	%	37,3%	28,4%	31,5%	32,9%	32,9%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	68	156	162	256	642
	%	15,1%	64,2%	24,4%	61,1%	36,1%
Outros (inferior a 20%)	n	4	12	12	5	33
	%	0,9%	4,9%	1,8%	1,2%	1,9%
Total	n	451	243	663	419	1 776
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

4.1.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Mestre (ver Tabela 20). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes, no ensino politécnico a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 20 – CNAEF14: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	316	121	152	110	699
	%	69,8%	49,4%	22,6%	26,3%	39,1%
Mestrado	n	113	80	361	218	772
	%	24,9%	32,7%	53,7%	52,0%	43,2%
Licenciatura	n	24	44	155	90	313
	%	5,3%	18,0%	23,1%	21,5%	17,5%
Bacharelato	n	-	-	3	1	4
	%	-	-	0,4%	0,2%	0,2%
Outros	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,1%	-	0,1%
Total	n	453	245	672	419	1789
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 21). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, da mesma ordem de grandeza (mais de 82%) para o ensino politécnico e universitário público, as IES universitárias privadas são aquelas que parecem acolher o maior número de docentes (28%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 21 – CNAEF14: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	377	174	577	345	1 473
	%	83,2%	71,6%	86,2%	82,7%	82,7%
Último grau no estrangeiro	n	76	69	92	72	309
	%	16,8%	28,4%	13,8%	17,3%	17,3%
Total	n	453	243	669	417	1 782
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada fraca (-0,311) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 22).

Tabela 22 - CNAEF14: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Proxy da idade		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1950-1959	n	-	1	1	-	2
	%	-	0,6%	0,2%	-	0,1%
1960-1969	n	10	7	1	7	25
	%	2,6%	4,3%	0,2%	2,3%	1,9%
1970-1979	n	71	36	56	37	200
	%	18,4%	22,2%	11,4%	12,0%	14,8%
1980-1989	n	146	42	139	65	392
	%	37,8%	25,9%	28,3%	21,0%	29,1%
1990-1999	n	136	59	180	130	505
	%	35,2%	36,4%	36,7%	42,1%	37,5%
2000-2009	n	23	17	114	70	224
	%	6,0%	10,5%	23,2%	22,7%	16,6%
Total	n	386	162	491	309	1 348
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação de professores/formadores e ciências da educação (CNAEF14) (ver Tabela 23). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura não se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 23 - CNAEF14: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Formação de professores/formadores e ciências da educação	n	109	50	170	119	448
	%	28,2%	27,9%	34,4%	37,9%	32,6%
Outras áreas	n	278	129	324	195	926
	%	71,8%	72,1%	65,6%	62,1%	67,4%
Total	n	387	179	494	314	1 374
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (66%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 24).

**Tabela 24 - CNAEF14: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	300	31	331
	%	66,2%	12,7%	47,5%
Outra universidade nacional pública	n	68	119	187
	%	15,0%	48,8%	26,8%
Outra universidade nacional privada	n	5	18	23
	%	1,1%	7,4%	3,3%
Outro politécnico nacional público	n	2	4	6
	%	0,4%	1,6%	0,9%
Outro politécnico nacional privado	n	2	2	4
	%	0,4%	0,8%	0,6%
Outra estrangeira	n	76	70	146
	%	16,8%	28,7%	20,9%
Total	n	453	244	697
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (86%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 25), sendo esta situação muito semelhante no ensino público e no ensino privado.

**Tabela 25 - CNAEF14: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	107	43	150
	%	16,0%	10,3%	13,8%
Outra universidade nacional pública	n	391	220	611
	%	58,4%	52,8%	56,3%
Outra universidade nacional privada	n	55	56	111
	%	8,2%	13,4%	10,2%
Outro politécnico nacional público	n	14	14	28
	%	2,1%	3,4%	2,6%
Outro politécnico nacional privado	n	7	10	17
	%	1,0%	2,4%	1,6%
Outra estrangeira	n	93	72	165
	%	13,9%	17,3%	15,2%
Outras	n	2	2	4
	%	0,3%	0,5%	0,4%
Total	n	669	417	1 086
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da formação de professores/formadores e ciências da educação (CNAEF14), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 26). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (42%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 26 - CNAEF14: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	161	20	139	38	358
	%	41,6%	11,2%	28,1%	12,1%	26,1%
Outra universidade nacional pública	n	146	102	250	139	637
	%	37,7%	57,3%	50,6%	44,3%	46,4%
Outra universidade nacional privada	n	16	15	19	34	84
	%	4,1%	8,4%	3,8%	10,8%	6,1%
Outro politécnico nacional público	n	17	8	45	53	123
	%	4,4%	4,5%	9,1%	16,9%	9,0%
Outro politécnico nacional privado	n	7	7	15	22	51
	%	1,8%	3,9%	3,0%	7,0%	3,7%
Outra estrangeira	n	40	24	25	21	110
	%	10,3%	13,5%	5,1%	6,7%	8,0%
Outras	n	-	2	1	7	10
	%	-	1,1%	0,2%	2,2%	0,7%
Total	n	387	178	494	314	1 373
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.1.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF14, formação de professores/formadores e ciências da educação. A Tabela 27 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela, retira-se que a investigação realizada, pelos docentes da área de formação de professores/formadores e ciências da educação (CNAEF14), tem uma presença mais nacional do que internacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um artigo nacional, seja qual for o setor/subsistema. No entanto, no caso dos docentes do ensino universitário público, verifica-se que 34% (155) mencionaram pelo menos uma referência na categoria de artigo internacional.

**Tabela 27 – CNAEF14: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	106	48	61	59
	%	23,4%	19,6%	9,1%	14,1%
Livros internacionais	n	18	11	8	4
	%	4,0%	4,5%	1,2%	1,0%
Capítulos nacionais	n	66	21	25	14
	%	14,6%	8,6%	3,7%	3,3%
Capítulos internacionais	n	39	12	17	4
	%	8,6%	4,9%	2,5%	1,0%
Artigos nacionais	n	161	50	114	95
	%	35,5%	20,4%	17,0%	22,7%
Artigos internacionais	n	155	30	53	32
	%	34,2%	12,2%	7,9%	7,6%
Artigos atas nacionais	n	61	34	109	54
	%	13,5%	13,9%	16,2%	12,9%
Artigos atas internacionais	n	79	35	62	36
	%	17,4%	14,3%	9,2%	8,6%
Atividades artísticas	n	7	4	27	14
	%	1,5%	1,6%	4,0%	3,3%
Teses/Dissertações	n	26	48	71	62
	%	5,7%	19,6%	10,6%	14,8%
Outras	n	81	33	49	35
	%	17,9%	13,5%	7,3%	8,4%

No que se refere ao universitário privado, existem referências a livros nacionais e teses/dissertações, com uma percentagem muito próxima dos artigos nacionais (20% em cada categoria). Relativamente ao politécnico público, o segundo tipo de referência mais indicado foi o artigo em atas nacionais (16%). No grupo de docentes ligados ao politécnico privado, o segundo tipo de referência mais indicado foi a tese/dissertação (15%).

#### 4.1.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF14, formação dos professores/formadores e ciências da educação.

A Tabela 28 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 28 - CNAEF14: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	19	7	12	2
	%	4,2%	2,9%	1,8%	0,5%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	53	14	46	34
	%	11,7%	5,7%	6,8%	8,1%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	195	63	276	121
	%	43,0%	25,7%	41,1%	28,9%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	132	26	117	49
	%	29,1%	10,6%	17,4%	11,7%
Docência noutra IES	n	103	104	83	116
	%	22,7%	42,4%	12,4%	27,7%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	91	60	256	183
	%	20,1%	24,5%	38,1%	43,7%
Participação em projetos de investigação	n	230	103	319	167
	%	50,8%	42,0%	47,5%	39,9%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	135	31	73	40
	%	29,8%	12,7%	10,9%	9,5%
Outras	n	95	11	71	35
	%	21,0%	4,5%	10,6%	8,4%

No ensino universitário público, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (51%). Por outro lado, os docentes desta área e neste setor/subsistema referem pelo menos um cargo de gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, entre outros) (43%). No caso do universitário privado, 42% (104) do corpo docente menciona a docência noutra IES e 42% (103) referem a participação em projetos de investigação.

No ensino politécnico público, a maior fatia refere a participação em projetos de investigação (48%), sendo que aproximadamente 41% (276) referem a gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, entre outros). No caso do politécnico privado, 44% (183) indicam que lecionam noutra instituição de ensino (não superior) e 40% (167) mencionam a participação em projetos de investigação.



Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 29 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF14, formação dos professores/formadores e ciências de educação, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 29 - CNAEF14: Corpo docente por referências de experiência extra-académica**

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	5	9	6	5
	%	1,1%	3,7%	0,9%	1,2%
Órgãos do governo local e regional	n	7	9	8	26
	%	1,5%	3,7%	1,2%	6,2%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	57	62	162	112
	%	12,6%	25,3%	24,1%	26,7%
Instituições internacionais	n	26	14	14	19
	%	5,7%	5,7%	2,1%	4,5%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	44	68	104	130
	%	9,7%	27,8%	15,5%	31,0%
Consultoria	n	27	20	46	42
	%	6,0%	8,2%	6,8%	10,0%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	16	9	28	7
	%	3,5%	3,7%	4,2%	1,7%
Outras	n	20	43	9	32
	%	4,4%	17,6%	1,3%	7,6%

A maior parte do corpo docente da área de formação dos professores/formadores e ciências de educação que estão no ensino público, quer universitário quer politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-académica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, 13% (57) e 24% (162), respetivamente.

No caso do privado, e em ambos os subsistemas, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos, 28% (68) e 31% (130), respetivamente.

## 4.2. CNAEF21 - ARTES

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF21.

### 4.2.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 1 817 docentes, sendo que a maioria, 53% (954) é proveniente do ensino politécnico e 60% (1 096) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 50% (434) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 69% (662) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área das artes (CNAEF21) são homens, 64% (1 156), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (64% no ensino universitário e 63% no ensino politécnico) ou o setor de ensino (64% no ensino público e 63% no ensino privado) (ver Tabela 30).

**Tabela 30 - CNAEF21: Corpo docente por género**

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	154	155	238	114	661
	%	35,5%	36,1%	36,0%	39,0%	36,4%
Masculino	n	280	274	424	178	1 156
	%	64,5%	63,9%	64,0%	61,0%	63,6%
Total	n	434	429	662	292	1 817
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de assistente (26%), seguida da categoria de assistente convidado (26%) e seguida ainda pela categoria de professor auxiliar (19%) (ver Tabela 31). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 11% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, e apesar de ainda ser verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira, o valor percentual obtido encontra-se no seu máximo (33%).



Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, assistente e assistente convidado que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias assistente, assistente convidado e assistente estagiário que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 21% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 48% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 31 - CNAEF21: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)**

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	14	2	16
	%	3,3%	0,5%	1,9%
Professor catedrático convidado	n	2	2	4
	%	0,5%	0,5%	0,5%
Professor associado	n	31	9	40
	%	7,3%	2,1%	4,7%
Professor associado convidado	n	5	13	18
	%	1,2%	3,0%	2,1%
Professor auxiliar	n	114	44	158
	%	26,8%	10,3%	18,5%
Professor auxiliar convidado	n	46	40	86
	%	10,8%	9,4%	10,1%
Assistente	n	91	134	225
	%	21,4%	31,4%	26,4%
Assistente convidado	n	109	110	219
	%	25,6%	25,8%	25,7%
Assistente estagiário	n	-	69	69
	%	-	16,2%	8,1%
Assistente estagiário convidado	n	-	1	1
	%	-	0,2%	0,1%
Monitor	n	2	1	3
	%	0,5%	0,2%	0,4%
Leitor	n	3	-	3
	%	0,7%	-	0,4%
Outras	n	9	2	11
	%	2,1%	0,5%	1,3%
Total	n	426	427	853
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de assistente do 1º triénio (23%), seguida da categoria de equiparado a professor adjunto (18%) e seguida ainda pela categoria de equiparado a assistente (18%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de assistente do 1º triénio (37%), seguida das categorias de professor adjunto (24%) e de assistente do 2º triénio (14%) (ver Tabela 32).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 70% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 70% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 32 - CNAEF21: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)**

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	17	9	26
	%	2,6%	3,3%	2,8%
Equiparado a professor coordenador	n	4	10	14
	%	0,6%	3,6%	1,5%
Professor adjunto	n	101	64	165
	%	15,4%	23,4%	17,7%
Equiparado a professor adjunto	n	120	25	145
	%	18,3%	9,1%	15,6%
Assistente do 1º triénio	n	150	101	251
	%	22,9%	36,9%	27,0%
Assistente do 2º triénio	n	66	37	103
	%	10,1%	13,5%	11,1%
Equiparado a assistente	n	116	18	134
	%	17,7%	6,6%	14,4%
Especialistas	n	1	1	2
	%	0,2%	0,4%	0,2%
Outras	n	81	9	90
	%	12,3%	3,3%	9,7%
Total	n	656	274	930
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público universitário é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade (39%), no ensino privado universitário e no ensino politécnico é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções, com o ensino privado a atingir valores substancialmente mais elevados (ver Tabela 33).

**Tabela 33 - CNAEF21: Corpo docente por regime de tempo**

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	168	4	183	4	359
	%	38,8%	0,9%	27,9%	1,4%	19,9%
TI - Tempo integral	n	156	153	194	86	589
	%	36,0%	35,9%	29,6%	29,5%	32,6%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	104	268	267	197	836
	%	24,0%	62,9%	40,7%	67,5%	46,3%
Outros (inferior a 20%)	n	5	1	12	5	23
	%	1,2%	0,2%	1,8%	1,7%	1,3%
Total	n	433	426	656	292	1 807
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.2.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Licenciado (ver Tabela 34). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário público o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes, no ensino universitário privado e no ensino politécnico a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Licenciado, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

**Tabela 34 - CNAEF21: Corpo docente por grau académico mais elevado**

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	179	81	80	37	377
	%	41,2%	18,9%	12,1%	12,7%	20,8%
Mestrado	n	127	152	257	88	624
	%	29,3%	35,4%	38,9%	30,2%	34,4%
Licenciatura	n	126	172	286	151	735
	%	29,0%	40,1%	43,3%	51,9%	40,5%
Bacharelato	n	1	9	18	9	37
	%	0,2%	2,1%	2,7%	3,1%	2,0%
Outros	n	1	15	19	6	41
	%	0,2%	3,5%	2,9%	2,1%	2,3%
Total	n	434	429	660	291	1 814
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 35). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, da mesma ordem de grandeza (mais de 69%) é o ensino público que parece acolher o maior número de docentes (superior a 30%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 35 - CNAEF21: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	300	311	463	219	1293
	%	69,3%	72,5%	69,9%	75,0%	71,2%
Último grau no estrangeiro	n	133	118	199	73	523
	%	30,7%	27,5%	30,1%	25,0%	28,8%
Total	n	433	429	662	292	1816
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada forte (-0,635) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, conseqüentemente, um corpo docente jovem (ver Tabela 36).

Tabela 36 - CNAEF21: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1950-1959	n	-	1	-	-	1
	%	-	0,5%	-	-	0,1%
1960-1969	n	2	1	3	2	8
	%	0,7%	0,5%	1,0%	1,7%	0,9%
1970-1979	n	37	13	14	4	68
	%	13,5%	6,2%	4,7%	3,4%	7,5%
1980-1989	n	81	45	48	25	199
	%	29,5%	21,4%	15,9%	21,0%	22,0%
1990-1999	n	131	91	114	64	400
	%	47,6%	43,3%	37,9%	53,8%	44,2%
2000-2009	n	24	59	122	24	229
	%	8,7%	28,1%	40,5%	20,2%	25,3%
Total	n	275	210	301	119	905
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área das artes (CNAEF21) (ver Tabela 37). Tal parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 37 - CNAEF21: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Artes	n	202	158	229	88	677
	%	73,5%	73,1%	75,3%	72,7%	73,9%
Outras áreas	n	73	58	75	33	239
	%	26,5%	26,9%	24,7%	27,3%	26,1%
Total	n	275	216	304	121	916
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (43%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 38).

Tabela 38 – CNAEF21: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Tipo de instituição		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	187	99	286
	%	43,2%	23,1%	33,2%
Outra universidade nacional pública	n	78	144	222
	%	18,0%	33,6%	25,8%
Outra universidade nacional privada	n	10	28	38
	%	2,3%	6,5%	4,4%
Outro politécnico nacional público	n	14	24	38
	%	3,2%	5,6%	4,4%
Outro politécnico nacional privado	n	9	7	16
	%	2,1%	1,6%	1,9%
Outra estrangeira	n	134	119	253
	%	30,9%	27,7%	29,4%
Outras	n	1	8	9
	%	0,2%	1,9%	1,0%
Total	n	433	429	862
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (84%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 39), mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado.

Tabela 39 – CNAEF21: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	128	20	148
	%	19,3%	6,8%	15,5%
Outra universidade nacional pública	n	229	121	350
	%	34,6%	41,4%	36,7%
Outra universidade nacional privada	n	36	20	56
	%	5,4%	6,8%	5,9%
Outro politécnico nacional público	n	37	44	81
	%	5,6%	15,1%	8,5%
Outro politécnico nacional privado	n	-	4	4
	%	-	1,4%	0,4%
Outra estrangeira	n	201	78	279
	%	30,4%	26,7%	29,2%
Outras	n	31	5	36
	%	4,7%	1,7%	3,8%
Total	n	662	292	954
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área das artes (CNAEF21), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 40). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (44%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 40 - CNAEF21: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	119	31	68	8	226
	%	43,6%	14,4%	22,4%	6,6%	24,8%
Outra universidade nacional pública	n	93	103	133	65	394
	%	34,1%	47,9%	43,8%	53,7%	43,2%
Outra universidade nacional privada	n	8	19	25	7	59
	%	2,9%	8,8%	8,2%	5,8%	6,5%
Outro politécnico nacional público	n	5	28	30	24	87
	%	1,8%	13,0%	9,9%	19,8%	9,5%
Outro politécnico nacional privado	n	12	4	1	2	19
	%	4,4%	1,9%	0,3%	1,7%	2,1%
Outra estrangeira	n	35	30	36	15	116
	%	12,8%	14,0%	11,8%	12,4%	12,7%
Outras	n	1	0	11	0	12
	%	0,4%	0,0%	3,6%	0,0%	1,3%
Total	n	273	215	304	121	913
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.2.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF21, artes. A Tabela 41 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere. Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área de artes (CNAEF21), tem uma forte presença ao nível de atividades artísticas. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma atividade artística, seja qual for o setor/subsistema. No entanto, no caso dos docentes do ensino universitário público, verifica-se que 14,7% (64) mencionaram pelo menos uma referência na categoria de artigo nacional.

**Tabela 41 – CNAEF21: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	54	39	30	21
	%	12,4%	9,1%	4,5%	7,2%
Livros internacionais	n	9	12	1	2
	%	2,1%	2,8%	0,2%	1,0%
Capítulos nacionais	n	25	16	14	8
	%	5,8%	3,7%	2,1%	2,7%
Capítulos internacionais	n	5	8	3	2
	%	1,2%	1,9%	0,5%	0,7%
Artigos nacionais	n	64	29	52	32
	%	14,7%	6,8%	7,9%	11,0%
Artigos internacionais	n	40	15	34	6
	%	9,2%	3,5%	5,1%	2,1%
Artigos atas nacionais	n	36	37	44	25
	%	8,3%	8,6%	6,6%	8,6%
Artigos atas internacionais	n	58	43	47	13
	%	13,4%	10,0%	7,1%	4,5%
Atividades artísticas	n	162	177	322	109
	%	37,3%	41,3%	48,6%	37,3%
Teses/Dissertações	n	21	34	31	23
	%	4,8%	7,9%	4,7%	7,9%
Outras	n	50	34	56	37
	%	11,5%	7,9%	8,5%	12,7%

No caso do universitário privado, 10% (43) dos docentes mencionaram pelo menos um livro nacional. No que se refere ao politécnico, 8,5% (56) dos docentes do público e 12,7% (37) dos docentes do privado mencionaram outras atividades de investigação.

#### 4.2.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF21, artes. A Tabela 42 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 42 - CNAEF21: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	5	1	4	1
	%	1,2%	0,2%	0,6%	0,3%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	27	19	24	10
	%	6,2%	4,4%	3,6%	3,4%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	102	37	113	45
	%	23,5%	8,6%	17,1%	15,4%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	59	18	27	5
	%	13,6%	4,2%	4,1%	1,7%
Docência noutra IES	n	130	110	153	92
	%	30,0%	25,6%	23,1%	31,5%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	71	121	232	96
	%	16,4%	28,2%	35,0%	32,9%
Participação em projetos de investigação	n	173	153	164	79
	%	39,9%	35,7%	24,8%	27,1%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	60	12	22	8
	%	13,8%	2,8%	3,3%	2,7%
Outras	n	45	11	63	25
	%	10,4%	2,6%	9,5%	8,6%

No ensino universitário público, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (39,9%). Por outro lado, os docentes desta área e neste setor/subsistema referem pelo menos uma docência noutra IES (30%). No caso do universitário privado, 35,7% (153) do corpo docente menciona também a participação em projetos de investigação.

No ensino politécnico público, a maior fatia refere a docência noutra instituição de ensino (não superior) (35%), sendo que aproximadamente 24,8% (164) referem a participação em projetos de investigação. No caso do politécnico privado, 32,9% (96) indicam que lecionam noutra instituição de ensino (não superior) e 31,5% (92) mencionam a docência noutra IES.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 43 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF21, artes, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 43 - CNAEF21: Corpo docente por referências de experiência extra-académica**

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	4	1	2	-
	%	0,9%	0,2%	0,3%	-
Órgãos do governo local e regional	n	4	13	11	6
	%	0,9%	3,0%	1,7%	2,1%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	62	56	139	36
	%	14,3%	13,1%	21,0%	12,3%
Instituições internacionais	n	29	19	48	28
	%	6,7%	4,4%	7,3%	9,6%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	151	272	252	150
	%	34,8%	63,4%	38,1%	51,4%
Consultoria	n	27	33	24	23
	%	6,2%	7,7%	3,6%	7,9%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	10	13	20	3
	%	2,3%	3,0%	3,0%	1,0%
Outras	n	20	24	12	7
	%	4,6%	5,6%	1,8%	2,4%

A maior parte do corpo docente da área de artes, quer universitário quer politécnico, quer público quer privado, refere pelo menos uma experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos, sendo que no privado a percentagem de docentes nestas condições é superior a 50%.

### 4.3. CNAEF22 - HUMANIDADES

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF22.

#### 4.3.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 2 665 docentes, sendo que a maioria, 71% (1 884) é proveniente do ensino politécnico e 69% (1 836) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 68% (1 287) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 70% (549) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área das humanidades (CNAEF22) são mulheres, 56% (1 480), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (51% no ensino universitário e 66% no ensino politécnico). No entanto, enquanto no setor público a maioria é do género feminino 60% (1 096), no ensino privado a situação inverte-se com 54% (445) de homens (ver Tabela 44).



Tabela 44 - CNAEF22: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	718	247	378	137	1 480
	%	55,8%	41,4%	68,9%	59,1%	55,5%
Masculino	n	569	350	171	95	1 185
	%	44,2%	58,6%	31,1%	40,9%	44,5%
Total	n	1 287	597	549	232	2 665
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (36%), seguida da categoria de professor associado (17%) e seguida ainda pelas categorias de assistente convidado e leitor (9%) (ver Tabela 45). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 27% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor catedrático, associado e auxiliar que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar, assistente e assistente convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafectação de, pelo menos 4% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 22% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 45 - CNAEF22: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	116	36	152
	%	9,2%	6,1%	8,2%
Professor catedrático convidado	n	6	13	19
	%	0,5%	2,2%	1,0%
Professor associado	n	226	81	307
	%	17,9%	13,6%	16,5%
Professor associado convidado	n	7	16	23
	%	0,6%	2,7%	1,2%
Professor auxiliar	n	540	133	673
	%	42,8%	22,4%	36,2%
Professor auxiliar convidado	n	36	82	118
	%	2,9%	13,8%	6,4%
Assistente	n	43	112	155
	%	3,4%	18,8%	8,3%
Assistente convidado	n	83	84	167
	%	6,6%	14,1%	9,0%
Assistente estagiário	n	1	16	17
	%	0,1%	2,7%	0,9%
Assistente estagiário convidado	n	-	2	2
	%	-	0,3%	0,1%
Leitor	n	157	11	168
	%	12,4%	1,8%	9,0%
Outras	n	48	9	57
	%	3,8%	1,5%	3,1%
Total	n	1 263	595	1 858
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (27%), seguida da categoria de equiparado a assistente (19%) e seguida ainda pela categoria de equiparado a professor adjunto (17%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (34%), seguida das categorias de professor coordenador (17%) e de assistente do 1º triénio (15%) (ver Tabela 46).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafectação de, pelo menos 60% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 46% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.



Tabela 46 - CNAEF22: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	40	39	79
	%	7,5%	17,4%	10,5%
Equiparado a professor coordenador	n	2	5	7
	%	0,4%	2,2%	0,9%
Professor adjunto	n	142	76	218
	%	26,6%	34,1%	28,8%
Equiparado a professor adjunto	n	91	15	106
	%	17,0%	6,7%	14,0%
Assistente do 1º triénio	n	51	34	85
	%	9,6%	15,2%	11,2%
Assistente do 2º triénio	n	75	33	108
	%	14,0%	14,8%	14,3%
Equiparado a assistente	n	101	16	117
	%	18,9%	7,2%	15,5%
Especialmente contratados	n	2	-	2
	%	0,4%	-	0,3%
Especialistas	n	-	1	1
	%	-	0,4%	0,1%
Outras	n	30	4	34
	%	5,6%	1,8%	4,5%
Total	n	534	223	757
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com ou sem exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (54% no ensino universitário e 62% no ensino politécnico) (ver Tabela 47).

Tabela 47 - CNAEF22: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	480	41	238	14	773
	%	37,4%	6,9%	44,0%	6,0%	29,2%
TI - Tempo integral	n	648	211	159	69	1 087
	%	50,5%	35,5%	29,4%	29,7%	41,0%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	139	322	133	144	738
	%	10,8%	54,1%	24,6%	62,1%	27,8%
Outros (inferior a 20%)	n	16	21	11	5	53
	%	1,2%	3,5%	2,0%	2,2%	2,0%
Total	n	1 283	595	541	232	2 651
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.3.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 48). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes (78% no ensino público e 55% no ensino privado), no ensino politécnico a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre (50% no ensino público e 41% no ensino privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 48 - CNAEF22: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	1 001	328	128	68	1 525
	%	77,8%	54,9%	23,3%	29,3%	57,2%
Mestrado	n	171	151	275	96	693
	%	13,3%	25,3%	50,1%	41,4%	26,0%
Licenciatura	n	113	118	144	66	441
	%	8,8%	19,8%	26,2%	28,4%	16,5%
Bacharelato	n	1	-	2	2	5
	%	0,1%	-	0,4%	0,9%	0,2%
Outros	n	1	-	-	-	1
	%	0,1%	-	-	-	0,0%
Total	n	1 287	597	549	232	2 665
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal

a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 49). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 72%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (28%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 49 - CNAEF22: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	1 047	427	464	196	2 134
	%	81,4%	72,0%	84,8%	84,5%	80,3%
Último grau no estrangeiro	n	239	166	83	36	524
	%	18,6%	28,0%	15,2%	15,5%	19,7%
Total	n	1 286	593	547	232	2 658
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa fraca (-0,135) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 50).

**Tabela 50 - CNAEF22: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
anterior a 1950	n	-	2	-	-	2
	%	-	0,5%	-	-	0,1%
1950-1959	n	-	1	-	-	1
	%	-	0,2%	-	-	0,1%
1960-1969	n	27	11	1	7	46
	%	2,6%	2,7%	0,3%	4,6%	2,3%
1970-1979	n	252	77	31	16	376
	%	24,6%	18,7%	8,1%	10,5%	19,1%
1980-1989	n	458	145	125	44	772
	%	44,6%	35,2%	32,7%	28,9%	39,1%
1990-1999	n	237	144	160	66	607
	%	23,1%	35,0%	41,9%	43,4%	30,8%
2000-2009	n	52	32	65	19	168
	%	5,1%	7,8%	17,0%	12,5%	8,5%
Total	n	1 026	412	382	152	1 972
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área das humanidades (CNAEF22) (ver Tabela 51). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

**Tabela 51 - CNAEF22: Área da licenciatura**

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Humanidades	n	931	341	291	117	1 680
	%	89,6%	76,3%	75,8%	76,5%	83,0%
Outras áreas	n	108	106	93	36	343
	%	10,4%	23,7%	24,2%	23,5%	17,0%
Total	n	1 039	447	384	153	2 023
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (66%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 52).

**Tabela 52 - CNAEF22: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	850	80	930
	%	66,1%	13,5%	49,5%
Outra universidade nacional pública	n	180	309	489
	%	14,0%	52,1%	26,0%
Outra universidade nacional privada	n	13	32	45
	%	1,0%	5,4%	2,4%
Outra estrangeira	n	240	168	408
	%	18,7%	28,3%	21,7%
Outras	n	2	4	6
	%	0,2%	0,7%	0,3%
Total	n	1 285	593	1 878
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (97%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado (ver Tabela 53).

**Tabela 53 - CNAEF22: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	20	3	23
	%	3,6%	1,3%	2,9%
Outra universidade nacional pública	n	402	168	570
	%	73,4%	72,4%	73,1%
Outra universidade nacional privada	n	41	22	63
	%	7,5%	9,5%	8,1%
Outro politécnico nacional público	n	2	1	3
	%	0,4%	0,4%	0,4%
Outro politécnico nacional privado	n	-	2	2
	%	-	0,9%	0,3%
Outra estrangeira	n	83	36	119
	%	15,1%	15,5%	15,3%
Total	n	548	232	780
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área das humanidades (CNAEF22), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (Tabela 54). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (46%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 54 - CNAEF22: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	475	70	33	3	581
	%	45,7%	15,8%	8,6%	2,0%	28,8%
Outra universidade nacional pública	n	377	256	266	102	1 001
	%	36,3%	57,9%	69,3%	66,7%	49,6%
Outra universidade nacional privada	n	28	41	30	17	116
	%	2,7%	9,3%	7,8%	11,1%	5,7%
Outro politécnico nacional público	n	5	2	14	11	32
	%	0,5%	0,5%	3,6%	7,2%	1,6%
Outro politécnico nacional privado	n	3	1	1	2	7
	%	0,3%	0,2%	0,3%	1,3%	0,3%
Outra estrangeira	n	150	71	37	18	276
	%	14,4%	16,1%	9,6%	11,8%	13,7%
Outras	n	1	1	3	0	5
	%	0,1%	0,2%	0,8%	0,0%	0,2%
Total	n	1 039	442	384	153	2 018
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha

#### 4.3.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF22, humanidades. A Tabela 55 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada, pelos docentes da área de humanidades (CNAEF22), tem uma presença mais nacional do que internacional, no que se refere a livros e a artigos. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área no ensino universitário indicou pelo menos um livro nacional (mais de 32%). No caso do politécnico, a maior percentagem de docentes refere os artigos nacionais (mais de 19%).

Tabela 55 – CNAEF22: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	489	193	62	43
	%	38,0%	32,3%	11,3%	18,5%
Livros internacionais	n	97	37	9	5
	%	7,5%	6,2%	1,6%	2,2%
Capítulos nacionais	n	183	91	36	11
	%	14,2%	15,2%	6,6%	4,7%
Capítulos internacionais	n	167	39	18	5
	%	13,0%	6,5%	3,3%	2,2%
Artigos nacionais	n	277	164	107	49
	%	21,5%	27,5%	19,5%	21,1%
Artigos internacionais	n	333	79	44	21
	%	25,9%	13,2%	8,0%	9,1%
Artigos atas nacionais	n	131	78	84	40
	%	10,2%	13,1%	15,3%	17,2%
Artigos atas internacionais	n	215	74	66	25
	%	16,7%	12,4%	12,0%	10,8%
Atividades artísticas	n	26	16	28	6
	%	2,0%	2,7%	5,1%	2,6%
Teses/Dissertações	n	70	59	59	25
	%	5,4%	9,9%	10,7%	10,8%
Outras	n	199	114	50	23
	%	15,5%	19,1%	9,1%	9,9%

No que se refere ao universitário público, existe ainda uma percentagem elevada de docentes a mencionar pelo menos um artigo internacional (26%). No que se refere ao politécnico público, verifica-se que 15% (84) dos docentes mencionam pelo menos um artigo em atas nacionais.

#### 4.3.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF22, humanidades.

A Tabela 56 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 56 - CNAEF22: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	27	19	6	4
	%	2,1%	3,2%	1,1%	1,7%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	197	48	28	11
	%	15,3%	8,0%	5,1%	4,7%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	465	130	151	45
	%	36,1%	21,8%	27,5%	19,4%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	345	67	73	17
	%	26,8%	11,2%	13,3%	7,3%
Docência noutra IES	n	388	240	131	87
	%	30,1%	40,2%	23,9%	37,5%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	150	125	215	81
	%	11,7%	20,9%	39,2%	34,9%
Participação em projetos de investigação	n	633	233	212	89
	%	49,2%	39,0%	38,6%	38,4%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	412	94	47	18
	%	32,0%	15,7%	8,6%	7,8%
Outras	n	211	29	54	14
	%	16,4%	4,9%	9,8%	6,0%

Quer no setor universitário quer no politécnico, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (acima de 38%). Por outro lado, os docentes desta área e no universitário público referem também pelo menos um cargo de gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, entre outros) (36%). No caso do politécnico público, 39% (215) do corpo docente menciona a docência noutra instituição de ensino (não superior). No caso do setor privado, quer universitário quer politécnico, a segunda experiência académica mais mencionada foi a docência noutra IES (40% e 38%, respetivamente)

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 57 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF22, Humanidades, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 57 - CNAEF22: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	31	23	4	1
	%	2,4%	3,9%	0,7%	0,4%
Órgãos do governo local e regional	n	14	31	15	10
	%	1,1%	5,2%	2,7%	4,3%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	169	108	89	52
	%	13,1%	18,1%	16,2%	22,4%
Instituições internacionais	n	166	46	37	13
	%	12,9%	7,7%	6,7%	5,6%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	143	178	105	79
	%	11,1%	29,8%	19,1%	34,1%
Consultoria	n	54	33	27	21
	%	4,2%	5,5%	4,9%	9,1%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	26	19	12	4
	%	2,0%	3,2%	2,2%	1,7%
Outras	n	24	56	11	16
	%	1,9%	9,4%	2,0%	6,9%

A maior parte do corpo docente da área de humanidades que estão no ensino universitário público, refere pelo menos uma experiência extra-académica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (13%).

No caso do privado, e em ambos os setores, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos (acima de 30%). Relativamente ao politécnico público, a maior parte dos docentes também mencionam as organizações privadas com fins lucrativos como experiência extra-académica (19%).

#### 4.4. CNAEF31 - CIÊNCIAS SOCIAIS E DO COMPORTAMENTO

A informação constante na presente secção pretende caraterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF31.

##### 4.4.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 4 035 docentes, sendo que a maioria, 68% (2 731) é proveniente do ensino universitário e 62% (2 501) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 68% (1 626) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 67% (875) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos uma

distribuição equitativa dos docentes da área das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31), sendo esta proporção semelhante qualquer que seja o subsistema (48% de mulheres no ensino universitário e 56% no ensino politécnico) ou o setor de ensino (51% de mulheres no setor público e 49% no setor privado). (ver Tabela 58).

Tabela 58 - CNAEF31: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	778	522	497	229	2 026
	&	47,8%	47,2%	56,8%	53,4%	50,2%
Masculino	n	848	583	378	200	2 009
	&	52,2%	52,8%	43,2%	46,6%	49,8%
Total	n	1 626	1 105	875	429	4 035
	&	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (34%), seguida da categoria de assistente (16%) e seguida ainda da categoria de professor associado (12%) (ver Tabela 59). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 22% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor associado, professor auxiliar e assistente convidados que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar, professor auxiliar convidado e assistente que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação



contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 10% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 31% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 59 - CNAEF31: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)**

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	127	58	185
	%	8,0%	5,3%	6,9%
Professor catedrático convidado	n	21	15	36
	%	1,3%	1,4%	1,3%
Professor associado	n	213	105	318
	%	13,5%	9,7%	11,9%
Professor associado convidado	n	19	27	46
	%	1,2%	2,5%	1,7%
Professor auxiliar	n	654	241	895
	%	41,4%	22,2%	33,5%
Professor auxiliar convidado	n	93	145	238
	%	5,9%	13,3%	8,9%
Assistente	n	152	286	438
	%	9,6%	26,3%	16,4%
Assistente convidado	n	167	136	303
	%	10,6%	12,5%	11,4%
Assistente estagiário	n	10	56	66
	%	0,6%	5,1%	2,5%
Assistente estagiário convidado	n	-	3	3
	%	-	0,3%	0,1%
Monitor	n	17	2	19
	%	1,1%	0,2%	0,7%
Leitor	n	9	2	11
	%	0,6%	0,2%	0,4%
Outras	n	98	12	110
	%	6,2%	1,1%	4,1%
Total	n	1 580	1 088	2 668
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (31%), seguida da categoria de equiparado a professor adjunto (17%) e seguida ainda pela categoria de equiparado a assistente (16%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (37%), seguida das categorias de assistente do 1º triénio (17%) e de professor coordenador (16%) (ver Tabela 60).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 54% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 46% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 60 - CNAEF31: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)**

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	91	64	155
	%	10,8%	15,6%	12,4%
Equiparado a professor coordenador	n	4	18	22
	%	0,5%	4,4%	1,8%
Professor adjunto	n	260	152	412
	%	30,9%	37,3%	33,0%
Equiparado a professor adjunto	n	140	33	173
	%	16,6%	8,1%	13,8%
Assistente do 1º triénio	n	68	68	136
	%	8,1%	16,7%	10,9%
Assistente do 2º triénio	n	110	46	156
	%	13,1%	11,3%	12,5%
Equiparado a assistente	n	133	21	154
	%	15,8%	5,1%	12,3%
Especialmente contratados	n	2	-	2
	%	0,2%	-	0,2%
Especialistas	n	1	3	4
	%	0,1%	0,7%	0,3%
Outras	n	33	3	36
	%	3,9%	0,7%	2,9%
Total	n	842	408	1 250
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (52% no ensino universitário e 63% no ensino politécnico) (ver Tabela 61).



**Tabela 61 - CNAEF31: Corpo docente por regime de tempo**

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEEX - Tempo integral com exclusividade	n	768	70	394	15	1 247
	%	47,6%	6,3%	45,2%	3,5%	31,0%
TI - Tempo integral	n	536	384	236	143	1 299
	%	33,2%	34,8%	27,1%	33,4%	32,3%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	290	578	226	268	1 362
	%	18,0%	52,4%	25,9%	62,6%	33,9%
Outros (inferior a 20%)	n	21	72	15	2	110
	%	1,3%	6,5%	1,7%	0,5%	2,7%
Total	n	1 615	1 104	871	428	4 018
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.4.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 62). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes (75% no ensino público e 46% no ensino privado), no ensino politécnico a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre (50% no ensino público e 42% no ensino privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

**Tabela 62 - CNAEF31: Corpo docente por grau académico mais elevado**

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	1 216	510	246	130	2 102
	%	74,8%	46,2%	28,1%	30,3%	52,1%
Mestrado	n	255	372	438	182	1 247
	%	15,7%	33,7%	50,1%	42,4%	30,9%
Licenciatura	n	154	221	190	116	681
	%	9,5%	20,0%	21,7%	27,0%	16,9%
Bacharelato	n	-	2	1	1	4
	%	-	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%
Outros	n	1	-	-	-	1
	%	0,1%	-	-	-	0,0%
Total	n	1 626	1 105	875	429	4 035
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 63). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 75%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (25%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 63 - CNAEF31: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	1 228	827	778	371	3 204
	%	75,6%	75,2%	89,0%	87,1%	79,6%
Último grau no estrangeiro	n	397	273	96	55	821
	%	24,4%	24,8%	11,0%	12,9%	20,4%
Total	n	1 625	1 100	874	426	4 025
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada fraca (-0,413) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 64).

Tabela 64 - CNAEF31: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Pública	Privada	Público	Privado	
1950-1959	n	-	2	-	-	2
	%	-	0,3%	-	-	0,1%
1960-1969	n	18	18	2	3	41
	%	1,4%	2,3%	0,3%	1,0%	1,4%
1970-1979	n	188	82	42	22	334
	%	14,3%	10,6%	6,6%	7,6%	11,1%
1980-1989	n	477	194	165	75	911
	%	36,2%	25,2%	25,7%	26,0%	30,2%
1990-1999	n	542	334	311	128	1 315
	%	41,2%	43,3%	48,5%	44,4%	43,6%
2000-2009	n	91	141	121	60	413
	%	6,9%	18,3%	18,9%	20,8%	13,7%
Total	n	1 316	771	641	288	3 016
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes, com exceção para os do politécnico público, não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área das humanidades (CNAEF31) (ver Tabela 65). No entanto, aproximadamente metade dos docentes do ensino politécnico público fez formação inicial numa área que não a das ciências sociais e do comportamento (51%).

Tabela 65 - CNAEF31: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Ciências sociais e do comportamento	n	1 030	585	318	169	2 102
	%	77,7%	69,8%	49,1%	56,7%	67,6%
Outras áreas	n	295	253	330	129	1 007
	%	22,3%	30,2%	50,9%	43,3%	32,4%
Total	n	1 325	838	648	298	3 109
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (56%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 66).

Tabela 66 - CNAEF31: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	911	143	1 054
	%	56,1%	13,0%	38,7%
Outra universidade nacional pública	n	271	584	855
	%	16,7%	53,1%	31,4%
Outra universidade nacional privada	n	44	96	140
	%	2,7%	8,7%	5,1%
Outro politécnico nacional público	n	-	1	1
	%	-	0,1%	0,0%
Outro politécnico nacional privado	n	-	3	3
	%	-	0,3%	0,1%
Outra estrangeira	n	398	273	671
	%	24,5%	24,8%	24,6%
Outras	n	1	-	1
	%	0,1%	-	0,0%
Total	n	1 625	1 100	2 725
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (96%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 67), mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado.

Tabela 67 - CNAEF31: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	49	6	55
	%	5,6%	1,4%	4,2%
Outra universidade nacional pública	n	599	284	883
	%	68,5%	66,5%	67,9%
Outra universidade nacional privada	n	128	81	209
	%	14,6%	19,0%	16,1%
Outro politécnico nacional público	n	1	1	2
	%	0,1%	0,2%	0,2%
Outro politécnico nacional privado	n	1	-	1
	%	0,1%	-	0,1%
Outra estrangeira	n	96	55	151
	%	11,0%	12,9%	11,6%
Total	n	874	427	1 301
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área das humanidades (CNAEF31), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 68). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (48%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

Tabela 68 - CNAEF31: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	638	144	103	15	900
	%	48,3%	17,2%	15,9%	5,0%	29,0%
Outra universidade nacional pública	n	450	437	368	169	1424
	%	34,1%	52,3%	57,0%	56,7%	45,9%
Outra universidade nacional privada	n	69	137	84	59	349
	%	5,2%	16,4%	13,0%	19,8%	11,3%
Outro politécnico nacional público	n	18	21	63	25	127
	%	1,4%	2,5%	9,8%	8,4%	4,1%
Outro politécnico nacional privado	n	10	11	8	13	42
	%	0,8%	1,3%	1,2%	4,4%	1,4%
Outra estrangeira	n	135	83	17	14	249
	%	10,2%	9,9%	2,6%	4,7%	8,0%
Outras	n	-	3	3	3	9
	%	-	0,4%	0,5%	1,0%	0,3%
Total	n	1 320	836	646	298	3 100
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.4.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF31, ciências sociais e do comportamento. A Tabela 69 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada, pelos docentes da área de ciências sociais e de comportamento (CNAEF31), tem uma forte presença em termos de artigos nacionais à exceção do universitário público. Neste caso, a maior parte dos docentes mencionaram pelo menos uma referência na categoria de artigo internacional (44%).

Tabela 69 - CNAEF31: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	363	202	61	64
	%	22,3%	18,3%	7,0%	14,9%
Livros internacionais	n	84	41	4	11
	%	5,2%	3,7%	0,5%	2,6%
Capítulos nacionais	n	197	66	41	28
	%	12,1%	6,0%	4,7%	6,5%
Capítulos internacionais	n	189	42	17	5
	%	11,6%	3,8%	1,9%	1,2%
Artigos nacionais	n	411	295	193	95
	%	25,3%	26,7%	22,1%	22,1%
Artigos internacionais	n	711	222	119	56
	%	43,7%	20,1%	13,6%	13,1%
Artigos atas nacionais	n	108	125	129	51
	%	6,6%	11,3%	14,7%	11,9%
Artigos atas internacionais	n	205	146	126	48
	%	12,6%	13,2%	14,4%	11,2%
Atividades artísticas	n	5	9	17	1
	%	0,3%	0,8%	1,9%	0,2%
Teses/Dissertações	n	74	140	101	59
	%	4,6%	12,7%	11,5%	13,8%
Outras	n	206	124	72	39
	%	12,7%	11,2%	8,2%	9,1%

Como uma segunda referência de investigação científica, os docentes do politécnico privado mencionam os livros nacionais (60%). Em relação ao politécnico público, o segundo tipo de referência mais indicado foi o artigo em atas internacionais (59%). No universitário, a segunda referência são os artigos nacionais no público e os internacionais no privado.

#### 4.4.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF31, ciências sociais e de comportamento.

A Tabela 70 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 70 - CNAEF31: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	45	17	15	14
	%	2,8%	1,5%	1,7%	3,3%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	161	55	69	30
	%	9,9%	5,0%	7,9%	7,0%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	422	209	288	94
	%	26,0%	18,9%	32,9%	21,9%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	282	73	132	32
	%	17,3%	6,6%	15,1%	7,5%
Docência noutra IES	n	400	393	189	144
	%	24,6%	36,6%	21,6%	33,6%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	84	86	153	82
	%	5,2%	7,8%	17,5%	19,1%
Participação em projetos de investigação	n	792	497	407	182
	%	48,7%	45,0%	46,52%	42,4%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	471	136	82	30
	%	29,0%	12,3%	9,4%	7,0%
Outras	n	178	41	45	17
	%	10,9%	3,7%	5,1%	4,0%

A maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (mais de 42%), em todos os setores/subsistemas. Por outro lado, a segunda experiência académica mais mencionada pelos docentes desta área no público é diferente para cada subsistema: no universitário, a coordenação de unidades e/ou grupos de investigação; no politécnico, a gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.). No caso do privado, quer universitário quer politécnico, o corpo docente menciona a docência noutra IES (mais de 33%).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 71 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF31, ciências sociais e de comportamento, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 71 - CNAEF31: Corpo docente por referências de experiência extra-académica**

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	85	59	12	13
	%	5,2%	5,3%	1,4%	3,0%
Órgãos do governo local e regional	n	33	52	38	13
	%	2,0%	4,7%	4,3%	3,0%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	373	399	249	145
	%	22,9%	36,1%	28,5%	33,8%
Instituições internacionais	n	214	102	43	28
	%	13,2%	9,2%	4,9%	6,5%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	277	435	287	211
	%	17,0%	39,4%	32,8%	49,2%
Consultoria	n	180	135	99	80
	%	11,1%	12,2%	11,3%	18,6%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	79	40	62	12
	%	4,9%	3,6%	7,1%	2,8%
Outras	n	58	118	7	19
	%	3,6%	10,7%	0,8%	4,4%

A maior parte do corpo docente desta área que estão no ensino universitário público, refere pelo menos uma experiência extra-académica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (23%). No caso privado, a maior parte do corpo docente desta área refere pelo menos uma experiência nas organizações privadas com fins lucrativos.

No caso do politécnico, público e privado, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos (33% e 49%, respetivamente).

#### 4.5. CNAEF32 - INFORMAÇÃO E JORNALISMO

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF32.

##### 4.5.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 669 docentes, sendo que a maioria, 56% (373) é proveniente do ensino universitário e 53% (356) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 42% (156) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 68% (200) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria

dos docentes da área da informação e jornalismo (CNAEF32), são homens, 60% (399), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (65% no ensino universitário e 53% no ensino politécnico) e o setor (57% no ensino público e 63% no ensino privado) (ver Tabela 72).

**Tabela 72 - CNAEF32: Corpo docente por género**

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	60	71	94	45	270
	%	38,5%	32,7%	47,0%	46,9%	40,4%
Masculino	n	96	146	106	51	399
	%	61,5%	67,3%	53,0%	53,1%	59,6%
Total	n	156	217	200	96	669
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (24%), seguida da categoria de assistente (21%) e seguida ainda da categoria de assistente convidado (20%) (ver Tabela 73). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 12% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor associado, professor auxiliar e assistente convidados que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar, professor auxiliar convidado e assistente que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente

a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 9% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 39% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 73 - CNAEF32: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)**

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	5	3	8
	%	3,2%	1,4%	2,2%
Professor catedrático convidado	n	-	2	2
	%	-	0,9%	0,5%
Professor associado	n	13	22	35
	%	8,4%	10,3%	9,5%
Professor associado convidado	n	1	2	3
	%	0,6%	0,9%	0,8%
Professor auxiliar	n	52	36	88
	%	33,8%	16,8%	23,9%
Professor auxiliar convidado	n	12	31	43
	%	7,8%	14,5%	11,7%
Assistente	n	14	63	77
	%	9,1%	29,4%	20,9%
Assistente convidado	n	45	30	75
	%	29,2%	14,0%	20,4%
Assistente estagiário	n	-	20	20
	%	-	9,3%	5,4%
Assistente estagiário convidado	n	-	3	3
	%	-	1,4%	0,8%
Monitor	n	3	1	4
	%	1,9%	0,5%	1,1%
Leitor	n	1	-	1
	%	0,6%	-	0,3%
Outras	n	8	1	9
	%	5,2%	0,5%	2,4%
Total	n	154	214	368
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de equiparado a professor adjunto (24%), seguida da categoria de professor adjunto (23%) e seguida ainda pelas categorias de assistente do 2º triénio e equiparado a assistente (17%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (41%), seguida das categorias de assistente do 2º triénio (24%) e de assistente do 1º triénio (21%) (ver Tabela 74).



Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 68% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 52% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 74 - CNAEF32: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	9	3	12
	%	4,5%	3,6%	4,2%
Equiparado a professor coordenador	n	0	3	3
	%	0,0%	3,6%	1,1%
Professor adjunto	n	45	34	79
	%	22,5%	40,5%	27,8%
Equiparado a professor adjunto	n	47	1	48
	%	23,5%	1,2%	16,9%
Assistente do 1º triénio	n	23	18	41
	%	11,5%	21,4%	14,4%
Assistente do 2º triénio	n	33	20	53
	%	16,5%	23,8%	18,7%
Equiparado a assistente	n	33	2	35
	%	16,5%	2,4%	12,3%
Especialmente contratados	n	2	-	2
	%	1,0%	-	0,7%
Outras	n	8	3	11
	%	4,0%	3,6%	3,9%
Total	n	200	84	284
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com ou sem exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (65% no ensino universitário e 58% no ensino politécnico) (ver Tabela 75).

Tabela 75 - CNAEF32: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	35	4	84	-	123
	%	22,9%	1,8%	42,2%	-	18,5%
TI - Tempo integral	n	64	70	54	40	228
	%	41,8%	32,3%	27,1%	41,7%	34,3%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	50	140	57	56	303
	%	32,7%	64,5%	28,6%	58,3%	45,6%
Outros (inferior a 20%)	n	4	3	4	-	11
	%	2,6%	1,4%	2,0%	-	1,7%
Total	n	153	217	199	96	665
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

4.5.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Mestre (ver Tabela 76). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes (54% no ensino público e 40% no ensino privado), no ensino politécnico a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre (58% no ensino público e 52% no ensino privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.



Tabela 76 - CNAEF32: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	84	87	43	21	235
	%	53,8%	40,1%	21,5%	21,9%	35,1%
Mestrado	n	56	62	115	50	283
	%	35,9%	28,6%	57,5%	52,1%	42,3%
Licenciatura	n	16	67	41	25	149
	%	10,3%	30,9%	20,5%	26,0%	22,3%
Bacharelato	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,5%	-	0,1%
Outros	n	-	1	-	-	1
	%	-	0,5%	-	-	0,1%
Total	n	156	217	200	96	669
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 77). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 28%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (25%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 77 - CNAEF32: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	130	155	174	78	537
	%	83,3%	72,1%	87,0%	81,3%	80,5%
Último grau no estrangeiro	n	26	60	26	18	130
	%	16,7%	27,9%	13,0%	18,8%	19,5%
Total	n	156	215	200	96	667
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa forte (-0,756) o que parece indicar anos de graduação recentes e, consequentemente, um corpo docente jovem (ver Tabela 78).

Tabela 78 - CNAEF32: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	1	5	-	1	7
	%	0,8%	4,1%	-	1,6%	1,5%
1970-1979	n	7	9	6	5	27
	%	5,3%	7,4%	4,3%	7,9%	5,9%
1980-1989	n	47	24	15	10	96
	%	35,6%	19,7%	10,9%	15,9%	21,1%
1990-1999	n	63	64	81	25	233
	%	47,7%	52,5%	58,7%	39,7%	51,2%
2000-2009	n	14	20	36	22	92
	%	10,6%	16,4%	26,1%	34,9%	20,2%
Total	n	132	122	138	63	455
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes, com exceção para os do politécnico público, alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área da informação e jornalismo (CNAEF32) (ver Tabela 79). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura não se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 79 - CNAEF32: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Informação e jornalismo	n	54	54	36	17	161
	%	40,9%	40,0%	25,7%	25,8%	34,0%
Outras áreas	n	78	81	104	49	312
	%	59,1%	60,0%	74,3%	74,2%	66,0%
Total	n	132	135	140	66	473
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (55%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 80).

**Tabela 80 - CNAEF32: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	86	43	129
	%	55,1%	20,0%	34,8%
Outra universidade nacional pública	n	37	98	135
	%	23,7%	45,6%	36,4%
Outra universidade nacional privada	n	6	10	16
	%	3,8%	4,7%	4,3%
Outro politécnico nacional público	n	-	3	3
	%	-	1,4%	0,8%
Outro politécnico nacional privado	n	-	1	1
	%	-	0,5%	0,3%
Outra estrangeira	n	26	60	86
	%	16,7%	27,9%	23,2%
Outras	n	1	-	1
	%	0,6%	-	0,3%
Total	n	156	215	371
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (91%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 81), mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado.

**Tabela 81 - CNAEF32: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	17	10	27
	%	8,5%	10,4%	9,1%
Outra universidade nacional pública	n	148	53	201
	%	74,0%	55,2%	67,9%
Outra universidade nacional privada	n	5	12	17
	%	2,5%	12,5%	5,7%
Outro politécnico nacional público	n	3	2	5
	%	1,5%	2,1%	1,7%
Outro politécnico nacional privado	n	1	1	2
	%	0,5%	1,0%	0,7%
Outra estrangeira	n	26	18	44
	%	13,0%	18,8%	14,9%
Total	n	200	96	296
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da informação e jornalismo (CNAEF32), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 82). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (46%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 82 - CNAEF32: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	60	24	26	7	117
	%	45,5%	17,9%	18,6%	10,8%	24,8%
Outra universidade nacional pública	n	53	70	77	31	231
	%	40,2%	52,2%	55,0%	47,7%	49,0%
Outra universidade nacional privada	n	9	20	19	11	59
	%	6,8%	14,9%	13,6%	16,9%	12,5%
Outro politécnico nacional público	n	3	2	12	10	27
	%	2,3%	1,5%	8,6%	15,4%	5,7%
Outro politécnico nacional privado	n	-	5	2	1	8
	%	-	3,7%	1,4%	1,5%	1,7%
Outra estrangeira	n	7	11	4	5	27
	%	5,3%	8,2%	2,9%	7,7%	5,7%
Outras	n	-	2	-	-	2
	%	-	1,5%	-	-	0,4%
Total	n	132	134	140	65	471
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.5.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF32, informação e jornalismo. A Tabela 83 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada, pelos docentes da área de informação e jornalismo (CNAEF32) no subsistema universitário, quer público quer privado, tem uma presença mais nacional do que internacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um livro nacional (acima dos 17%).

**Tabela 83 – CNAEF32:**  
**Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	27	38	16	13
	%	17,3%	17,5%	8,0%	13,5%
Livros internacionais	n	5	7	3	2
	%	3,2%	3,2%	1,5%	2,1%
Capítulos nacionais	n	5	9	5	-
	%	3,2%	4,1%	2,59%	-
Capítulos internacionais	n	8	2	3	1
	%	5,1%	0,9%	1,5%	1,0%
Artigos nacionais	n	23	35	20	21
	%	14,7%	16,1%	10,0%	21,9%
Artigos internacionais	n	18	18	14	8
	%	11,5%	8,3%	7,0%	8,3%
Artigos atas nacionais	n	11	27	25	11
	%	7,1%	12,4%	12,5%	11,5%
Artigos atas internacionais	n	22	29	25	8
	%	14,1%	13,4%	12,5%	8,3%
Atividades artísticas	n	13	16	27	2
	%	8,3%	7,4%	13,5%	2,1%
Teses/Dissertações	n	15	29	16	8
	%	9,6%	13,4%	8,0%	8,3%
Outras	n	17	21	15	9
	%	10,9%	9,7%	7,5%	9,4%

No que se refere ao politécnico, a maior parte dos docentes fizeram referências a atividades artísticas no setor público (14%) e a artigos nacionais no setor privado (22%).

#### 4.5.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF32, informação e jornalismo.

A Tabela 84 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 84 - CNAEF32: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	2	1	1	-
	%	1,3%	0,5%	0,5%	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	18	4	12	5
	%	11,5%	1,8%	6,0%	5,2%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	37	35	59	17
	%	23,7%	16,1%	29,5%	17,7%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	36	19	20	5
	%	23,1%	8,8%	10,0%	5,2%
Docência noutra IES	n	47	69	42	26
	%	30,1%	31,8%	21,0%	27,1%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	12	21	35	7
	%	7,7%	9,7%	17,5%	7,3%
Participação em projetos de investigação	n	80	81	81	33
	%	51,3%	37,3%	40,5%	34,4%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	42	14	15	5
	%	26,9%	6,5%	7,5%	5,2%
Outras	n	18	17	11	5
	%	11,5%	7,8%	5,5%	5,2%

Em todos os subsistemas/setores, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação. Por outro lado, a segunda referência de experiência académica mais citada foi, no caso do setor privado, quer universitário quer politécnico, a docência noutra IES (32% e 27%, respetivamente). Relativamente ao politécnico, a segunda referência mais citada no setor público foi a coordenação de unidades e/ou grupos de investigação (27%). No caso do privado, a segunda referência mais citada foi a gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.) (18%).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 85 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF32, informação e jornalismo, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 85 - CNAEF32: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica

Experiência extra-acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	12	6	-	3
	%	7,7%	2,8%	-	3,1%
Órgãos do governo local e regional	n	2	9	10	3
	%	1,3%	4,1%	5,0%	3,1%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	39	56	35	17
	%	25,0%	25,8%	17,5%	17,7%
Instituições internacionais	n	24	14	9	4
	%	15,4%	6,5%	4,5%	4,2%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	67	122	106	60
	%	42,9%	56,2%	53,0%	62,5%
Consultoria	n	19	27	18	25
	%	12,2%	12,4%	9,0%	26,0%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	5	9	1	2
	%	3,2%	4,1%	0,5%	2,1%
Outras	n	2	20	5	4
	%	1,3%	9,2%	2,5%	4,2%

A maior parte do corpo docente da área de informação e jornalismo, quer universitário quer politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-acadêmica em organizações privadas com fins lucrativos. A segunda experiência extra-acadêmica mais citada pelo corpo docente desta área foi em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, à exceção do politécnico privado que refere a consultoria.

#### 4.6. CNAEF34 – CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF34.

##### 4.6.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 2 666 docentes, sendo que a maioria, 52% (1 393) é proveniente do ensino politécnico e 48% (1 273) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 52% (662) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 73% (1 021) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área das ciências empresariais (CNAEF34) são homens, 56% (1 663), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (66% no ensino universitário e 59% no ensino politécnico) e qualquer que seja o setor (61% no ensino público e 66% no ensino privado) (Tabela 86).

Tabela 86 - CNAEF34: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	225	204	440	134	1 003
	%	34,0%	33,4%	43,1%	36,0%	37,6%
Masculino	n	437	407	581	238	1 663
	%	66,0%	66,6%	56,9%	64,0%	62,4%
Total	n	662	611	1021	372	2 666
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (27%), seguida da categoria de assistente (21%) e seguida ainda pela categoria de assistente convidado (20%) (ver Tabela 87). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 11% dos docentes do ensino público se encontram numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, auxiliar convidado e assistente convidado que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar, assistente e assistente convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 12% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 44% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 87 - CNAEF34: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)	Universitário		Total
	Público	Privado	
Professor catedrático	n 29 % 4,6%	13 2,2%	42 3,4%
Professor catedrático convidado	n 6 % 1,0%	8 1,3%	14 1,1%
Professor associado	n 38 % 6,0%	32 5,4%	70 5,7%
Professor associado convidado	n 10 % 1,6%	12 2,0%	22 1,8%
Professor auxiliar	n 220 % 34,9%	111 18,7%	331 27,0%
Professor auxiliar convidado	n 75 % 11,9%	73 12,3%	148 12,1%
Assistente	n 72 % 11,4%	190 32,0%	262 21,4%
Assistente convidado	n 147 % 23,3%	100 16,8%	247 20,2%
Assistente estagiário	n 1 % 0,2%	41 6,9%	42 3,4%
Assistente estagiário convidado	n - % -	2 0,3%	2 0,2%
Monitor	n 5 % 0,8%	6 1,0%	11 0,9%
Outras	n 28 % 4,4%	6 1,0%	34 2,8%
Total	n 631 % 100,0%	594 100,0%	1 225 100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto e a de equiparado a professor adjunto (22%), seguida das categorias de equiparado a assistente (19%) e seguida ainda pela categoria de assistente do 2º triénio (16%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (35%), seguida da categoria de assistente do 1º triénio (23%) e seguida ainda de assistente do 2º triénio (22%) (Tabela 88).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 70% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 53% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 88 - CNAEF34: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)	Politécnico		Total
	Público	Privado	
Professor coordenador	n 50 % 5,0%	35 9,9%	85 6,2%
Equiparado a professor coordenador	n 6 % 0,6%	2 0,6%	8 0,6%
Professor adjunto	n 223 % 22,1%	122 34,5%	345 25,3%
Equiparado a professor adjunto	n 219 % 21,7%	16 4,5%	235 17,2%
Assistente do 1º triénio	n 138 % 13,7%	80 22,6%	218 16,0%
Assistente do 2º triénio	n 160 % 15,8%	78 22,0%	238 17,4%
Equiparado a assistente	n 187 % 18,5%	11 3,1%	198 14,5%
Especialistas	n 1 % 0,1%	5 1,4%	6 0,4%
Outras	n 26 % 2,6%	5 1,4%	31 2,3%
Total	n 1 010 % 100,0%	354 100,0%	1 364 100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (57% no ensino universitário e 66% no ensino politécnico) (ver Tabela 89).

Tabela 89 - CNAEF34: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo	Universitário		Politécnico		Total
	Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n 293 % 44,4%	18 2,9%	455 44,9%	8 2,2%	774 29,1%
TI - Tempo integral	n 155 % 23,5%	227 37,2%	266 26,2%	115 30,9%	763 28,7%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n 197 % 29,8%	346 56,6%	287 28,3%	246 66,1%	1 076 40,5%
Outros (inferior a 20%)	n 15 % 2,3%	20 3,3%	6 0,6%	3 0,8%	44 1,7%
Total	n 660 % 100,0%	611 100,0%	1 014 100,0%	372 100,0%	2 657 100,0%



Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.6.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Mestre (ver Tabela 90). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário público o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes (54%), nas restantes tipologias de ensino a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre (47% no ensino universitário privado, 57% no politécnico público e 53% no politécnico privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

**Tabela 90 - CNAEF34: Corpo docente por grau académico mais elevado**

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	358	191	165	62	776
	%	54,1%	31,3%	16,2%	16,7%	29,1%
Mestrado	n	221	287	578	197	1 283
	%	33,4%	47,0%	56,6%	53,0%	48,1%
Licenciatura	n	82	132	277	111	602
	%	12,4%	21,6%	27,1%	29,8%	22,6%
Bacharelato	n	1	1	1	-	3
	%	0,2%	0,2%	0,1%	-	0,1%
Outros	n	-	-	-	2	2
	%	-	-	-	0,5%	0,1%
Total	n	662	611	1 021	372	2 666
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal

a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (Tabela 91). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 73%) é no ensino universitário público que encontramos o maior número de docentes (27%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 91 - CNAEF34: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Público		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	482	457	926	330	2 195
	%	72,9%	75,2%	90,7%	88,7%	82,5%
Último grau no estrangeiro	n	179	151	95	42	467
	%	27,1%	24,8%	9,3%	11,3%	17,5%
Total	n	661	608	1 021	372	2 662
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada forte (-0,655) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 92).

**Tabela 92 - CNAEF34: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
anterior a 1950	n	-	1	-	-	1
	%	-	0,2%	-	-	0,1%
1950-1959	n	-	1	-	-	1
	%	-	0,2%	-	-	0,1%
1960-1969	n	5	5	1	2	13
	%	0,9%	1,2%	0,1%	0,8%	0,7%
1970-1979	n	65	50	50	21	186
	%	11,9%	11,6%	7,1%	8,5%	9,6%
1980-1989	n	146	107	124	64	441
	%	26,8%	24,8%	17,6%	25,8%	22,9%
1990-1999	n	279	214	391	116	1 000
	%	51,3%	49,5%	55,5%	46,8%	51,9%
2000-2009	n	49	54	138	45	286
	%	9,0%	12,5%	19,6%	18,1%	14,8%
Total	n	544	432	704	248	1 928
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, enquanto no ensino universitário público, sensivelmente metade dos docentes da área fez a sua formação inicial fora das ciências empresariais, no politécnico público a maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área das ciências empresariais (CNAEF34) (ver Tabela 93).

No entanto, a situação é inversa no caso do ensino privado onde a maioria dos docentes que atualmente lecionam na área das ciências empresariais fez formação inicial noutras áreas (62% tanto no ensino universitário como no ensino politécnico). Tal facto parece significar que, para uma percentagem significativa de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura não se prolongou na área de continuação de estudos.

**Tabela 93 - CNAEF34: Área da licenciatura**

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Ciências empresariais	n	273	172	397	96	938
	%	50,1%	38,1%	56,0%	38,2%	48,0%
Outras áreas	n	272	279	312	155	1 018
	%	49,9%	61,9%	44,0%	61,8%	52,0%
Total	n	545	451	709	251	1 956
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (49%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 94).

**Tabela 94 - CNAEF34: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	323	100	423
	%	48,9%	16,4%	33,3%
Outra universidade nacional pública	n	116	269	385
	%	17,5%	44,2%	30,3%
Outra universidade nacional privada	n	40	61	101
	%	6,1%	10,0%	8,0%
Outro politécnico nacional público	n	3	12	15
	%	0,5%	2,0%	1,2%
Outro politécnico nacional privado	n	-	10	10
	%	-	1,6%	0,8%
Outra estrangeira	n	179	152	331
	%	27,1%	25,0%	26,1%
Outras	n	-	4	4
	%	-	0,7%	0,3%
Total	n	661	608	1 269
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expectável, observamos que a maioria dos docentes (86%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 95), mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado.

**Tabela 95 - CNAEF34:**

**Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	164	32	196
	%	16,1%	8,6%	14,1%
Outra universidade nacional pública	n	608	194	802
	%	59,6%	52,2%	57,6%
Outra universidade nacional privada	n	122	75	197
	%	12,0%	20,2%	14,2%
Outro politécnico nacional público	n	20	12	32
	%	2,0%	3,2%	2,3%
Outro politécnico nacional privado	n	6	12	18
	%	0,6%	3,2%	1,3%
Outra estrangeira	n	97	44	141
	%	9,5%	11,8%	10,1%
Outras	n	3	3	6
	%	0,3%	0,8%	0,4%
Total	n	1 020	372	1 392
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área das ciências empresariais (CNAEF34), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 96). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (54%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 96 - CNAEF34: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	292	93	139	28	552
	%	53,8%	20,7%	19,6%	11,2%	28,3%
Outra universidade nacional pública	n	168	226	372	126	892
	%	30,9%	50,2%	52,5%	50,2%	45,7%
Outra universidade nacional privada	n	52	80	126	52	310
	%	9,6%	17,8%	17,8%	20,7%	15,9%
Outro politécnico nacional público	n	7	22	55	28	112
	%	1,3%	4,9%	7,8%	11,2%	5,7%
Outro politécnico nacional privado	n	6	6	6	7	25
	%	1,1%	1,3%	0,8%	2,8%	1,3%
Outra estrangeira	n	18	23	8	10	59
	%	3,3%	5,1%	1,1%	4,0%	3,0%
Outras	n	-	-	2	-	2
	%	-	-	0,3%	-	0,1%
Total	n	543	450	708	251	1 952
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.6.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF34, ciências empresariais. A Tabela 97 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área de ciências empresariais (CNAEF34), tem uma presença mais nacional do que internacional visto que a maior parte dos docentes mencionaram pelo menos um artigo nacional, à exceção do universitário público em que a maior parte refere artigos internacionais.

**Tabela 97 – CNAEF34: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	105	98	92	42
	%	15,9%	16,0%	9,0%	11,3%
Livros internacionais	n	9	10	5	6
	%	1,4%	1,6%	0,5%	1,6%
Capítulos nacionais	n	33	16	27	7
	%	5,0%	2,6%	2,6%	1,9%
Capítulos internacionais	n	45	18	12	4
	%	6,8%	2,9%	1,2%	1,1%
Artigos nacionais	n	111	109	196	48
	%	16,8%	17,8%	19,2%	12,9%
Artigos internacionais	n	312	103	137	37
	%	47,1%	16,9%	13,4%	9,9%
Artigos atas nacionais	n	33	58	128	41
	%	5,0%	9,5%	12,5%	11,0%
Artigos atas internacionais	n	124	104	163	44
	%	18,7%	17,0%	16,0%	11,8%
Atividades artísticas	n	5	1	5	-
	%	0,8%	0,2%	0,5%	-
Teses/Dissertações	n	52	76	94	41
	%	7,9%	12,4%	9,2%	11,0%
Outras	n	53	43	59	18
	%	8,0%	7,0%	5,8%	4,80%

No entanto, a segunda referência de investigação mais mencionada pelos docentes desta área foi o artigo em atas internacionais.

#### 4.6.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF34, ciências empresariais.

A Tabela 98 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 98 - CNAEF34: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	12	6	13	7
	%	9,1%	1,0%	1,3%	1,9%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	59	22	58	18
	%	8,9%	3,6%	5,7%	4,8%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	152	85	233	61
	%	23,0%	13,9%	22,8%	16,4%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	68	41	90	16
	%	10,3%	6,7%	8,8%	4,3%
Docência noutra IES	n	134	198	119	100
	%	20,2%	32,4%	11,7%	26,9%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	31	37	167	52
	%	4,7%	6,1%	16,4%	14,0%
Participação em projetos de investigação	n	187	169	218	80
	%	28,2%	27,7%	21,4%	21,5%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	86	30	49	12
	%	13,0%	4,9%	4,8%	3,2%
Outras	n	46	9	42	6
	%	6,9%	1,5%	4,1%	1,6%

No setor privado, quer universitário quer politécnico, a maior parte dos docentes desta área indica como experiência académica a docência noutra IES (32% e 27%, respetivamente). Por outro lado, os docentes desta área e do ensino universitário público, referem pelo menos uma participação em projetos de investigação (28%). No caso do politécnico público, a maior parte refere a gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.) (23%).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 99 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF34, ciências empresariais, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 99 - CNAEF34: Corpo docente por referências de experiência extra-académica**

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	16	21	9	11
	%	2,4%	3,4%	0,9%	3,0%
Órgãos do governo local e regional	n	15	29	35	19
	%	2,3%	4,7%	3,4%	5,1%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	167	155	212	93
	%	25,2%	25,4%	20,8%	25,0%
Instituições internacionais	n	41	37	34	25
	%	6,2%	6,1%	3,3%	6,7%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	274	380	666	257
	%	41,4%	62,2%	65,2%	69,1%
Consultoria	n	121	195	208	101
	%	18,3%	31,9%	20,4%	27,2%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	25	36	57	17
	%	3,8%	5,9%	5,6%	4,6%
Outras	n	39	74	28	18
	%	5,9%	12,2%	2,7%	4,8%

A maior parte do corpo docente da área das ciências empresariais, quer no ensino universitário quer no politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos (acima dos 60%, à exceção do universitário público cuja percentagem é de 41%).

Por outro lado, a maior parte dos docentes do setor privado refere como uma segunda experiência extra-académica a consultoria, enquanto no público, a segunda experiência extra-académica mais mencionada foi em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

#### 4.7. CNAEF38 – DIREITO

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF38.

##### 4.7.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 1 404 docentes, sendo que a maioria, 75% (1 053) é proveniente do ensino universitário e 52% (733) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 48% (500) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 66% (233) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área do direito (CNAEF38) são homens, 62% (863), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (65% no ensino universitário e 52% no ensino politécnico) e qualquer que seja o setor (60% no ensino público e 64% no ensino privado) (ver Tabela 100).

Tabela 100 - CNAEF38: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	182	191	114	54	541
	%	36,4%	34,5%	48,9%	45,8%	38,5%
Masculino	n	318	362	119	64	863
	%	63,6%	65,5%	51,1%	54,2%	61,5%
Total	n	500	553	233	118	1 404
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de assistente (28%), seguida da categoria de assistente convidado (19%) e seguida ainda pela categoria de professor auxiliar (14%) (ver Tabela 101). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 19% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, assistente e assistente convidado que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar e auxiliar convidado, assistente e assistente convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 30% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 37% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 101 - CNAEF38: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	48	34	82
	%	9,6%	6,2%	7,8%
Professor catedrático convidado	n	5	17	22
	%	1,0%	3,1%	2,1%
Professor associado	n	46	40	86
	%	9,2%	7,3%	8,2%
Professor associado convidado	n	5	10	15
	%	1,0%	1,8%	1,4%
Professor auxiliar	n	78	65	143
	%	15,6%	11,9%	13,7%
Professor auxiliar convidado	n	28	66	94
	%	5,6%	12,0%	9,0%
Assistente	n	138	156	294
	%	27,7%	28,5%	28,1%
Assistente convidado	n	115	88	203
	%	23,0%	16,1%	19,4%
Assistente estagiário	n	9	46	55
	%	1,8%	8,4%	5,3%
Monitor	n	9	-	9
	%	1,8%	-	0,9%
Outras	n	18	26	44
	%	3,6%	4,7%	4,2%
Total	n	499	548	1047
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de equiparado a assistente (30%), assistente do 1º triénio (18%) e de assistente do 2º triénio (16%) e seguida ainda pela categoria de assistente do 2º triénio (16%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de assistente do 1º triénio (39%), seguida da categoria de professor adjunto (26%) e seguida ainda de assistente do 2º triénio (11%) (ver Tabela 102). Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 79% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 63% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 102 - CNAEF38: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	8	7	15
	%	3,5%	6,1%	4,4%
Equiparado a professor coordenador	n	3	4	7
	%	1,3%	3,5%	2,0%
Professor adjunto	n	29	30	59
	%	12,6%	26,3%	17,2%
Equiparado a professor adjunto	n	33	7	40
	%	14,3%	6,1%	11,6%
Assistente do 1º triénio	n	41	44	85
	%	17,8%	38,6%	24,7%
Assistente do 2º triénio	n	36	13	49
	%	15,7%	11,4%	14,2%
Equiparado a assistente	n	69	4	73
	%	30,0%	3,5%	21,2%
Especialmente contratados	n	1	-	1
	%	0,4%	-	0,3%
Especialistas	n	-	3	3
	%	-	2,6%	0,9%
Outras	n	10	2	12
	%	4,3%	1,8%	3,5%
Total	n	230	114	344
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino universitário público é em regime de tempo integral que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino politécnico e no universitário privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (41% no ensino politécnico público, 77% no ensino politécnico privado e 54% no ensino universitário privado) (ver Tabela 103).

Tabela 103 - CNAEF38: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	91	42	55	1	189
	%	18,3%	7,6%	23,9%	0,8%	13,5%
TI - Tempo integral	n	254	202	77	26	559
	%	51,0%	36,7%	33,5%	22,0%	40,0%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	117	295	95	91	598
	%	23,5%	53,5%	41,3%	77,1%	42,8%
Outros (inferior a 20%)	n	36	12	3	-	51
	%	7,2%	2,2%	1,3%	-	3,7%
Total	n	498	551	230	118	1 397
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.7.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Mestre (ver Tabela 104).

Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário público o grau de Mestre é o detido pela maioria dos docentes (46%), nas restantes tipologias de ensino a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Licenciado (39% no ensino universitário privado, 50% no politécnico público e 66% no politécnico privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 104 - CNAEF38: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	192	158	26	7	383
	%	38,4%	28,6%	11,2%	5,9%	27,3%
Mestrado	n	230	180	88	33	531
	%	46,0%	32,5%	37,8%	28,0%	37,8%
Licenciatura	n	78	215	117	78	488
	%	15,6%	38,9%	50,2%	66,1%	34,8%
Bacharelato	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,4%	-	0,1%
Outros	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,4%	-	0,1%
Total	n	500	553	233	118	1 404
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal



a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 105). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 86%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (14%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 105 - CNAEF38: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	459	475	205	109	1 248
	%	92,0%	86,2%	88,0%	93,2%	89,1%
Último grau no estrangeiro	n	40	76	28	8	152
	%	8,0%	13,8%	12,0%	6,8%	10,9%
Total	n	499	551	233	117	1 400
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa forte (-0,848) o que parece indicar anos de graduação recentes e, consequentemente, um corpo docente jovem (ver Tabela 106).

**Tabela 106 - CNAEF38: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
anterior a 1950	n	-	3	-	-	3
	%	-	1,0%	-	-	0,4%
1950-1959	n	-	5	-	2	7
	%	-	1,7%	-	5,1%	0,9%
1960-1969	n	14	15	-	2	31
	%	3,8%	5,1%	-	5,1%	3,8%
1970-1979	n	37	30	4	3	74
	%	10,1%	10,2%	3,6%	7,7%	9,1%
1980-1989	n	96	105	27	10	238
	%	26,2%	35,8%	24,3%	25,6%	29,4%
1990-1999	n	153	91	53	16	313
	%	41,7%	31,1%	47,7%	41,0%	38,6%
2000-2009	n	67	44	26	6	143
	%	18,3%	15,0%	23,4%	15,4%	17,7%
superior a 2009	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,9%	-	0,1%
Total	n	367	293	111	39	810
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a maioria dos docentes que atualmente lecionam na área do direito fez formação inicial na mesma área, qualquer que seja o setor e o subsistema de ensino. Tal parece significar que, para uma percentagem significativa de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

**Tabela 107 - CNAEF38: Área da licenciatura**

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Direito	n	366	300	110	32	808
	%	96,6%	95,2%	98,2%	82,1%	95,6%
Outras áreas	n	13	15	2	7	37
	%	3,4%	4,8%	1,8%	17,9%	4,4%
Total	n	379	315	112	39	845
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (62%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 108).

**Tabela 108 - CNAEF38: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	309	133	442
	%	62,2%	24,1%	42,2%
Outra universidade nacional pública	n	119	258	377
	%	23,9%	46,8%	36,0%
Outra universidade nacional privada	n	29	84	113
	%	5,8%	15,2%	10,8%
Outra estrangeira	n	40	76	116
	%	8,0%	13,8%	11,1%
Total	n	497	551	1 048
	%	100,0%	100,0%	100,0%



Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (99%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 109) mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado.

**Tabela 109 - CNAEF38: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia	Politécnico			Total
		Público	Privado	
Mesma	n	3	1	4
	%	1,3%	0,8%	1,1%
Outra universidade nacional pública	n	116	65	181
	%	49,8%	55,1%	51,6%
Outra universidade nacional privada	n	84	44	128
	%	36,1%	37,3%	36,5%
Outro politécnico nacional público	n	2	-	2
	%	0,9%	-	0,6%
Outra estrangeira	n	28	8	36
	%	12,0%	6,8%	10,3%
Total	n	233	118	351
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área do direito (CNAEF38), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 110). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (62%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 110 - CNAEF38: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	234	92	1	-	327
	%	62,1%	29,4%	0,9%	-	38,9%
Outra universidade nacional pública	n	91	148	60	24	323
	%	24,1%	47,3%	53,6%	61,5%	38,4%
Outra universidade nacional privada	n	44	46	47	13	150
	%	11,7%	14,7%	42,0%	33,3%	17,8%
Outro politécnico nacional público	n	-	-	-	1	1
	%	-	-	-	2,6%	0,1%
Outra estrangeira	n	8	27	3	1	39
	%	2,1%	8,6%	2,7%	2,6%	4,6%
Outras	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,9%	-	0,1%
Total	n	377	313	112	39	841
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.7.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF38, direito. A Tabela 111 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área de direito (CNAEF38), tem uma presença mais nacional do que internacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área e do ensino universitário indicou pelo menos um livro nacional.

Tabela 111 – CNAEF38:

Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	176	179	36	25
	%	35,2%	32,4%	15,5%	21,2%
Livros internacionais	n	7	26	1	-
	%	1,4%	4,7%	0,4%	-
Capítulos nacionais	n	58	75	4	3
	%	11,6%	13,6%	1,7%	2,5%
Capítulos internacionais	n	22	27	1	1
	%	4,4%	4,9%	0,4%	0,8%
Artigos nacionais	n	131	134	58	21
	%	26,2%	24,2%	24,9%	17,8%
Artigos internacionais	n	52	40	19	5
	%	10,4%	7,2%	8,2%	4,2%
Artigos atas nacionais	n	31	54	13	3
	%	6,2%	9,8%	5,6%	2,5%
Artigos atas internacionais	n	32	25	14	5
	%	6,4%	4,5%	6,0%	4,2%
Atividades artísticas	n	2	3	2	-
	%	0,4%	0,5%	0,9%	-
Teses/Dissertações	n	61	79	16	4
	%	12,2%	14,3%	6,9%	3,4%
Outras	n	67	58	17	10
	%	13,4%	10,5%	7,3%	8,5%

No entanto, no caso dos docentes do ensino politécnico público, verifica-se que 25% (58) mencionaram pelo menos uma referência na categoria de artigo nacional. No que se refere ao politécnico privado, a maior parte dos docentes referem livros nacionais (21%)

#### 4.7.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF38, formação dos professores/formadores e ciências de educação.

A Tabela 112 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 112 - CNAEF38: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	7	16	3	1
	%	1,4%	2,9%	1,3%	0,8%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	21	36	9	6
	%	4,2%	6,5%	3,9%	5,1%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	74	60	37	9
	%	14,8%	10,8%	15,9%	7,6%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	39	25	12	4
	%	7,8%	4,5%	5,2%	3,4%
Docência noutra IES	n	184	208	65	31
	%	36,8%	37,6%	27,9%	26,3%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	22	21	28	12
	%	4,4%	3,8%	12,0%	10,2%
Participação em projetos de investigação	n	131	111	32	15
	%	26,2%	20,1%	13,7%	12,7%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	32	19	5	1
	%	6,4%	3,4%	2,1%	0,8%
Outras	n	58	7	11	2
	%	11,6%	1,3%	4,7%	1,7%

A maior parte dos docentes desta área e em ambos os setores/subsistemas, indicou pelo menos uma experiência académica de docência noutra IES (no público, acima de 36%; no privado, acima de 26%). Como uma segunda referência de experiência académica, a maior parte dos docentes desta área refere pelo menos uma participação em projetos de investigação (no universitário, acima de 20%; no politécnico, acima de 13%).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 113 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF38, direito, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 113 - CNAEF38: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	71	69	9	10
	%	14,2%	12,5%	3,9%	8,5%
Órgãos do governo local e regional	n	12	28	14	6
	%	2,4%	5,1%	6,0%	5,1%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	185	173	62	38
	%	37,0%	31,3%	26,6%	32,2%
Instituições internacionais	n	73	59	4	9
	%	14,6%	10,7%	1,7%	7,6%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	185	306	155	86
	%	37,0%	55,3%	66,5%	72,9%
Consultoria	n	70	76	22	21
	%	14,0%	13,7%	9,4%	17,8%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	8	7	2	-
	%	1,6%	1,3%	0,9%	-
Outras	n	12	47	7	10
	%	2,4%	8,5%	3,0%	8,5%

A maior parte do corpo docente da área de direito que estão no ensino universitário público, refere pelo menos uma experiência extra-académica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (37%) e também, em organizações privadas com fins lucrativos (37%).

Nos restantes setores/subsistemas, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos.

#### 4.8. CNAEF42 – CIÊNCIAS DA VIDA

A informação constante na presente secção pretende caraterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF42.

##### 4.8.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 1 370 docentes, sendo que a maioria, 79% (1 088) é proveniente do ensino universitário e 80% (1 096) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 85% (923) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 61% (173) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área das ciências da vida (CNAEF42) são mulheres, 55% (755), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (54% no ensino universitário e 61% no ensino politécnico) e qualquer que seja o setor (53% no ensino público e 63% no ensino privado) (ver Tabela 114).

Tabela 114 - CNAEF42: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	481	102	104	68	755
	%	52,1%	61,8%	60,1%	62,4%	55,1%
Masculino	n	442	63	69	41	615
	%	47,9%	38,2%	39,9%	37,6%	44,9%
Total	n	923	165	173	109	1 370
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (48%), seguida da categoria de professor associado (15%) e seguida ainda pelas categorias de professor catedrático e auxiliar convidado (8%) (ver Tabela 115). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 24% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, associado e catedrático, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar, auxiliar convidado e assistente convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 2% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 15% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 115 - CNAEF42: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	79	5	84
	%	8,8%	3,1%	7,9%
Professor catedrático convidado	n	5	3	8
	%	0,6%	1,9%	0,8%
Professor associado	n	138	16	154
	%	15,3%	10,0%	14,5%
Professor associado convidado	n	11	3	14
	%	1,2%	1,9%	1,3%
Professor auxiliar	n	445	61	506
	%	49,4%	38,1%	47,7%
Professor auxiliar convidado	n	49	31	80
	%	5,4%	19,4%	7,5%
Assistente	n	21	11	32
	%	2,3%	6,9%	3,0%
Assistente convidado	n	39	19	58
	%	4,3%	11,9%	5,5%
Assistente estagiário	n	-	9	9
	%	-	5,6%	0,8%
Assistente estagiário convidado	n	-	1	1
	%	-	0,6%	0,1%
Monitor	n	3	-	3
	%	0,3%	-	0,3%
Outras	n	111	1	112
	%	12,3%	0,6%	10,6%
Total	n	901	160	1 061
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (29%), equiparado a professor adjunto (22%) e seguida pela categoria de equiparado a assistente (20%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor coordenador (34%), seguida da categoria de professor adjunto (28%) e seguida ainda de assistente do 1º triénio (16%) (Tabela 116). Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 60% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 38% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 116 - CNAEF42: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	16	34	50
	%	9,3%	34,0%	18,3%
Equiparado a professor coordenador	n	-	2	2
	%	-	2,0%	0,7%
Professor adjunto	n	50	28	78
	%	29,1%	28,0%	28,7%
Equiparado a professor adjunto	n	38	6	44
	%	22,1%	6,0%	16,2%
Assistente do 1º triénio	n	16	16	32
	%	9,3%	16,0%	11,8%
Assistente do 2º triénio	n	15	7	22
	%	8,7%	7,0%	8,1%
Equiparado a assistente	n	34	7	41
	%	19,8%	7,0%	15,1%
Outras	n	3	-	3
	%	1,7%	-	1,1%
Total	n	172	100	272
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (47% no ensino universitário e 60% no ensino politécnico) (ver Tabela 117).

Tabela 117 - CNAEF42: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	495	12	62	9	578
	%	54,1%	7,3%	36,0%	8,3%	42,5%
TI - Tempo integral	n	297	72	56	35	460
	%	32,5%	43,6%	32,6%	32,1%	33,8%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	90	78	54	65	287
	%	9,8%	47,3%	31,4%	59,6%	21,1%
Outros (inferior a 20%)	n	33	3	-	-	36
	%	3,6%	1,8%	-	-	2,6%
Total	n	915	165	172	109	1 361
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem

indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

4.8.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 118). Uma análise mais fina indica que este é o grau máximo detido, independentemente do setor ou do subsistema de ensino. No entanto, no ensino universitário privado e no politécnico, há ainda um número elevado de docentes que não possuem este grau, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 118 - CNAEF42: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	868	111	80	59	1 118
	%	94,0%	67,3%	46,2%	54,1%	81,6%
Mestrado	n	30	29	73	30	162
	%	3,3%	17,6%	42,2%	27,5%	11,8%
Licenciatura	n	24	25	18	20	87
	%	2,6%	15,2%	10,4%	18,3%	6,4%
Bacharelato	n	1	-	1	-	2
	%	0,1%	-	0,6%	-	0,1%
Outros	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,6%	-	0,1%
Total	n	923	165	173	109	1 370
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 119). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 76%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (24%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 119 - CNAEF42: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	721	126	155	89	1 091
	%	78,1%	76,4%	89,6%	81,7%	79,6%
Último grau no estrangeiro	n	202	39	18	20	279
	%	21,9%	23,6%	10,4%	18,3%	20,4%
Total	n	923	165	173	109	1 370
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada fraca (-0,262) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 120).

Tabela 120 - CNAEF42: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	13	6	1	-	20
	%	1,6%	5,0%	0,7%	-	1,7%
1970-1979	n	129	6	4	3	142
	%	15,8%	5,0%	2,7%	3,4%	12,1%
1980-1989	n	346	31	28	18	423
	%	42,3%	25,6%	18,9%	20,7%	36,0%
1990-1999	n	281	55	77	46	459
	%	34,4%	45,5%	52,0%	52,9%	39,1%
2000-2009	n	49	23	38	20	130
	%	6,0%	19,0%	25,7%	23,0%	11,1%
Total	n	818	121	148	87	1174
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes do ensino universitário e do politécnico privado não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação das ciências da vida (CNAEF42) (ver Tabela 121). No entanto, o mesmo não se passa com os docentes do ensino politécnico público. Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.



Tabela 121 - CNAEF42: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Ciências da vida	n	537	83	68	45	733
	%	65,7%	60,6%	45,3%	51,7%	61,5%
Outras áreas	n	280	54	82	42	458
	%	34,3%	39,4%	54,7%	48,3%	38,5%
Total	n	817	137	150	87	1 191
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (64%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 122).

Tabela 122 - CNAEF42:

Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Tipo de instituição		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	594	9	603
	%	64,4%	5,5%	55,4%
Outra universidade nacional pública	n	126	113	239
	%	13,7%	68,5%	22,0%
Outra universidade nacional privada	n	1	4	5
	%	0,1%	2,4%	0,5%
Outra estrangeira	n	202	39	241
	%	21,9%	23,6%	22,2%
Total	n	923	165	1088
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (96%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (Tabela 123), mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado.

Tabela 123 - CNAEF42:

Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	9	3	12
	%	5,2%	2,8%	4,3%
Outra universidade nacional pública	n	137	80	217
	%	79,2%	73,4%	77,0%
Outra universidade nacional privada	n	9	4	13
	%	5,2%	3,7%	4,6%
Outro politécnico nacional público	n	-	2	2
	%	-	1,8%	0,7%
Outra estrangeira	n	18	20	38
	%	10,4%	18,3%	13,5%
Total	n	173	109	282
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área das ciências da vida (CNAEF42), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 124). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (53%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

Tabela 124 - CNAEF42: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	436	6	17	5	464
	%	53,4%	4,4%	11,3%	5,7%	39,0%
Outra universidade nacional pública	n	304	112	102	63	581
	%	37,2%	81,8%	68,0%	72,4%	48,8%
Outra universidade nacional privada	n	9	4	7	6	26
	%	1,1%	2,9%	4,7%	6,9%	2,2%
Outro politécnico nacional público	n	1	2	17	6	26
	%	0,1%	1,5%	11,3%	6,9%	2,2%
Outro politécnico nacional privado	n	4	-	1	-	5
	%	0,5%	-	0,7%	-	0,4%
Outra estrangeira	n	63	13	6	5	87
	%	7,7%	9,5%	4,0%	5,7%	7,3%
Outras	n	-	-	-	2	2
	%	-	-	-	2,3%	0,2%
Total	n	817	137	150	87	1 191
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.8.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF42, ciências da vida. A Tabela 125 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área das ciências da vida (CNAEF42), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um artigo internacional, seja qual for o setor/subsistema.

Tabela 125 – CNAEF42: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	56	10	4	8
	%	6,1%	6,1%	2,3%	7,3%
Livros internacionais	n	19	6	2	2
	%	2,1%	3,6%	1,2%	1,8%
Capítulos nacionais	n	77	5	5	1
	%	8,3%	3,0%	2,9%	0,9%
Capítulos internacionais	n	84	7	6	1
	%	9,1%	4,2%	3,5%	0,9%
Artigos nacionais	n	69	11	21	18
	%	7,5%	6,7%	12,1%	16,5%
Artigos internacionais	n	751	92	82	48
	%	81,4%	55,8%	47,4%	44,0%
Artigos atas nacionais	n	32	13	31	11
	%	3,5%	7,9%	17,9%	10,1%
Artigos atas internacionais	n	107	16	33	16
	%	11,6%	9,7%	19,1%	14,7%
Atividades artísticas	n	1	-	1	-
	%	0,1%	-	0,6%	-
Teses/Dissertações	n	16	13	10	12
	%	1,7%	7,9%	5,8%	11,0%
Outras	n	68	14	10	7
	%	7,4%	8,5%	5,8%	6,4%

Verifica-se que, no caso do universitário público, o valor da percentagem é alto em relação aos restantes setores/subsistemas (81%).

#### 4.8.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF42, ciências da vida.

A Tabela 126 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 126 - CNAEF42: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	26	2	2	-
	%	2,8%	1,2%	1,2%	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	75	9	9	10
	%	8,1%	5,5%	5,2%	9,2%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	276	32	44	24
	%	29,9%	19,4%	25,4%	22,0%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	210	10	24	6
	%	22,8%	6,1%	13,9%	5,5%
Docência noutra IES	n	148	57	41	39
	%	16,0%	34,5%	23,7%	35,8%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	26	14	26	10
	%	2,8%	8,5%	15,0%	9,2%
Participação em projetos de investigação	n	505	112	102	66
	%	54,7%	67,9%	59,0%	60,6%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	317	34	18	17
	%	34,3%	20,6%	10,4%	15,6%
Outras	n	135	8	16	7
	%	14,6%	4,8%	9,2%	6,4%

A maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação, quer no ensino universitário quer no politécnico (acima de 55%). Por outro lado, os docentes desta área e do setor privado referem, como uma segunda experiência académica, a docência noutra IES (cerca de 35%).

No ensino universitário público, a segunda maior fatia refere a coordenação de unidades e/ou grupos de investigação (34%). No caso do politécnico público, 25% (44) dos docentes indicam a gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 127 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF42, ciências da vida, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 127 - CNAEF42: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica

Experiência extra-acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	3	5	-	-
	%	0,3%	3,0%	-	-
Órgãos do governo local e regional	n	11	3	6	2
	%	1,2%	1,8%	3,5%	1,8%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	117	25	37	28
	%	12,7%	15,2%	21,4	25,7%
Instituições internacionais	n	61	16	3	7
	%	6,6%	9,7%	1,7%	6,4%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	62	32	29	16
	%	6,7%	19,4%	16,8%	14,7%
Consultoria	n	32	14	9	12
	%	3,5%	8,5%	5,2%	11,0%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	41	16	22	3
	%	4,4%	9,7%	12,7%	2,8%
Outras	n	10	12	4	-
	%	1,1%	7,3%	2,3%	-

A maior parte do corpo docente da área das ciências da vida que estão no ensino universitário público ou politécnico privado, refere pelo menos uma experiência extra-acadêmica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, 13% (117) e 26% (28), respetivamente.

No caso do universitário privado e politécnico público, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-acadêmica em organizações privadas com fins lucrativos, 19% (32) e 17% (29), respetivamente.

#### 4.9. CNAEF44 – CIÊNCIAS FÍSICAS

A informação constante na presente secção pretende caraterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF44.

##### 4.9.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 1 868 docentes, sendo que a maioria, 80% (1 485) é proveniente do ensino universitário e 88% (1 640) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 91% (1 347) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 77% (293) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área das ciências físicas (CNAEF44) são homens, 60% (1 127), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (62% no ensino universitário e 56% no ensino politécnico) e qualquer que seja o setor (61% no ensino público e 54% no ensino privado) (ver Tabela 128).

Tabela 128 - CNAEF44: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	509	63	126	43	741
	%	37,8%	45,7%	43,0%	47,8%	39,7%
Masculino	n	838	75	167	47	1 127
	%	62,2%	54,3%	57,0%	52,2%	60,3%
Total	n	1 347	138	293	90	1 868
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (49%), seguida da categoria de professor associado (20%) e seguida ainda pela categoria de professor catedrático (11%) (ver Tabela 129). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 32% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, associado e catedrático, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar, associado e auxiliar convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 2% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 16% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 129 - CNAEF44: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	148	5	153
	%	11,3%	3,7%	10,6%
Professor catedrático convidado	n	15	3	18
	%	1,1%	2,2%	1,2%
Professor associado	n	268	22	290
	%	20,5%	16,4%	20,1%
Professor associado convidado	n	5	2	7
	%	0,4%	1,5%	0,5%
Professor auxiliar	n	661	45	706
	%	50,6%	33,6%	49,0%
Professor auxiliar convidado	n	56	20	76
	%	4,3%	14,9%	5,3%
Assistente	n	26	15	41
	%	2,0%	11,2%	2,8%
Assistente convidado	n	31	15	46
	%	2,4%	11,2%	3,2%
Assistente estagiário	n	-	6	6
	%	-	4,5%	0,4%
Monitor	n	17	-	17
	%	1,3%	-	1,2%
Leitor	n	1	-	1
	%	0,1%	-	0,1%
Outras	n	79	1	80
	%	6,0%	0,7%	5,6%
Total	n	1 307	134	1 441
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (29%), equiparado a professor adjunto (20%) e seguida pela categoria de equiparado a assistente (16%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (40%), seguida da categoria de professor coordenador (27%) e seguida ainda de assistente do 1º triénio (17%) (ver Tabela 130).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 56% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 30% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 130 - CNAEF44: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	30	23	53
	%	10,4%	26,7%	14,2%
Equiparado a professor coordenador	n	2	2	4
	%	0,7%	2,3%	1,1%
Professor adjunto	n	82	34	116
	%	28,7%	39,5%	31,2%
Equiparado a professor adjunto	n	56	3	59
	%	19,6%	3,5%	15,9%
Assistente do 1º triénio	n	25	15	40
	%	8,7%	17,4%	10,8%
Assistente do 2º triénio	n	30	4	34
	%	10,5%	4,7%	9,1%
Equiparado a assistente	n	46	2	48
	%	16,1%	2,3%	12,9%
Especialistas	n	-	1	1
	%	-	1,2%	0,3%
Outras	n	15	2	17
	%	5,2%	2,3%	4,6%
Total	n	286	86	372
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino universitário privado é em regime de tempo integral que a maioria dos docentes exerce funções (50%) e no ensino politécnico privado é em regime de tempo parcial (56%) (ver Tabela 131).

Tabela 131 - CNAEF44: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	893	3	142	4	1 042
	%	66,8%	2,2%	48,8%	4,4%	56,2%
TI - Tempo integral	n	327	68	69	36	500
	%	24,5%	49,6%	23,7%	40,0%	27,0%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	79	65	72	50	266
	%	5,9%	47,4%	24,7%	55,6%	14,3%
Outros (inferior a 20%)	n	37	1	8	-	46
	%	2,8%	0,7%	2,7%	-	2,5%
Total	n	1 336	137	291	90	1 854
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

4.9.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 132). Uma análise mais fina indica, no entanto, que a percentagem de doutores no politécnico ainda não atinge os 50%, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 132 - CNAEF44: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	1 258	97	144	42	1 541
	%	93,4%	70,3%	49,1%	46,7%	82,5%
Mestrado	n	42	21	105	30	198
	%	3,1%	15,2%	35,8%	33,3%	10,6%
Licenciatura	n	47	20	44	18	129
	%	3,5%	14,5%	15,0%	20,0%	6,9%
Total	n	1 347	138	293	90	1 868
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 133). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 72%) é no ensino universitário público que encontramos o maior número de docentes (28%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 133 - CNAEF44: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	971	103	253	82	1 409
	%	72,1%	74,6%	86,6%	91,1%	75,5%
Último grau no estrangeiro	n	375	35	39	8	457
	%	27,9%	25,4%	13,4%	8,9%	24,5%
Total	n	1 346	138	292	90	1 866
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa fraca (-0,202) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 134).

Tabela 134 - CNAEF44: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	38	1	1	-	40
	%	3,4%	1,0%	0,4%	-	2,6%
1970-1979	n	249	3	11	3	266
	%	22,0%	3,0%	4,6%	4,3%	17,3%
1980-1989	n	487	22	60	13	582
	%	43,1%	21,8%	25,0%	18,8%	37,8%
1990-1999	n	327	59	122	37	545
	%	28,9%	58,4%	50,8%	53,6%	35,4%
2000-2009	n	29	16	45	16	106
	%	2,6%	15,8%	18,8%	23,2%	6,9%
superior a 2009	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,4%	-	0,1%
Total	n	1 130	101	240	69	1 540
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação das ciências físicas (CNAEF44) (ver Tabela 135). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 135 - CNAEF44: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Ciências físicas	n	867	69	149	44	1 129
	%	76,7%	60,5%	62,3%	63,8%	72,7%
Outras áreas	n	264	45	90	25	424
	%	23,3%	39,5%	37,7%	36,2%	27,3%
Total	n	1 131	114	239	69	1 553
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (59%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 136).

Tabela 136 - CNAEF44: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	789	-	789
	%	58,6%	-	53,2%
Outra universidade nacional pública	n	179	101	280
	%	13,3%	73,2%	18,9%
Outra universidade nacional privada	n	1	1	2
	%	0,1%	0,7%	0,1%
Outro politécnico nacional privado	n	1	-	1
	%	0,1%	-	0,1%
Outra estrangeira	n	376	35	411
	%	27,9%	25,4%	27,7%
Outras	n	-	1	1
	%	-	0,7%	0,1%
Total	n	1 346	138	1 484
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (99%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 137). A mesma situação é mantida no ensino politécnico privado, sendo que aqui, nenhum dos docentes inquiridos indicou que obteve o último grau na instituição onde atualmente trabalha.

Tabela 137 - CNAEF44:

Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	5	-	5
	%	1,7%	-	1,3%
Outra universidade nacional pública	n	245	80	325
	%	83,9%	88,9%	85,1%
Outra universidade nacional privada	n	2	-	2
	%	0,7%	-	0,5%
Outro politécnico nacional público	n	-	2	2
	%	-	2,2%	0,5%
Outra estrangeira	n	39	8	47
	%	13,4%	8,9%	12,3%
Outras	n	1	-	1
	%	0,3%	-	0,3%
Total	n	292	90	382
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área das ciências físicas (CNAEF44), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 138). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (54%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

Tabela 138 - CNAEF44: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	608	4	32	-	644
	%	53,7%	3,5%	13,3%	-	41,4%
Outra universidade nacional pública	n	444	98	189	62	793
	%	39,2%	86,0%	78,8%	89,9%	51,0%
Outra universidade nacional privada	n	3	2	4	-	9
	%	0,3%	1,8%	1,7%	-	0,6%
Outro politécnico nacional público	n	1	1	3	4	9
	%	0,1%	0,9%	1,3%	5,8%	0,6%
Outro politécnico nacional privado	n	1	1	-	-	2
	%	0,1%	0,9%	-	-	0,1%
Outra estrangeira	n	75	8	12	3	98
	%	6,6%	7,0%	5,0%	4,3%	6,3%
Total	n	1 132	114	240	69	1 555
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.9.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF44, ciências físicas. A Tabela 139 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada, pelos docentes da área das ciências físicas (CNAEF44), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um artigo internacional, seja qual for o setor/subsistema.

Tabela 139 – CNAEF44: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	84	9	10	7
	%	6,2%	6,5%	3,4%	7,8%
Livros internacionais	n	36	2	3	-
	%	2,7%	1,4%	1,0%	-
Capítulos nacionais	n	47	1	6	2
	%	3,5%	0,7%	2,0%	2,2%
Capítulos internacionais	n	88	7	12	2
	%	6,5%	5,1%	4,1%	2,2%
Artigos nacionais	n	92	7	25	10
	%	6,8%	5,1%	8,5%	11,1%
Artigos internacionais	n	1 080	68	144	39
	%	80,2%	49,3%	49,1%	43,3%
Artigos atas nacionais	n	54	14	30	9
	%	4,0%	10,1%	10,2%	10,0%
Artigos atas internacionais	n	195	15	79	23
	%	14,5%	10,9%	27,0%	25,6%
Atividades artísticas	n	-	-	-	2
	%	-	-	-	0,7%
Teses/Dissertações	n	23	4	16	5
	%	1,7%	2,9%	5,5%	5,6%
Outras	n	100	11	22	5
	%	7,4%	8,0%	7,5%	5,6%

Verifica-se que, no caso do universitário público, o valor da percentagem é alto em relação aos restantes setores/subsistemas (80%).

#### 4.9.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF44, ciências físicas.

A Tabela 140 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 140 - CNAEF44: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	25	1	8	-
	%	1,9%	0,7%	2,7%	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	151	11	18	5
	%	11,2%	8,0%	6,1%	5,6%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	379	25	71	24
	%	28,1%	18,1%	24,2%	26,7%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	261	9	24	6
	%	19,4%	6,5%	8,2%	6,7%
Docência noutra IES	n	179	62	64	35
	%	13,3%	44,9%	21,8%	38,9%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	53	16	52	14
	%	3,9%	11,6%	17,7%	15,6%
Participação em projetos de investigação	n	639	91	175	46
	%	47,4%	65,9%	59,7%	54,4%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	400	22	40	15
	%	29,7%	15,9%	13,7%	16,7%
Outras	n	128	8	14	6
	%	9,5%	5,8%	4,8%	6,7%

A maior parte dos docentes desta área e de qualquer setor/subsistema indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (acima de 47% no universitário e acima de 54% no politécnico). Por outro lado, os docentes desta área e do setor privado, mencionam a docência noutra IES (no universitário 45% e no politécnico 39%). No caso do universitário público, os docentes também mencionam a coordenação de unidades e/ou grupos de investigação (30%) e, no caso do politécnico público, mencionam Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.) (24%).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 15 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF44, ciências físicas, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.



Tabela 141 - CNAEF44: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica

Experiência extra-acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	2	1	2	1
	%	0,1%	0,7%	0,7%	1,1%
Órgãos do governo local e regional	n	14	1	7	1
	%	1,0%	0,7%	2,4%	1,1%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	132	18	59	19
	%	9,8%	13,0%	20,1%	21,1%
Instituições internacionais	n	95	6	18	4
	%	7,1%	4,3%	6,1%	4,4%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	138	35	74	29
	%	10,2%	25,4%	25,3%	32,2%
Consultoria	n	32	10	19	16
	%	2,4%	7,2%	6,5%	17,8%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	55	12	25	4
	%	4,1%	8,7%	8,5%	4,4%
Outras	n	23	9	3	1
	%	1,7%	6,5%	1,0%	1,1%

A maior parte do corpo docente da área das ciências físicas que estão no ensino universitário e politécnico, quer público quer privado, refere pelo menos uma experiência extra-acadêmica em organizações privadas com fins lucrativos.

#### 4.10. CNAEF46 – MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF46.

##### 4.10.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 1 507 docentes, sendo que a maioria, 67% (1 006) é proveniente do ensino universitário e 88% (1 319) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 89% (891) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 86% (428) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área da matemática e estatística (CNAEF46) são mulheres, 54% (811), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (51% no ensino universitário e 59% no ensino politécnico) e qualquer que seja o setor (54% no ensino público e 52% no ensino privado) (ver Tabela 142).

Tabela 142 - CNAEF46: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	448	66	266	31	811
	%	50,3%	57,4%	62,1%	42,5%	53,8%
Masculino	n	443	49	162	42	696
	%	49,7%	42,6%	37,9%	57,5%	46,2%
Total	n	891	115	428	73	1 507
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (56%), seguida da categoria de professor associado (13%) e seguida ainda pela categoria de assistente (10%) (ver Tabela 143). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 23% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, associado e catedrático, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar, associado e auxiliar convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafectação de, pelo menos 7% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 35% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 143 - CNAEF46: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)	Universitário			Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	79	6	85
	%	9,2%	5,3%	8,8%
Professor catedrático convidado	n	4	-	4
	%	0,5%	-	0,4%
Professor associado	n	115	12	127
	%	13,5%	10,5%	13,1%
Professor associado convidado	n	2	2	4
	%	0,2%	1,8%	0,4%
Professor auxiliar	n	518	20	538
	%	60,6%	17,5%	55,5%
Professor auxiliar convidado	n	13	19	32
	%	1,5%	16,7%	3,3%
Assistente	n	60	36	96
	%	7,0%	31,6%	9,9%
Assistente convidado	n	28	14	42
	%	3,3%	12,3%	4,3%
Assistente estagiário	n	1	4	5
	%	0,1%	3,5%	0,5%
Monitor	n	13	1	14
	%	1,5%	0,9%	1,4%
Leitor	n	1	-	1
	%	0,1%	-	0,1%
Outras	n	21	-	21
	%	2,5%	-	2,2%
Total	n	855	114	969
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as duas primeiras posições são a de professor adjunto e equiparado a professor adjunto (24%), seguidas da categoria de equiparado a assistente (20%) e seguida pela categoria de assistente do 2º triénio (18%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (43%), seguida da categoria de assistente do 1º triénio (14%) e seguida ainda de professor coordenador (12%) (ver Tabela 144).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafectação de, pelo menos 70% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 41% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 144 - CNAEF46: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)	Politécnico			Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	21	9	30
	%	5,0%	12,3%	6,1%
Equiparado a professor coordenador	n	-	4	4
	%	-	5,5%	0,8%
Professor adjunto	n	101	31	132
	%	24,2%	42,5%	26,9%
Equiparado a professor adjunto	n	101	4	105
	%	24,2%	5,5%	21,4%
Assistente do 1º triénio	n	34	10	44
	%	8,1%	13,7%	9,0%
Assistente do 2º triénio	n	73	7	80
	%	17,5%	9,6%	16,3%
Equiparado a assistente	n	83	5	88
	%	19,9%	6,8%	17,9%
Especialmente contratados	n	1	1	2
	%	0,2%	1,4%	0,4%
Especialistas	n	-	1	1
	%	-	1,4%	0,2%
Outras	n	4	1	5
	%	1,0%	1,4%	1,0%
Total	n	418	73	491
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial, sendo que no ensino universitário privado, igual número de docentes leciona em tempo integral sem exclusividade (ver Tabela 145).

Tabela 145 - CNAEF46: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	614	5	265	2	886
	%	69,2%	4,3%	62,1%	2,7%	59,0%
TI - Tempo integral	n	226	54	107	30	417
	%	25,5%	47,0%	25,1%	41,1%	27,8%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	36	54	54	41	185
	%	4,1%	47,0%	12,6%	56,2%	12,3%
Outros (inferior a 20%)	n	11	2	1	-	14
	%	1,2%	1,7%	0,2%	-	0,9%
Total	n	887	115	427	73	1 502
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.10.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 146). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes (87% no ensino público e 39% no ensino privado), no ensino politécnico a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre (61% no ensino público e 55% no ensino privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

**Tabela 146 - CNAEF46: Corpo docente por grau académico mais elevado**

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	772	45	107	17	941
	%	86,6%	39,1%	25,0%	23,3%	62,4%
Mestrado	n	89	44	263	40	436
	%	10,0%	38,3%	61,4%	54,8%	28,9%
Licenciatura	n	30	26	58	16	130
	%	3,4%	22,6%	13,6%	21,9%	8,6%
Total	n	891	115	428	73	1 507
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 147). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 67%) é no ensino universitário público que encontramos o maior número de docentes (33%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 147 - CNAEF46: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	600	98	405	64	1 167
	%	67,3%	85,2%	94,8%	87,7%	77,5%
Último grau no estrangeiro	n	291	17	22	9	339
	%	32,7%	14,8%	5,2%	12,3%	22,5%
Total	n	891	115	427	73	1 506
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada forte (-0,568) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 148).

**Tabela 148 - CNAEF46: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1950-1959	n	-	1	-	-	1
	%	-	1,4%	-	-	0,1%
1960-1969	n	11	1	-	-	12
	%	1,4%	1,4%	-	-	1,0%
1970-1979	n	112	11	11	4	138
	%	14,7%	14,9%	3,1%	7,1%	11,0%
1980-1989	n	211	12	57	12	292
	%	27,7%	16,2%	16,0%	21,4%	23,4%
1990-1999	n	380	29	184	19	612
	%	49,8%	39,2%	51,7%	33,9%	49,0%
2000-2009	n	49	20	104	21	194
	%	6,4%	27,0%	29,2%	37,5%	15,5%
Total	n	763	74	356	56	1 249
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação da matemática e estatística (CNAEF46) (ver Tabela 135). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 149 - CNAEF46: Área da licenciatura

Área		Tipo de instituição				Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Matemática e estatística	n	619	53	279	38	989
	%	81,0%	65,4%	78,2%	66,7%	78,6%
Outras áreas	n	145	28	78	19	270
	%	19,0%	34,6%	21,8%	33,3%	21,4%
Total	n	764	81	357	57	1 259
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (43%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 150).

Tabela 150 - CNAEF46: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	380	8	388
	%	42,6%	7,0%	38,6%
Outra universidade nacional pública	n	213	79	292
	%	23,9%	68,7%	29,0%
Outra universidade nacional privada	n	6	11	17
	%	0,7%	9,6%	1,7%
Outro politécnico nacional privado	n	1	-	1
	%	0,1%	-	0,1%
Outra estrangeira	n	291	17	308
	%	32,7%	14,8%	30,6%
Total	n	891	115	1 006
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (99%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 151). A mesma situação é mantida no ensino politécnico privado, sendo que aqui, nenhum dos docentes inquiridos indicou que obteve o último grau na instituição onde atualmente trabalha.

Tabela 151 - CNAEF46: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	6	1	7
	%	1,4%	1,4%	1,4%
Outra universidade nacional pública	n	370	54	424
	%	86,7%	74,0%	84,8%
Outra universidade nacional privada	n	28	9	37
	%	6,6%	12,3%	7,4%
Outro politécnico nacional público	n	1	-	1
	%	0,2%	-	0,2%
Outra estrangeira	n	22	9	31
	%	5,2%	12,3%	6,2%
Total	n	427	73	500
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da matemática e estatística (CNAEF46), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 152). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (54%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

Tabela 152 - CNAEF46: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	409	5	6	2	422
	%	53,5%	6,2%	1,7%	3,5%	33,5%
Outra universidade nacional pública	n	294	63	315	42	714
	%	38,4%	77,8%	88,0%	73,7%	56,6%
Outra universidade nacional privada	n	17	9	26	8	60
	%	2,2%	11,1%	7,3%	14,0%	4,8%
Outro politécnico nacional público	n	1	0	5	-	6
	%	0,1%	0,0%	1,4%	-	0,5%
Outro politécnico nacional privado	n	-	1	1	1	3
	%	-	1,2%	0,3%	1,8%	0,2%
Outra estrangeira	n	44	3	3	4	54
	%	5,8%	3,7%	0,8%	7,0%	4,3%
Outras	n	-	-	2	-	2
	%	-	-	0,6%	-	0,2%
Total	n	765	81	358	57	1 261
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.10.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF46, matemática e estatística. A Tabela 153 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área da matemática e estatística (CNAEF46), tem uma presença mais internacional do que nacional, à exceção do ensino politécnico privado. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um artigo internacional.

Tabela 153 – CNAEF46: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	61	14	20	8
	%	6,8%	12,2%	4,7%	11,0%
Livros internacionais	n	22	2	2	1
	%	2,5%	1,7%	0,5%	1,4%
Capítulos nacionais	n	16	1	6	-
	%	1,8%	0,9%	1,4%	-
Capítulos internacionais	n	38	5	7	2
	%	4,3%	4,3%	1,6%	2,7%
Artigos nacionais	n	75	19	49	9
	%	8,4%	16,5%	11,4%	12,3%
Artigos internacionais	n	651	36	134	11
	%	73,1%	31,3%	31,3%	15,1%
Artigos atas nacionais	n	73	15	70	11
	%	8,2%	13,0%	16,4%	15,1%
Artigos atas internacionais	n	178	16	87	8
	%	20,0%	13,9%	20,3%	11,0%
Atividades artísticas	n	1	-	-	-
	%	0,1%	-	-	-
Teses/Dissertações	n	47	20	30	14
	%	5,3%	17,4%	7,0%	19,2%
Outras	n	85	18	23	4
	%	9,5%	15,7%	5,4%	5,5%

No entanto, no caso dos docentes do ensino politécnico privado, verifica-se que 19% (14) mencionaram pelo menos uma tese/dissertação.

#### 4.10.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF46, matemática e estatística.

A Tabela 154 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 154 - CNAEF46: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	12	2	5	1
	%	1,3%	1,7%	1,2%	1,4%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	75	5	21	1
	%	8,4%	4,3%	4,9%	1,4%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	190	11	91	7
	%	21,3%	9,6%	21,3%	9,6%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	192	6	39	3
	%	21,5%	5,2%	9,1%	4,1%
Docência noutra IES	n	144	61	115	30
	%	16,2%	53,0%	26,9%	41,1%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	45	17	97	19
	%	5,1%	14,8%	22,7%	26,0%
Participação em projetos de investigação	n	288	37	175	24
	%	32,3%	32,2%	40,9%	32,9%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	117	12	19	2
	%	13,1%	10,4%	4,4%	2,7%
Outras	n	97	8	18	5
	%	10,9%	7,0%	4,2%	6,8%

No ensino público, quer universitário quer politécnico, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (32% e 41%, respetivamente). No caso do ensino privado, a maior parte dos docentes menciona a docência noutra IES (41%).

No entanto, a segunda experiência académica mais mencionada no ensino privado é a participação em projetos de investigação (cerca de 32% em ambos os subsistemas).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 155 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF46, matemática e estatística, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.



Tabela 155 - CNAEF46: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica

Experiência extra-acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	6	2	1	1
	%	0,7%	1,7%	0,2%	1,4%
Órgãos do governo local e regional	n	5	2	3	-
	%	0,6%	1,7%	0,7%	-
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	62	18	32	12
	%	7,0%	15,7%	7,5%	16,4%
Instituições internacionais	n	20	6	8	2
	%	2,2%	5,2%	1,9%	2,7%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	54	18	63	28
	%	6,1%	15,7%	14,7%	38,4%
Consultoria	n	30	12	17	11
	%	3,4%	10,4%	4,0%	15,1%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	18	7	14	-
	%	2,0%	6,1%	3,3%	-
Outras	n	8	16	-	6
	%	0,9%	13,9%	-	7,6%

A maior parte do corpo docente da área de matemática e estatística que estão no ensino universitário, quer público quer privado, refere pelo menos uma experiência extra-acadêmica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, 7% (62) e 16% (18), respetivamente. No entanto, com uma percentagem semelhante no ensino universitário privado, os docentes referem as organizações privadas com fins lucrativos (16%).

No caso do ensino politécnico, em ambos os setores, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-acadêmica em organizações privadas com fins lucrativos, 15% (63) e 38% (28), respetivamente.

#### 4.11. CNAEF48 – INFORMÁTICA

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF48.

##### 4.11.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 1 011 docentes, sendo que a maioria, 58% (590) é proveniente do ensino universitário e 79% (803) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 77% (454) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 83% (349) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área da informática (CNAEF48) são homens, 82% (828), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (82% no ensino universitário e 82% no ensino politécnico) e qualquer que seja o setor (81% no ensino público e 87% no ensino privado) (ver Tabela 156).

Tabela 156 - CNAEF48: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	84	21	71	7	183
	%	18,5%	15,4%	20,3%	9,7%	18,1%
Masculino	n	370	115	278	65	828
	%	81,5%	84,6%	79,7%	90,3%	81,9%
Total	n	454	136	349	72	1 011
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (38%), seguida da categoria de assistente (15%) e seguida ainda pela categoria de assistente convidado (11%) (ver Tabela 157). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 16% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, associado e assistente, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor assistente, assistente convidado e professor auxiliar convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 10% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 40% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.



Tabela 157 - CNAEF48: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)	Universitário		Total
	Público	Privado	
Professor catedrático	n 21 % 5,2%	2 1,5%	23 4,3%
Professor associado	n 45 % 11,2%	11 8,2%	56 10,4%
Professor associado convidado	n 8 % 2,0%	1 0,7%	9 1,7%
Professor auxiliar	n 191 % 47,4%	15 11,2%	206 38,4%
Professor auxiliar convidado	n 25 % 6,2%	19 14,2%	44 8,2%
Assistente	n 42 % 10,4%	37 27,6%	79 14,7%
Assistente convidado	n 26 % 6,5%	32 23,9%	58 10,8%
Assistente estagiário	n - % -	16 11,9%	16 3,0%
Monitor	n 30 % 7,4%	1 0,7%	31 5,8%
Leitor	n 1 % 0,2%	-	1 0,2%
Outras	n 14 % 3,5%	-	14 2,6%
Total	n 403 % 100,0%	134 100,0%	537 100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de equiparado a assistente (26%), seguidas das categorias de professor adjunto e equiparado a professor adjunto (19%) e seguidas pela categoria de assistente do 2º triénio (16%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (47%), seguida da categoria de assistente do 1º triénio (20%) e seguida ainda de assistente do 2º triénio (11%) (ver Tabela 158).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 70% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 41% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 158 - CNAEF48: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)	Politécnico		Total
	Público	Privado	
Professor coordenador	n 11 % 3,2%	5 7,0%	16 3,8%
Equiparado a professor coordenador	n - % -	1 1,4%	1 0,2%
Professor adjunto	n 67 % 19,4%	33 46,5%	100 24,0%
Equiparado a professor adjunto	n 65 % 18,8%	3 4,2%	68 16,3%
Assistente do 1º triénio	n 48 % 13,9%	14 19,7%	62 14,9%
Assistente do 2º triénio	n 56 % 16,2%	8 11,3%	64 15,3%
Equiparado a assistente	n 90 % 26,0%	5 7,0%	95 22,8%
Especialmente contratados	n 1 % 0,3%	-	1 0,2%
Outras	n 8 % 2,3%	2 2,8%	10 2,4%
Total	n 346 % 100,0%	71 100,0%	417 100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes leciona (ver Tabela 159).

Tabela 159 - CNAEF48: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo	Universitário		Politécnico		Total
	Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n 266 % 58,8%	5 3,7%	179 51,3%	5 6,9%	455 45,1%
TI - Tempo integral	n 126 % 27,9%	54 39,7%	79 22,6%	25 34,7%	284 28,1%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n 55 % 12,2%	77 56,6%	90 25,8%	42 58,3%	264 26,2%
Outros (inferior a 20%)	n 5 % 1,1%	0 0,0%	1 0,3%	0 0,0%	6 0,6%
Total	n 452 % 100,0%	136 100,0%	349 100,0%	72 100,0%	1 009 100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

## 4.11.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 160). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário público o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes (73%) no ensino universitário privado e no ensino politécnico, a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre (38% no universitário privado, 49% no politécnico público e 44% no politécnico privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 160 - CNAEF48: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	332	43	72	14	461
	%	73,1%	31,6%	20,6%	19,4%	45,6%
Mestrado	n	79	51	171	32	333
	%	17,4%	37,5%	49,0%	44,4%	32,9%
Licenciatura	n	43	42	105	26	216
	%	9,5%	30,9%	30,1%	36,1%	21,4%
Bacharelato	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,3%	-	0,1%
Total	n	454	136	349	72	1 011
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 161). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 77%) é no ensino universitário público que encontramos o maior número de docentes (23%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 161 - CNAEF48: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	349	108	335	62	854
	%	76,9%	80,0%	96,0%	86,1%	84,6%
Último grau no estrangeiro	n	105	27	14	10	156
	%	23,1%	20,0%	4,0%	13,9%	15,4%
Total	n	454	135	349	72	1 010
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada forte (-0,549) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 162).

Tabela 162 - CNAEF48: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	4	-	-	-	4
	%	1,1%	-	-	-	0,5%
1970-1979	n	30	8	14	5	57
	%	7,9%	9,6%	6,0%	10,9%	7,7%
1980-1989	n	96	19	33	11	159
	%	25,4%	22,9%	14,2%	23,9%	21,5%
1990-1999	n	200	33	115	20	368
	%	52,9%	39,8%	49,4%	43,5%	49,7%
2000-2009	n	47	23	71	10	151
	%	12,4%	27,7%	30,5%	21,7%	20,4%
superior a 2009	n	1	-	-	-	1
	%	0,3%	-	-	-	0,1%
Total	n	378	83	233	46	740
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a maioria dos docentes do ensino politécnico alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação da informática. No entanto, a maioria dos docentes do ensino universitário, optou por manter a mesma área de formação em informática (CNAEF48) (ver Tabela 163).

Tabela 163 - CNAEF48: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Informática	n	187	46	99	23	355
	%	49,5%	53,5%	42,5%	48,9%	47,7%
Outras áreas	n	191	40	134	24	389
	%	50,5%	46,5%	57,5%	51,1%	52,3%
Total	n	378	86	233	47	744
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (61%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 164).

Tabela 164 - CNAEF48: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	276	21	297
	%	60,8%	15,6%	50,4%
Outra universidade nacional pública	n	65	72	137
	%	14,3%	53,3%	23,3%
Outra universidade nacional privada	n	6	14	20
	%	1,3%	10,4%	3,4%
Outro politécnico nacional privado	n	0	1	1
	%	0,0%	0,7%	0,2%
Outra estrangeira	n	107	27	134
	%	23,6%	20,0%	22,8%
Total	n	454	135	589
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (82%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 165). A mesma situação é mantida no ensino politécnico privado, sendo que apenas 10% dos docentes inquiridos indicaram que obtiveram o último grau na instituição onde atualmente trabalham.

Tabela 165 - CNAEF48: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	70	7	77
	%	20,1%	9,7%	18,3%
Outra universidade nacional pública	n	239	39	278
	%	68,5%	54,2%	66,0%
Outra universidade nacional privada	n	19	11	30
	%	5,4%	15,3%	7,1%
Outro politécnico nacional público	n	3	4	7
	%	0,9%	5,6%	1,7%
Outro politécnico nacional privado	n	3	1	4
	%	0,9%	1,4%	1,0%
Outra estrangeira	n	14	10	24
	%	4,0%	13,9%	5,7%
Outras	n	1	-	1
	%	0,3%	-	0,2%
Total	n	349	72	421
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da informática (CNAEF48), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 166). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (64%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

Tabela 166 - CNAEF48: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	242	12	36	1	291
	%	64,0%	14,0%	15,5%	2,1%	39,1%
Outra universidade nacional pública	n	102	41	154	28	325
	%	27,0%	47,7%	66,1%	59,6%	43,7%
Outra universidade nacional privada	n	11	19	28	11	69
	%	2,9%	22,1%	12,0%	23,4%	9,3%
Outro politécnico nacional público	n	-	4	13	-	17
	%	-	4,7%	5,6%	-	2,3%
Outro politécnico nacional privado	n	-	4	-	3	7
	%	-	4,7%	-	6,4%	0,9%
Outra estrangeira	n	23	6	2	4	35
	%	6,1%	7,0%	0,9%	8,5%	4,7%
Total	n	378	86	233	47	744
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.11.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF48, informática. A Tabela 167 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área da informática (CNAEF48), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área e do ensino universitário público indicou pelo menos um artigo internacional (50%).

Tabela 167 – CNAEF48: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	5	9	10	6
	%	1,1%	6,6%	2,9%	8,3%
Livros internacionais	n	15	2	1	3
	%	3,3%	1,5%	0,3%	4,2%
Capítulos nacionais	n	7	1	3	-
	%	1,5%	0,7%	0,9%	-
Capítulos internacionais	n	31	3	18	1
	%	6,8%	2,2%	5,2%	1,4%
Artigos nacionais	n	22	14	15	13
	%	4,8%	10,3%	4,3%	18,1%
Artigos internacionais	n	228	17	68	13
	%	50,2%	12,5%	19,5%	18,1%
Artigos atas nacionais	n	23	18	42	11
	%	5,1%	13,2%	12,0%	15,3%
Artigos atas internacionais	n	178	19	111	17
	%	39,2%	14,0%	31,8%	23,6%
Atividades artísticas	n	2	2	2	-
	%	0,4%	1,5%	0,6%	-
Teses/Dissertações	n	20	11	13	8
	%	4,4%	8,1%	3,7%	11,1%
Outras	n	43	8	15	2
	%	9,5%	5,9%	4,3%	2,8%

No que se refere aos restantes subsistemas/setores, a maior parte dos docentes refere artigos em atas internacionais. No caso do universitário privado, a percentagem de docentes nesta situação é de 14%; no politécnico público o valor é de 32% e no privado é de 24%.

#### 4.11.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF48, informática.

A Tabela 168 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 168 - CNAEF48: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	5	1	3	-
	%	1,1%	0,7%	0,9%	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	32	5	21	6
	%	7,0%	3,7%	6,0%	8,3%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	112	14	68	12
	%	24,7%	10,3%	19,5%	16,7%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	70	10	21	3
	%	15,4%	7,4%	6,0%	4,2%
Docência noutra IES	n	67	39	55	28
	%	14,8%	28,7%	15,8%	38,9%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	17	4	74	16
	%	3,7%	2,9%	21,2%	22,2%
Participação em projetos de investigação	n	236	64	158	25
	%	52,0%	47,1%	45,3%	34,7%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	108	15	32	4
	%	23,8%	11,0%	9,2%	5,6%
Outras	n	30	6	5	-
	%	6,6%	4,4%	1,4%	-

No ensino público, quer universitário quer politécnico, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (52% e 45%, respetivamente). No caso do ensino privado, a maior parte dos docentes do universitário e desta área refere pelo menos uma participação em projetos de investigação (47%). Relativamente ao ensino politécnico privado, a maior parte dos docentes menciona a docência noutra IES (39%).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 169 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF48, informática, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 169 - CNAEF48: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	2	1	2	-
	%	0,4%	0,7%	0,6%	-
Órgãos do governo local e regional	n	4	1	8	-
	%	0,9%	0,7%	2,3%	-
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	36	24	43	14
	%	7,9%	17,6%	12,3%	19,4%
Instituições internacionais	n	21	6	6	3
	%	4,6%	4,4%	1,7%	4,2%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	83	69	165	40
	%	18,3%	50,7%	47,3%	55,6%
Consultoria	n	23	16	42	21
	%	5,1%	11,8%	12,0%	29,2%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	21	20	37	8
	%	4,6%	14,7%	10,6%	11,1%
Outras	n	3	18	4	4
	%	0,7%	13,2%	1,1%	5,6%

Independentemente do subsistema/setor a que os docentes se inserem, a maior parte dos docentes da área de informática, refere pelo menos uma experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos, sendo que o valor correspondente é superior no setor privado (acima de 51%).

## 4.12. CNAEF52 – ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF52.

### 4.12.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 4 048 docentes, sendo que a maioria, 53% (2 133) é proveniente do ensino universitário e 89% (3 588) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 77% (1 084) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 93% (1 784) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52) são homens, 78% (3 141), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (78% ensino universitário e 77% no ensino politécnico) e qualquer que seja o setor (78% no ensino público e 73% no ensino privado) (ver Tabela 170).

Tabela 170 - CNAEF52: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	370	98	413	26	907
	%	20,5%	29,8%	23,2%	19,8%	22,4%
Masculino	n	1 434	231	1 371	105	3 141
	%	79,5%	70,2%	76,8%	80,2%	77,6%
Total	n	1 804	329	1 784	131	4 048
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (43%), seguida da categoria de professor associado (17%) e seguida ainda pelas categorias de assistente convidado e catedrático (9%) (ver Tabela 171). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 28% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que



uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, associado e catedrático, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar, assistente e professor auxiliar convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 6% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 26% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 171 - CNAEF52: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	160	14	174
	%	10,0%	4,3%	9,0%
Professor catedrático convidado	n	5	6	11
	%	0,3%	1,9%	0,6%
Professor associado	n	295	26	321
	%	18,4%	8,0%	16,7%
Professor associado convidado	n	13	8	21
	%	0,8%	2,5%	1,1%
Professor auxiliar	n	755	79	834
	%	47,1%	24,5%	43,3%
Professor auxiliar convidado	n	76	60	136
	%	4,7%	18,6%	7,1%
Assistente	n	99	72	171
	%	6,2%	22,3%	8,9%
Assistente convidado	n	134	45	179
	%	8,4%	13,9%	9,3%
Assistente estagiário	n	-	13	13
	%	-	4,0%	0,7%
Monitor	n	24	-	24
	%	1,5%	-	1,2%
Outras	n	42	-	42
	%	2,6%	-	2,2%
Total	n	1 603	323	1 926
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (29%), seguida da categoria de equiparado a professor adjunto (24%) e seguidas pela categoria de equiparado a assistente (18%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (40%), seguida da categoria de assistente do 1º triénio (22%) e seguida ainda de equiparado a assistente (14%) (ver Tabela 172).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 61% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 47% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 172 - CNAEF52: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	137	15	152
	%	7,9%	11,7%	8,3%
Equiparado a professor coordenador	n	12	1	13
	%	0,7%	0,8%	0,7%
Professor adjunto	n	489	51	540
	%	28,5%	39,5%	29,3%
Equiparado a professor adjunto	n	415	8	423
	%	24,2%	6,2%	22,9%
Assistente do 1º triénio	n	114	28	142
	%	6,6%	21,7%	7,7%
Assistente do 2º triénio	n	201	5	206
	%	11,7%	3,9%	11,2%
Equiparado a assistente	n	309	18	327
	%	18,0%	14,0%	17,7%
Especialistas	n	2	-	2
	%	0,1%	-	0,1%
Outras	n	38	3	41
	%	2,2%	2,3%	2,2%
Total	n	1 717	129	1 846
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes leciona (ver Tabela 173).



Tabela 173 - CNAEF52: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEIX - Tempo integral com exclusividade	n	933	17	895	5	1 850
	%	52,2%	5,2%	50,5%	3,8%	46,0%
TI - Tempo integral	n	617	118	514	43	1 292
	%	34,5%	36,0%	29,0%	32,8%	32,1%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	216	189	353	83	841
	%	12,1%	57,6%	19,9%	63,4%	20,9%
Outros (inferior a 20%)	n	23	4	12	-	39
	%	1,3%	1,2%	0,7%	-	1,0%
Total	n	1 789	328	1 774	131	4 022
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.12.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 174). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes (80% no público e 50% no privado) no ensino politécnico público a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre (43%) e no politécnico privado a maioria dos docentes apenas obteve o grau de Licenciado (39%), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 174 - CNAEF52: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	1 451	163	548	36	2 198
	%	80,4%	49,5%	30,7%	27,5%	54,3%
Mestrado	n	190	89	766	43	1 088
	%	10,5%	27,1%	42,9%	32,8%	26,9%
Licenciatura	n	163	77	465	51	756
	%	9,0%	23,4%	26,1%	38,9%	18,7%
Bacharelato	n	-	-	5	1	6
	%	-	-	0,3%	0,8%	0,1%
Total	n	1 804	329	1 784	131	4 048
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 175). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 83%) é no ensino universitário público que encontramos o maior número de docentes (18%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 175 - CNAEF52: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	1 488	279	1 697	121	3 585
	%	82,5%	85,1%	95,4%	92,4%	88,7%
Último grau no estrangeiro	n	316	49	82	10	457
	%	17,5%	14,9%	4,6%	7,6%	11,3%
Total	n	1 804	328	1 779	131	4 042
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada fraca (-0,387) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 176).

Tabela 176 - CNAEF52: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1950-1959	n	-	1	-	1	2
	%	-	0,4%	-	1,2%	0,1%
1960-1969	n	17	6	2	2	27
	%	1,1%	2,7%	0,2%	2,5%	0,9%
1970-1979	n	294	17	97	4	412
	%	19,5%	7,6%	7,6%	4,9%	13,3%
1980-1989	n	530	49	311	28	918
	%	35,2%	21,8%	24,3%	34,6%	29,7%
1990-1999	n	568	115	692	31	1 406
	%	37,7%	51,1%	54,0%	38,3%	45,4%
2000-2009	n	98	37	179	15	329
	%	6,5%	16,4%	14,0%	18,5%	10,6%
superior a 2009	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	0,1%	-	0,0%
Total	n	1 507	225	1 282	81	3 095
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação em engenharia e técnicas afins (ver Tabela 177).

Tabela 177 - CNAEF52: Área da licenciatura

Área		Tipo de instituição				Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Engenharia e técnicas afins	n	1 262	131	1 060	44	2 497
	%	83,7%	56,0%	82,6%	54,3%	80,4%
Outras áreas	n	246	103	224	37	610
	%	16,3%	44,0%	17,4%	45,7%	19,6%
Total	n	1 508	234	1 284	81	3 107
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (64%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 178).

Tabela 178 - CNAEF52: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	1 149	21	1 170
	%	63,7%	6,4%	54,9%
Outra universidade nacional pública	n	326	233	559
	%	18,1%	71,0%	26,2%
Outra universidade nacional privada	n	9	18	27
	%	0,5%	5,5%	1,3%
Outro politécnico nacional público	n	4	7	11
	%	0,2%	2,1%	0,5%
Outra estrangeira	n	316	49	365
	%	17,5%	14,9%	17,1%
Total	n	1 804	328	2 132
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (92%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 179). A mesma situação é mantida no ensino politécnico privado, sendo que apenas 2% dos docentes inquiridos indicaram que obtiveram o último grau na instituição onde atualmente trabalham.

Tabela 179 - CNAEF52: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	151	3	154
	%	8,5%	2,3%	8,1%
Outra universidade nacional pública	n	1 516	103	1 619
	%	85,2%	78,6%	84,8%
Outra universidade nacional privada	n	17	7	24
	%	1,0%	5,3%	1,3%
Outro politécnico nacional público	n	9	6	15
	%	0,5%	4,6%	0,8%
Outro politécnico nacional privado	n	2	1	3
	%	0,1%	0,8%	0,2%
Outra estrangeira	n	82	10	92
	%	4,6%	7,6%	4,8%
Outras	n	2	1	3
	%	0,1%	0,8%	0,2%
Total	n	1 779	131	1 910
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 180). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (63%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

Tabela 180 - CNAEF52: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	953	23	165	-	1 141
	%	63,2%	9,8%	12,8%	-	36,7%
Outra universidade nacional pública	n	471	180	1 034	72	1 757
	%	31,3%	76,9%	80,5%	88,9%	56,5%
Outra universidade nacional privada	n	16	14	31	3	64
	%	1,1%	6,0%	2,4%	3,7%	2,1%
Outro politécnico nacional público	n	1	10	27	3	41
	%	0,1%	4,3%	2,1%	3,7%	1,3%
Outro politécnico nacional privado	n	4	-	1	-	5
	%	0,3%	-	0,1%	-	0,2%
Outra estrangeira	n	61	7	25	1	94
	%	4,0%	3,0%	1,9%	1,2%	3,0%
Outras	n	1	-	2	2	5
	%	0,1%	-	0,2%	2,5%	0,2%
Total	n	1 507	234	1 285	81	3 107
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.12.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF52, engenharia e técnicas afins. A Tabela 181 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um artigo internacional, à exceção do ensino politécnico público, cujos docentes referem pelo menos um artigo em atas internacionais.

Tabela 181 – CNAEF52: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	105	31	50	5
	%	5,8%	9,4%	2,8%	3,8%
Livros internacionais	n	67	5	12	1
	%	3,7%	1,5%	0,7%	0,8%
Capítulos nacionais	n	40	10	26	-
	%	2,2%	3,0%	1,5%	-
Capítulos internacionais	n	126	15	49	3
	%	7,0%	4,6%	2,7%	2,3%
Artigos nacionais	n	103	31	126	11
	%	5,7%	9,4%	7,1%	8,4%
Artigos internacionais	n	1 091	93	500	22
	%	60,5%	28,3%	28,0%	16,8%
Artigos atas nacionais	n	117	24	204	9
	%	6,5%	7,3%	11,4%	6,9%
Artigos atas internacionais	n	556	49	501	18
	%	30,8%	14,9%	28,1%	13,7%
Atividades artísticas	n	1	1	7	-
	%	0,1%	0,3%	0,4%	-
Teses/Dissertações	n	43	22	99	7
	%	2,4%	6,7%	5,5%	5,3%
Outras	n	215	20	92	10
	%	11,9%	6,1%	5,2%	7,6%

Por outro lado, os docentes desta área mencionam como uma segunda referência de investigação os artigos em atas internacionais, à exceção dos docentes inseridos no politécnico público que referem artigos internacionais.

#### 4.12.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF52, engenharia e técnicas afins.

A Tabela 182 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 182 - CNAEF52: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	30	6	23	3
	%	1,7%	1,8%	1,3%	2,3%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	127	16	142	8
	%	7,0%	4,9%	8,0%	6,1%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	414	42	407	13
	%	22,9%	12,8%	22,8%	9,9%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	241	22	111	10
	%	13,4%	6,7%	6,2%	7,6%
Docência noutra IES	n	184	118	251	44
	%	10,2%	35,9%	14,1%	33,6%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	39	22	254	28
	%	2,2%	6,7%	14,2%	21,4%
Participação em projetos de investigação	n	945	167	860	53
	%	52,4%	50,8%	48,2%	40,5%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	350	48	223	14
	%	19,4%	14,6%	12,5%	10,7%
Outras	n	75	9	70	5
	%	4,2%	2,7%	3,9%	3,8%

Relativamente à experiência académica, a maior parte dos docentes desta área, independentemente do subsistema/setor onde se inserem, indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (acima dos 50% no ensino universitário e acima dos 40% no ensino politécnico).

Por outro lado, verifica-se que a segunda referência de experiência académica mais citada no ensino público, quer universitário quer politécnico, foi a gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, entre outros) (acima de 22%). No caso do ensino privado, os docentes indicam a docência noutra IES (acima de 33%).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 183 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF52, engenharia e afins, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 183 - CNAEF52: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	12	3	8	2
	%	0,7%	0,9%	0,4%	1,5%
Órgãos do governo local e regional	n	15	10	47	4
	%	0,8%	3,0%	2,6%	3,1%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	197	45	253	25
	%	10,9%	13,7%	14,2%	19,1%
Instituições internacionais	n	108	31	78	9
	%	6,0%	9,4%	4,4%	6,9%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	343	152	855	76
	%	19,0%	46,2%	47,9%	58,0%
Consultoria	n	110	54	221	20
	%	6,1%	16,4%	12,4%	15,3%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	168	29	299	15
	%	9,3%	8,8%	16,8%	11,5%
Outras	n	28	40	19	1
	%	1,6%	12,2%	1,1%	0,8%

Da observação da tabela anterior, verifica-se que a maior parte do corpo docente da área de engenharia e técnicas afins, quer os do ensino universitário quer os do politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos, sendo a percentagem mais baixa no universitário público.

#### 4.13. CNAEF54 – INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF54.

##### 4.13.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 281 docentes, sendo que a maioria, 71% (199) é proveniente do ensino universitário e 72% (201) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 71% (142) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 72% (59) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área das indústrias transformadoras (CNAEF54) são homens, 55% (155), sendo esta maioria validada também qualquer no ensino universitário (58%) e no ensino público (60%). No entanto, no ensino politécnico e no ensino privado, a situação inverte-se, com 49% (40) e 44% (35), respetivamente, de homens nestas tipologias de ensino (ver Tabela 184).

Tabela 184 - CNAEF54: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	52	32	29	13	126
	%	36,6%	56,1%	49,2%	56,5%	44,8%
Masculino	n	90	25	30	10	155
	%	63,4%	43,9%	50,8%	43,5%	55,2%
Total	n	142	57	59	23	281
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (43%), seguida da categoria de professor associado (16%) e seguida ainda pela categoria de assistente (13%) (ver Tabela 185). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 29% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, associado e catedrático, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor assistente, auxiliar e assistente convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafectação de, pelo menos 5% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 34% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 185 - CNAEF54: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	11	1	12
	%	8,3%	1,8%	6,4%
Professor associado	n	27	3	30
	%	20,5%	5,4%	16,0%
Professor associado convidado	n	4	1	5
	%	3,0%	1,8%	2,7%
Professor auxiliar	n	68	13	81
	%	51,5%	23,2%	43,1%
Professor auxiliar convidado	n	7	7	14
	%	5,3%	12,5%	7,4%
Assistente	n	7	17	24
	%	5,3%	30,4%	12,8%
Assistente convidado	n	4	12	16
	%	3,0%	21,4%	8,5%
Assistente estagiário	n	-	2	2
	%	-	3,6%	1,1%
Monitor	n	1	-	1
	%	0,8%	-	0,5%
Outras	n	3	-	3
	%	2,3%	-	1,6%
Total	n	132	56	188
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (29%), seguida da categoria de equiparado a professor adjunto (20%) e seguida pela categoria de assistente do 2º triénio (14%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (26%), seguida da categoria de assistente do 1º triénio (22%) e seguida ainda de equiparado a assistente (17%) (ver Tabela 186).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafectação de, pelo menos 54% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 65% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.



Tabela 186 - CNAEF54: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	7	2	9
	%	11,9%	8,7%	11,0%
Equiparado a professor coordenador	n	1	1	2
	%	1,7%	4,3%	2,4%
Professor adjunto	n	17	6	23
	%	28,8%	26,1%	28,0%
Equiparado a professor adjunto	n	12	3	15
	%	20,3%	13,0%	18,3%
Assistente do 1º triénio	n	6	5	11
	%	10,2%	21,7%	13,4%
Assistente do 2º triénio	n	8	2	10
	%	13,6%	8,7%	12,2%
Equiparado a assistente	n	5	4	9
	%	8,5%	17,4%	11,0%
Outras	n	3	-	3
	%	5,1%	-	3,7%
Total	n	59	23	82
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes leciona (ver Tabela 187).

Tabela 187 - CNAEF54: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEEX - Tempo integral com exclusividade	n	113	2	29	-	144
	%	79,6%	3,5%	49,2%	-	51,2%
TI - Tempo integral	n	17	20	15	3	55
	%	12,0%	35,1%	25,4%	13,0%	19,6%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	12	35	15	20	82
	%	8,5%	61,4%	25,4%	87,0%	29,2%
Total	n	142	57	59	23	281
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

## 4.13.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 188). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário o grau de Doutor é o detido pela maioria dos docentes (87% no público e 36% no privado) no ensino politécnico público a maioria dos docentes apenas concluiu o grau de Mestre (49% no público e 44% no privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 188 - CNAEF54: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	124	21	20	9	174
	%	87,3%	36,8%	33,9%	39,1%	61,9%
Mestrado	n	17	20	29	10	76
	%	12,0%	35,1%	49,2%	43,5%	27,0%
Licenciatura	n	1	16	9	4	30
	%	0,7%	28,1%	15,3%	17,4%	10,7%
Bacharelato	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	1,7%	-	0,4%
Total	n	142	57	59	23	281
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 189). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 84%) é no ensino universitário público que encontramos o maior número de docentes (16%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 189 - CNAEF54: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	119	49	53	20	241
	%	83,8%	86,0%	89,8%	87,0%	85,8%
Último grau no estrangeiro	n	23	8	6	3	40
	%	16,2%	14,0%	10,2%	13,0%	14,2%
Total	n	142	57	59	23	281
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada fraca (-0,294) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 190).

**Tabela 190 - CNAEF54: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	4	2	-	-	6
	%	3,1%	5,4%	-	-	2,6%
1970-1979	n	28	-	1	-	29
	%	21,4%	-	2,2%	-	12,4%
1980-1989	n	58	7	21	3	89
	%	44,3%	18,9%	45,7%	15,8%	38,2%
1990-1999	n	38	21	18	10	87
	%	29,0%	56,8%	39,1%	52,6%	37,3%
2000-2009	n	3	7	6	6	22
	%	2,3%	18,9%	13,0%	31,6%	9,4%
Total	n	131	37	46	19	233
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a maioria dos docentes do ensino público universitário alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação em indústrias transformadoras, mas a maioria dos docentes do ensino privado universitário e do ensino politécnico não alteraram a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação em indústrias transformadoras (ver Tabela 191).

**Tabela 191 - CNAEF54: Área da licenciatura**

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Indústrias transformadoras	n	69	7	12	3	91
	%	52,7%	18,4%	26,1%	15,8%	38,9%
Outras áreas	n	62	31	34	16	143
	%	47,3%	81,6%	73,9%	84,2%	61,1%
Total	n	131	38	46	19	234
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (75%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 192).

**Tabela 192 - CNAEF54: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	106	14	120
	%	74,6%	24,6%	60,3%
Outra universidade nacional pública	n	13	31	44
	%	9,2%	54,4%	22,1%
Outra universidade nacional privada	n	-	4	4
	%	-	7,0%	2,0%
Outra estrangeira	n	23	8	31
	%	16,2%	14,0%	15,6%
Total	n	142	57	199
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (92%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 193). A mesma situação é mantida no ensino politécnico privado, sendo que apenas 9% dos docentes inquiridos indicaram que obtiveram o último grau na instituição onde atualmente trabalham.

**Tabela 193 - CNAEF54: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	5	2	7
	%	8,5%	8,7%	8,5%
Outra universidade nacional pública	n	45	14	59
	%	76,3%	60,9%	72,0%
Outra universidade nacional privada	n	3	2	5
	%	5,1%	8,7%	6,1%
Outro politécnico nacional público	n	-	1	1
	%	-	4,3%	1,2%
Outra estrangeira	n	6	4	10
	%	10,2%	17,4%	12,2%
Total	n	59	23	82
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área das indústrias transformadoras (CNAEF54), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 194). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (69%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 194 - CNAEF54: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	90	9	4	-	103
	%	68,7%	23,7%	8,7%	-	44,0%
Outra universidade nacional pública	n	34	24	34	9	101
	%	26,0%	63,2%	73,9%	47,4%	43,2%
Outra universidade nacional privada	n	1	-	3	4	8
	%	0,8%	-	6,5%	21,1%	3,4%
Outro politécnico nacional público	n	-	2	4	4	10
	%	-	5,3%	8,7%	21,1%	4,3%
Outro politécnico nacional privado	n	-	-	-	1	1
	%	-	-	-	5,3%	0,4%
Outra estrangeira	n	6	3	1	1	11
	%	4,6%	7,9%	2,2%	5,3%	4,7%
Total	n	131	38	46	19	234
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.13.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF54, indústrias transformadoras. A Tabela 195 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área das indústrias transformadoras (CNAEF54), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou

pelo menos um artigo internacional, à exceção do ensino politécnico privado, cujos docentes referem pelo menos um artigo em atas internacionais.

**Tabela 195 – CNAEF54: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	10	2	2	-
	%	7,0%	3,5%	3,4%	-
Livros internacionais	n	4	-	-	-
	%	2,8%	-	-	-
Capítulos nacionais	n	5	2	1	2
	%	3,5%	3,5%	1,7%	8,7%
Capítulos internacionais	n	10	3	2	1
	%	7,0%	5,3%	3,4%	4,3%
Artigos nacionais	n	15	9	5	2
	%	10,6%	15,8%	8,5%	8,7%
Artigos internacionais	n	109	18	21	4
	%	76,8%	31,6%	35,6%	17,4%
Artigos atas nacionais	n	9	7	10	2
	%	6,3%	12,3%	16,9%	8,7%
Artigos atas internacionais	n	30	14	19	5
	%	21,1%	24,6%	32,2%	21,7%
Atividades artísticas	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Teses/Dissertações	n	10	5	5	2
	%	7,0%	8,8%	8,5%	8,7%
Outras	n	13	5	2	1
	%	9,2%	8,8%	3,4%	4,3%

Por outro lado, os docentes desta área mencionam como uma segunda referência de investigação os artigos em atas internacionais, à exceção dos docentes inseridos no politécnico privado que referem artigos internacionais.

#### 4.13.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF54, indústrias transformadoras.

A Tabela 196 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 196 - CNAEF54: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	7	-	-	-
	%	4,9%	-	-	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	16	2	7	2
	%	11,3%	3,5%	11,9%	8,7%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	45	11	14	3
	%	31,7%	19,3%	23,7%	13,0%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	36	5	6	-
	%	25,4%	8,8%	10,2%	-
Docência noutra IES	n	11	13	12	3
	%	7,7%	22,8%	20,3%	13,0%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	6	4	6	2
	%	4,2%	7,0%	10,2%	8,7%
Participação em projetos de investigação	n	60	29	26	10
	%	42,3%	50,9%	44,1%	43,5%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	41	3	5	1
	%	28,9%	5,3%	8,5%	4,3%
Outras	n	6	2	2	2
	%	4,2%	3,5%	3,4%	8,7%

A maior parte dos docentes desta área, independentemente do subsistema/setor onde se inserem, indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (acima de 42%). Por outro lado, os docentes desta área também referem pelo menos um cargo de gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, entre outros) à exceção do universitário privado que referem a docência noutra IES.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 197 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF54, indústrias transformadoras, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 197 - CNAEF54: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	2	-	-	-
	%	1,4%	-	-	-
Órgãos do governo local e regional	n	3	-	1	1
	%	2,1%	-	1,7%	4,3%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	24	9	5	5
	%	16,9%	15,8%	8,5%	21,7%
Instituições internacionais	n	9	3	-	1
	%	6,3%	5,3%	-	4,3%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	34	28	32	11
	%	23,9%	49,1%	54,2%	47,8%
Consultoria	n	19	16	12	5
	%	13,4%	28,1%	20,3%	21,7%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	6	7	1	-
	%	4,2%	12,3%	1,7%	-
Outras	n	4	11	-	-
	%	2,8%	19,3%	-	-

A maior parte do corpo docente da área das indústrias transformadoras que estão no ensino público, quer universitário quer politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos. À exceção do universitário público, o valor da percentagem de docentes nesta situação é aproximadamente 50%.

#### 4.14. CNAEF58 – ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF58.

##### 4.14.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 1 477 docentes, sendo que a maioria, 84% (1 235) é proveniente do ensino universitário e 47% (693) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 59% (724) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 75% (182) os que se encontram afetados ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área da arquitetura e construção (CNAEF58) são homens, 74% (1 085), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (74% no ensino universitário e 74% no ensino politécnico) e qualquer que seja o setor (73% no ensino público e 75% no ensino privado) (ver Tabela 198).

Tabela 198 - CNAEF58: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	198	130	49	15	392
	%	27,3%	25,4%	26,9%	25,0%	26,5%
Masculino	n	526	381	133	45	1085
	%	72,7%	74,6%	73,1%	75,0%	73,5%
Total	n	724	511	182	60	1 477
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de assistente (27%), seguida da categoria de professor auxiliar (25%) e seguida ainda pela categoria de assistente convidado (14%) (ver Tabela 199). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 16% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o

que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, assistente e assistente convidado, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor assistente, auxiliar e assistente estagiário que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 19% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 49% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 199 - CNAEF58: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)**

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	29	17	46
	%	4,1%	3,3%	3,8%
Professor catedrático convidado	n	9	23	32
	%	1,3%	4,5%	2,6%
Professor associado	n	85	24	109
	%	12,1%	4,7%	9,0%
Professor associado convidado	n	13	20	33
	%	1,8%	3,9%	2,7%
Professor auxiliar	n	231	76	307
	%	32,9%	15,0%	25,4%
Professor auxiliar convidado	n	59	42	101
	%	8,4%	8,3%	8,3%
Assistente	n	134	188	322
	%	19,1%	37,0%	26,6%
Assistente convidado	n	115	54	169
	%	16,4%	10,6%	14,0%
Assistente estagiário	n	2	61	63
	%	0,3%	12,0%	5,2%
Monitor	n	18	-	18
	%	2,6%	-	1,5%
Outras	n	8	3	11
	%	1,1%	0,6%	0,9%
Total	n	703	508	1 211
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (27%), equiparado a professor adjunto e assistente (20%) e seguidas ainda pela categoria de assistente do 2º triénio (18%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (33%), seguida da categoria de assistente do 1º triénio (28%) e seguida ainda de equiparado a assistente (12%) (ver Tabela 200).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 68% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 62% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 200 - CNAEF58: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)**

categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	6	3	9
	%	3,3%	5,3%	3,8%
Equiparado a professor coordenador	n	1	2	3
	%	0,6%	3,5%	1,3%
Professor adjunto	n	49	19	68
	%	27,1%	33,3%	28,6%
Equiparado a professor adjunto	n	37	5	42
	%	20,4%	8,8%	17,6%
Assistente do 1º triénio	n	16	16	32
	%	8,8%	28,1%	13,4%
Assistente do 2º triénio	n	33	5	38
	%	18,2%	8,8%	16,0%
Equiparado a assistente	n	36	7	43
	%	19,9%	12,3%	18,1%
Outras	n	3	-	3
	%	1,7%	-	1,3%
Total	n	181	57	238
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (51% no ensino universitário e 67% no ensino politécnico) (ver Tabela 201).



Tabela 201 - CNAEF58: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	264	1	75	2	342
	%	36,5%	0,2%	41,2%	3,3%	23,2%
TI - Tempo integral	n	310	238	67	17	632
	%	42,8%	46,6%	36,8%	28,3%	42,8%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	139	259	38	40	476
	%	19,2%	50,7%	20,9%	66,7%	32,2%
Outros (inferior a 20%)	n	11	13	2	1	27
	%	1,5%	2,5%	1,1%	1,7%	1,8%
Total	n	724	511	182	60	1477
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.14.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 202). Uma análise mais fina indica que este é o grau máximo detido no caso do ensino universitário público (54%). No entanto, no caso dos docentes do ensino politécnico público o grau máximo é o grau de Mestre (52%) e, no setor privado, apenas o grau de Licenciado, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 202 - CNAEF58: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	393	132	31	12	568
	%	54,3%	25,8%	17,0%	20,0%	38,5%
Mestrado	n	142	149	95	17	403
	%	19,6%	29,2%	52,2%	28,3%	27,3%
Licenciatura	n	189	230	56	31	506
	%	26,1%	45,0%	30,8%	51,7%	34,3%
Total	n	724	511	182	60	1477
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 203). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 76%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (24%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 203 - CNAEF58: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	586	412	174	50	1222
	%	81,1%	81,3%	95,6%	83,3%	83,0%
Último grau no estrangeiro	n	137	95	8	10	250
	%	18,9%	18,7%	4,4%	16,7%	17,0%
Total	n	723	507	182	60	1472
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada fraca (-0,456) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, conseqüentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 204).

Tabela 204 - CNAEF58: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1950-1959	n	1	1	-	-	2
	%	0,2%	0,4%	-	-	0,2%
1960-1969	n	3	7	-	1	11
	%	0,6%	2,8%	-	3,4%	1,2%
1970-1979	n	77	37	5	5	124
	%	15,3%	14,7%	4,1%	17,2%	13,7%
1980-1989	n	164	81	29	2	276
	%	32,6%	32,1%	23,8%	6,9%	30,5%
1990-1999	n	207	111	71	16	405
	%	41,2%	44,0%	58,2%	55,2%	44,7%
2000-2009	n	51	15	17	5	88
	%	10,1%	6,0%	13,9%	17,2%	9,7%
Total	n	503	252	122	29	906
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação da arquitetura e construção (CNAEF58) (ver Tabela 205). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

**Tabela 205 - CNAEF58: Área da licenciatura**

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Arquitetura e construção	n	443	241	78	20	782
	%	87,7%	90,3%	63,9%	69,0%	84,7%
Outras áreas	n	62	26	44	9	141
	%	12,3%	9,7%	36,1%	31,0%	15,3%
Total	n	505	267	122	29	923
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (57%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 206).

**Tabela 206 - CNAEF58: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	411	88	499
	%	56,8%	17,4%	40,6%
Outra universidade nacional pública	n	168	296	464
	%	23,2%	58,4%	37,7%
Outra universidade nacional privada	n	5	25	30
	%	0,7%	4,9%	2,4%
Outro politécnico nacional público	n	1	3	4
	%	0,1%	0,6%	0,3%
Outra estrangeira	n	138	95	233
	%	19,1%	18,7%	18,9%
Total	n	723	507	1 230
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (97%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 207) mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado.

**Tabela 207 - CNAEF58: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	7	-	7
	%	3,8%	-	2,9%
Outra universidade nacional pública	n	160	44	204
	%	87,9%	73,3%	84,3%
Outra universidade nacional privada	n	2	5	7
	%	1,1%	8,3%	2,9%
Outro politécnico nacional público	n	5	-	5
	%	2,7%	-	2,1%
Outra estrangeira	n	8	10	18
	%	4,4%	16,7%	7,4%
Outras	n	-	1	1
	%	-	1,7%	0,4%
Total	n	182	60	242
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da arquitetura e construção (CNAEF58), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 208). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (59%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

Tabela 208 - CNAEF58: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	294	35	11	1	341
	%	58,6%	13,1%	9,0%	3,4%	37,1%
Outra universidade nacional pública	n	174	190	102	23	489
	%	34,7%	71,2%	83,6%	79,3%	53,2%
Outra universidade nacional privada	n	12	13	2	-	27
	%	2,4%	4,9%	1,6%	-	2,9%
Outro politécnico nacional público	n	-	7	3	2	12
	%	-	2,6%	2,5%	6,9%	1,3%
Outra estrangeira	n	22	21	4	3	50
	%	4,4%	7,9%	3,3%	10,3%	5,4%
Outras	n	-	1	-	-	1
	%	-	0,4%	-	-	0,1%
Total	n	502	267	122	29	920
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.14.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF58, arquitetura e construção. A Tabela 209 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área da arquitetura e construção (CNAEF58) no ensino universitário público, é essencialmente artigos internacionais (32%). No caso do universitário privado, verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma tese/dissertação (17%).

Tabela 209 – CNAEF58: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	76	48	11	7
	%	10,5%	9,4%	6,0%	11,7%
Livros internacionais	n	18	14	-	-
	%	2,5%	2,7%	-	-
Capítulos nacionais	n	33	17	3	1
	%	4,6%	3,3%	1,6%	1,7%
Capítulos internacionais	n	27	14	2	-
	%	3,7%	2,7%	1,1%	-
Artigos nacionais	n	90	61	19	6
	%	12,4%	11,9%	10,4%	10,0%
Artigos internacionais	n	232	37	29	4
	%	32,0%	7,2%	15,9%	6,7%
Artigos atas nacionais	n	79	67	32	7
	%	10,9%	13,1%	17,6%	11,7%
Artigos atas internacionais	n	141	77	47	2
	%	19,5%	15,1%	25,8%	3,3%
Atividades artísticas	n	21	27	4	4
	%	2,9%	5,3%	2,2%	6,7%
Teses/Dissertações	n	40	86	20	4
	%	5,5%	16,8%	11,0%	6,7%
Outras	n	104	74	14	7
	%	14,4%	14,5%	7,7%	11,7%

No que se refere ao politécnico privado, existem referências a livros nacionais, a artigos em atas nacionais e outra com uma percentagem idêntica (12% em cada categoria). Relativamente ao politécnico público, a referência de investigação mais indicada foi o artigo em atas internacionais (26%).

#### 4.14.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF58, arquitetura e construção.

A Tabela 210 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 210 - CNAEF58: Corpo docente por referências de experiência acadêmica

Experiência acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	6	1	-	2
	%	0,8%	0,2%	-	3,3%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	34	12	12	3
	%	4,7%	2,3%	6,6%	5,0%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	110	37	29	11
	%	15,2%	7,2%	15,9%	18,3%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	82	17	13	4
	%	11,3%	3,3%	7,1%	6,7%
Docência noutra IES	n	88	118	27	23
	%	12,2%	23,1%	14,8%	38,3%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	15	35	20	11
	%	2,1%	6,8%	11,0%	18,3%
Participação em projetos de investigação	n	336	179	62	20
	%	46,4%	35,0%	34,1%	33,3%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	125	38	14	2
	%	17,3%	7,4%	7,7%	3,3%
Outras	n	44	10	7	5
	%	6,1%	2,0%	3,8%	8,3%

No ensino universitário, quer público quer privado, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (46% e 35%, respetivamente). Relativamente ao ensino politécnico, os docentes desta área e do setor privado, referem pelo menos uma participação em projetos de investigação (34%). No caso do setor público, 38% (23) do corpo docente menciona a docência noutra IES.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 211 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF58, arquitetura e construção, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 211 - CNAEF58: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	14	10	1	1
	%	1,9%	2,0%	0,5%	1,7%
Órgãos do governo local e regional	n	69	84	26	3
	%	9,5%	16,4%	14,3%	5,0%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	172	91	30	7
	%	23,8%	17,8%	16,5%	11,7%
Instituições internacionais	n	63	43	9	5
	%	8,7%	8,4%	4,9%	8,3%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	381	382	113	39
	%	52,6%	74,8%	62,1%	65,0%
Consultoria	n	72	53	28	6
	%	9,9%	10,4%	15,4%	10,0%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	45	28	22	2
	%	6,2%	5,5%	12,1%	3,3%
Outras	n	24	17	1	1
	%	3,3%	3,3%	0,5%	1,7%

A maior parte do corpo docente da área de arquitetura e construção, independentemente do subsistema/setor em que se insere, refere pelo menos uma experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos (mais de 53% no ensino universitário e mais de 60% no ensino politécnico).

Por outro lado, a segunda experiência extra-académica mais citada, em todos subsistemas/setores, foi em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

#### 4.15. CNAEF62 – AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF62.

##### 4.15.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 400 docentes, sendo que a maioria, 53% (210) é proveniente do ensino universitário e 90% (358) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 90% (190) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 88% (168) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área da agricultura, silvicultura e pescas (CNAEF62) são homens, 58% (231), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o subsistema (58% no ensino universitário e 58% no ensino politécnico) e no ensino público (60%). No ensino privado a maioria dos postos de trabalho é ocupada por mulheres (60%) (ver Tabela 212).

Tabela 212 - CNAEF62: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	75	14	69	11	169
	%	39,5%	70,0%	41,1%	50,0%	42,3%
Masculino	n	115	6	99	11	231
	%	60,5%	30,0%	58,9%	50,0%	57,8%
Total	n	190	20	168	22	400
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (47%), seguida da categoria de professor associado (24%) e seguida ainda pela categoria de professor catedrático (10%) (ver Tabela 213). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos profes-

res de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 36% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, associado e catedrático, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar convidado, auxiliar e assistente estagiário que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafectação de, pelo menos 5% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 30% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 213 - CNAEF62: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)**

Categoria profissional (ensino universitário)	Universitário		Total
	Público	Privado	
Professor catedrático	n 17 % 10,1%	1 5,0%	18 9,5%
Professor catedrático convidado	n - % -	1 5,0%	1 0,5%
Professor associado	n 43 % 25,4%	2 10,0%	45 23,8%
Professor associado convidado	n 2 % 1,2%	-	2 1,1%
Professor auxiliar	n 80 % 47,3%	4 20,0%	84 44,4%
Professor auxiliar convidado	n 2 % 1,2%	5 25,0%	7 3,7%
Assistente	n 8 % 4,7%	2 10,0%	10 5,3%
Assistente convidado	n 5 % 3,0%	-	5 2,6%
Assistente estagiário	n - % -	4 20,0%	4 2,1%
Outras	n 12 % 7,1%	1 5,0%	13 6,9%
Total	n 169 % 100,0%	20 100,0%	189 100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor adjunto (52%), seguida da categoria de equiparado a assistente (14%) e ainda da categoria de equiparado a professor adjunto (12%). Já no setor privado as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (55%), seguida da categoria de assistente do 1º triénio (14%) e seguidas ainda das categorias de professor coordenador, equiparado a professor adjunto e assistente do 2º triénio (9%) (ver Tabela 214).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Ta traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafectação de, pelo menos 38% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 36% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 214 - CNAEF62: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)**

Categoria profissional (ensino politécnico)	Politécnico		Total
	Público	Privado	
Professor coordenador	n 15 % 8,9%	2 9,1%	17 9,0%
Equiparado a professor coordenador	n 1 % 0,6%	-	1 0,5%
Professor adjunto	n 88 % 52,4%	12 54,5%	100 52,6%
Equiparado a professor adjunto	n 20 % 11,9%	2 9,1%	22 11,6%
Assistente do 1º triénio	n 8 % 4,8%	3 13,6%	11 5,8%
Assistente do 2º triénio	n 12 % 7,1%	2 9,1%	14 7,4%
Equiparado a assistente	n 23 % 13,7%	1 4,5%	24 12,6%
Outras	n 1 % 0,6%	-	1 0,5%
Total	n 168 % 100,0%	22 100,0%	190 100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade



de, no ensino privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções, sendo este regime partilhado de forma equitativa com o regime de tempo integral com exclusividade no caso do ensino politécnico privado (ver Tabela 215).

Tabela 215 - CNAEF62: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	113	1	94	8	216
	%	60,1%	5,0%	56,0%	36,4%	54,3%
TI - Tempo integral	n	66	8	48	6	128
	%	35,1%	40,0%	28,6%	27,3%	32,2%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	6	11	26	8	51
	%	3,2%	55,0%	15,5%	36,4%	12,8%
Outros (inferior a 20%)	n	3	-	-	-	3
	%	1,6%	-	-	-	0,8%
Total	n	188	20	168	22	398
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

4.15.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 216). Uma análise mais fina indica que este é o grau máximo detido no caso do ensino universitário (92% no público e 55% no privado). No entanto, no caso dos docentes do ensino politécnico o grau máximo é o grau de Mestre (42% no público e 46% no privado), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 216 - CNAEF62: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	175	11	68	6	260
	%	92,1%	55,0%	40,5%	27,3%	65,0%
Mestrado	n	6	4	70	10	90
	%	3,2%	20,0%	41,7%	45,5%	22,5%
Licenciatura	n	9	4	30	6	49
	%	4,7%	20,0%	17,9%	27,3%	12,3%
Bacharelato	n	-	1	-	-	1
	%	-	5,0%	-	-	0,3%
Total	n	190	20	168	22	400
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 217). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 81%) é no ensino politécnico privado que encontramos o maior número de docentes (19%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 217 - CNAEF62: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	156	18	141	18	333
	%	82,1%	90,0%	83,9%	81,8%	83,3%
Último grau no estrangeiro	n	34	2	27	4	67
	%	17,9%	10,0%	16,1%	18,2%	16,8%
Total	n	190	20	168	22	400
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria positiva fraca (+0,082) o que parece indicar anos de graduação relativamente mais antigos e, consequentemente, um corpo docente relativamente mais envelhecido (ver Tabela 218).

Tabela 218 - CNAEF62: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	2	2	-	-	4
	%	1,2%	14,3%	-	-	1,2%
1970-1979	n	53	-	3	-	56
	%	31,5%	-	2,2%	-	16,8%
1980-1989	n	77	3	77	7	164
	%	45,8%	21,4%	56,6%	46,7%	49,2%
1990-1999	n	33	6	47	6	92
	%	19,6%	42,9%	34,6%	40,0%	27,6%
2000-2009	n	3	3	9	2	17
	%	1,8%	21,4%	6,6%	13,3%	5,1%
Total	n	168	14	136	15	333
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes do ensino universitário e do politécnico público não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação da agricultura, silvicultura e pescas (CNAEF62) (ver Tabela 219). No entanto, para os docentes do ensino politécnico privado, o mesmo não aconteceu com a maioria destes docentes a indicarem que a área de licenciatura não se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 219 - CNAEF62: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Agricultura, silvicultura e pescas	n	115	10	95	7	227
	%	68,5%	71,4%	69,9%	46,7%	68,2%
Outras áreas	n	53	4	41	8	106
	%	31,5%	28,6%	30,1%	53,3%	31,8%
Total	n	168	14	136	15	333
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (75%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 220).

Tabela 220 - CNAEF62: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	142	-	142
	%	74,7%	-	67,6%
Outra universidade nacional pública	n	13	16	29
	%	6,8%	80,0%	13,8%
Outra universidade nacional privada	n	1	-	1
	%	0,5%	-	0,5%
Outro politécnico nacional público	n	-	2	2
	%	-	10,0%	1,0%
Outra estrangeira	n	34	2	36
	%	17,9%	10,0%	17,1%
Total	n	190	20	210
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (95%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 221), mantendo-se esta situação tanto no ensino público como no ensino privado.

Tabela 221 - CNAEF62: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	9	-	9
	%	5,4%	-	4,7%
Outra universidade nacional pública	n	132	17	149
	%	78,6%	77,3%	78,4%
Outro politécnico nacional público	n	-	1	1
	%	-	4,5%	0,5%
Outra estrangeira	n	27	4	31
	%	16,1%	18,2%	16,3%
Total	n	168	22	190
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da agricultura, silvicultura e pescas (CNAEF62), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição

onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 222). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (67%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico (público ou privado) obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 222 - CNAEF62: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	112	-	4	1	117
	%	66,7%	-	2,9%	6,7%	35,1%
Outra universidade nacional pública	n	47	14	125	14	200
	%	28,0%	100,0%	91,9%	93,3%	60,1%
Outro politécnico nacional público	n	-	-	2	-	2
	%	-	-	1,5%	-	0,6%
Outra estrangeira	n	9	-	5	-	14
	%	5,4%	-	3,7%	-	4,2%
Total	n	168	14	136	15	333
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.15.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF62, agricultura, silvicultura e pescas. A Tabela 223 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área da agricultura, silvicultura e pescas (CNAEF62), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área e que se inserem no setor público, indicou pelo menos um artigo internacional (68% no universitário e 34% no politécnico).

**Tabela 223 – CNAEF62: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	18	3	11	-
	%	9,5%	15,0%	6,5%	-
Livros internacionais	n	8	1	3	1
	%	4,2%	5,0%	1,8%	4,5%
Capítulos nacionais	n	13	2	3	-
	%	6,8%	10,0%	1,8%	-
Capítulos internacionais	n	13	2	9	1
	%	6,8%	10,0%	5,4%	4,5%
Artigos nacionais	n	35	-	29	2
	%	18,4%	-	17,3%	9,1%
Artigos internacionais	n	130	7	57	2
	%	68,4%	35,0%	33,9%	9,1%
Artigos atas nacionais	n	12	4	45	2
	%	6,3%	20,0%	26,8%	9,1%
Artigos atas internacionais	n	34	8	47	3
	%	17,9%	40,0%	28,0%	13,6%
Atividades artísticas	n	1	1	-	-
	%	0,5%	5,0%	-	-
Teses/Dissertações	n	11	2	19	4
	%	5,8%	10,0%	11,3%	18,2%
Outras	n	12	4	22	5
	%	6,3%	20,0%	13,1%	22,7%

No que se refere ao universitário privado, a maior parte dos docentes refere pelo menos um artigo em atas internacionais (40%). Relativamente ao politécnico privado, a maior parte dos docentes menciona outra referência de investigação (23%).

#### 4.15.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF62, agricultura, silvicultura e pescas.

A Tabela 224 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 224 - CNAEF62: Corpo docente por referências de experiência acadêmica

Experiência acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	9	-	8	-
	%	4,7%	-	4,8%	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	18	2	36	-
	%	9,5%	10,0%	21,4%	-
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	59	3	68	3
	%	31,1%	15,0%	40,5%	13,6%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	48	1	31	-
	%	25,3%	5,0%	18,5%	-
Docência noutra IES	n	17	8	25	5
	%	8,9%	40,0%	14,9%	22,7%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	3	1	13	4
	%	1,6%	5,0%	7,7%	18,2%
Participação em projetos de investigação	n	104	13	94	13
	%	54,7%	65,0%	56,0%	59,1%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	66	1	25	2
	%	34,7%	5,0%	14,9%	9,1%
Outras	n	20	1	8	1
	%	10,5%	5,0%	4,8%	4,5%

Verifica-se que, em qualquer subsistema/setor, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (valores acima de 55%). Por outro lado, os docentes desta área e que estão no ensino universitário público também referem pelo menos um cargo de coordenação de unidades e/ou grupos de investigação (35%). No caso do politécnico público, 41% (68) do corpo docente menciona a gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.). Relativamente ao ensino ministrado em IES privadas, verifica-se que os docentes desta área também referem como experiência académica a docência noutra IES.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 225 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF62, formação dos professores/formadores e ciências de educação, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 225 - CNAEF62: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	1	1	-	-
	%	0,5%	5,0%	-	-
Órgãos do governo local e regional	n	3	-	5	3
	%	1,6%	-	3,0%	13,6%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	15	5	26	4
	%	7,9%	25,0%	15,5%	18,2%
Instituições internacionais	n	11	2	6	1
	%	5,8%	10,0%	3,6%	4,5%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	38	5	61	11
	%	20,0%	25,0%	36,3%	50,0%
Consultoria	n	18	1	20	6
	%	9,5%	5,0%	11,9%	27,3%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	11	1	22	2
	%	5,8%	5,0%	13,1%	9,1%
Outras	n	3	4	5	2
	%	1,6%	20,0%	3,0%	9,1%

A maior parte do corpo docente da área da agricultura, silvicultura e pescas, quer no ensino universitário quer no politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos.

#### 4.16. CNAEF64 – CIÊNCIAS VETERINÁRIAS

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF64.

##### 4.16.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 310 docentes, sendo que a maioria, 82% (254) é proveniente do ensino universitário e 70% (216) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 64% (162) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 96% (54) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área das ciências veterinárias (CNAEF64) são homens, 55% (169), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o setor (51% no ensino público e 63% no ensino privado) e ainda no ensino universitário, 56% (143). No entanto e no ensino politécnico, a maioria dos docentes são mulheres, 54% (30) (ver Tabela 226).

Tabela 226 - CNAEF64: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	77	34	29	1	141
	%	47,5%	37,0%	53,7%	50,0%	45,5%
Masculino	n	85	58	25	1	169
	%	52,5%	63,0%	46,3%	50,0%	54,5%
Total	n	162	92	54	2	310
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (29%), seguida da categoria de professor auxiliar convidado (19%) e seguida ainda pela categoria de professor associado (13%) (ver Tabela 227). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 28% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de professor auxiliar, associado e assistente, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de professor auxiliar convidado, assistente estagiário e assistente convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 15% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 26% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 227 - CNAEF64: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	15	5	20
	%	11,5%	5,4%	9,0%
Professor catedrático convidado	n	1	1	2
	%	0,8%	1,1%	0,9%
Professor associado	n	21	7	28
	%	16,0%	7,6%	12,6%
Professor associado convidado	n	-	2	2
	%	-	2,2%	0,9%
Professor auxiliar	n	60	5	65
	%	45,8%	5,4%	29,1%
Professor auxiliar convidado	n	5	37	42
	%	3,8%	40,2%	18,8%
Assistente	n	19	8	27
	%	14,5%	8,7%	12,1%
Assistente convidado	n	10	11	21
	%	7,6%	12,0%	9,4%
Assistente estagiário	n	-	16	16
	%	-	17,4%	7,2%
Total	n	131	92	223
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de equiparado a assistente (32%), professor adjunto (28%) e assistente do 1º triénio (15%). Os únicos 2 docentes do setor privado indicaram posuir um a categoria de professor adjunto e outro a categoria de equiparado a assistente (ver Tabela 228).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 60% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 50% no caso dos docentes do ensino privado (setor aqui constituído por apenas 2 docentes), no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.



Tabela 228 - CNAEF64: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	6	-	6
	%	11,3%	-	10,9%
Professor adjunto	n	15	1	16
	%	28,3%	50,0%	29,1%
Equiparado a professor adjunto	n	3	-	3
	%	5,7%	-	5,5%
Assistente do 1º triénio	n	8	-	8
	%	15,1%	-	14,5%
Assistente do 2º triénio	n	4	1	5
	%	7,5%	50,0%	9,1%
Equiparado a assistente	n	17	-	17
	%	32,1%	-	30,9%
Total	n	53	2	55
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino universitário público é em regime de tempo integral com exclusividade que a maioria dos docentes exerce a sua atividade (70%), no ensino universitário privado é em regime de tempo parcial que a maioria dos docentes exerce funções (80%) e no ensino politécnico público os docentes exercem a sua atividade, maioritariamente, tanto em regime de tempo integral como em regime de tempo parcial. Os únicos 2 docentes do setor privado indicaram estar um em regime de tempo integral e outro em regime de tempo parcial (ver Tabela 229).

Tabela 229 - CNAEF64: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEEX - Tempo integral com exclusividade	n	114	-	13	-	127
	%	70,4%	-	24,5%	-	41,1%
TI - Tempo integral	n	34	17	20	1	72
	%	21,0%	18,5%	37,7%	50,0%	23,3%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	14	74	20	1	109
	%	8,6%	80,4%	37,7%	50,0%	35,3%
Outros (inferior a 20%)	n	-	1	-	-	1
	%	-	1,1%	-	-	0,3%
Total	n	162	92	53	2	309
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

4.16.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 230).

Uma análise mais fina indica que este é o grau máximo detido no caso do ensino universitário público (76%). No entanto, no caso dos docentes do ensino universitário privado e do ensino politécnico público o grau máximo é o grau de Licenciado (62% no universitário privado e 48% no politécnico público). Os únicos 2 docentes do ensino público privado indicaram possuir um o grau de doutor e outro, o grau de licenciado, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 230 - CNAEF64: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	123	23	18	1	165
	%	75,9%	25,0%	33,3%	50,0%	53,2%
Mestrado	n	13	12	10	-	35
	%	8,0%	13,0%	18,5%	-	11,3%
Licenciatura	n	26	57	26	1	110
	%	16,0%	62,0%	48,1%	50,0%	35,5%
Total	n	162	92	54	2	310
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 231). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 85%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (15%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 231 - CNAEF64: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	138	77	47	2	264
	%	85,2%	84,6%	87,0%	100,0%	85,4%
Último grau no estrangeiro	n	24	14	7	-	45
	%	14,8%	15,4%	13,0%	-	14,6%
Total	n	162	91	54	2	309
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa fraca (-0,207) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 232).

Tabela 232 - CNAEF64: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	-	1	-	-	1
	%	-	4,3%	-	-	0,5%
1970-1979	n	15	5	1	1	22
	%	11,0%	21,7%	4,2%	100,0%	12,0%
1980-1989	n	60	5	12	-	77
	%	44,1%	21,7%	50,0%	-	41,8%
1990-1999	n	56	8	11	-	75
	%	41,2%	34,8%	45,8%	-	40,8%
2000-2009	n	5	4	-	-	9
	%	3,7%	17,4%	-	-	4,9%
Total	n	136	23	24	1	184
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação das ciências veterinárias (CNAEF64) (ver Tabela 233). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 233 - CNAEF64: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Ciências veterinárias	n	119	23	18	1	161
	%	87,5%	74,2%	75,0%	100,0%	83,9%
Outras áreas	n	17	8	6	-	31
	%	12,5%	25,8%	25,0%	-	16,1%
Total	n	136	31	24	1	192
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (73%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 234).

Tabela 234 - CNAEF64: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	118	6	124
	%	72,8%	6,6%	49,0%
Outra universidade nacional pública	n	20	72	92
	%	12,3%	79,1%	36,4%
Outra estrangeira	n	24	13	37
	%	14,8%	14,3%	14,6%
Total	n	162	91	253
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (98%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau. Os 2 docentes do ensino politécnico privado indicaram que a instituição onde presentemente exercem funções não é a mesma onde obtiveram o seu último grau (ver Tabela 235).

**Tabela 235 - CNAEF64: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	1	-	1
	%	1,9%	-	1,8%
Outra universidade nacional pública	n	45	2	47
	%	83,3%	100,0%	83,9%
Outra universidade nacional privada	n	1	-	1
	%	1,9%	-	1,8%
Outra estrangeira	n	7	-	7
	%	13,0%	-	12,5%
Total	n	54	2	56
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área das ciências veterinárias (CNAEF64), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 236).

De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária pública também aí obteve o seu grau de licenciado (68%); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico público obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 236 - CNAEF64: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	92	2	-	-	94
	%	67,6%	6,5%	-	-	49,0%
Outra universidade nacional pública	n	41	24	24	-	89
	%	30,1%	77,4%	100,0%	-	46,4%
Outra estrangeira	n	3	5	-	1	9
	%	2,2%	16,1%	-	100,0%	4,7%
Total	n	136	31	24	1	192
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.16.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF64, ciências veterinárias. A Tabela 237 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área das ciências veterinárias (CNAEF64), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área e que estão no ensino universitário indicou pelo menos um artigo internacional (82% no setor público e 23% no setor privado).

**Tabela 237 – CNAEF64: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	9	2	-	-
	%	5,6%	2,2%	-	-
Livros internacionais	n	-	-	1	-
	%	-	-	1,9%	-
Capítulos nacionais	n	2	-	-	-
	%	1,2%	-	-	-
Capítulos internacionais	n	1	-	-	-
	%	0,6%	-	-	-
Artigos nacionais	n	25	14	10	-
	%	15,4%	15,2%	18,5%	-
Artigos internacionais	n	133	21	9	1
	%	82,1%	22,8%	16,7%	50,0%
Artigos atas nacionais	n	10	10	11	-
	%	6,2%	10,9%	20,4%	-
Artigos atas internacionais	n	13	7	13	-
	%	8,0%	7,6%	24,1%	-
Atividades artísticas	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Teses/Dissertações	n	3	8	3	-
	%	1,9%	8,7%	5,6%	-
Outras	n	7	6	6	-
	%	4,3%	6,5%	11,1%	-

No que se refere ao politécnico público, a maior parte refere artigos em atas internacionais (24%). No grupo de docentes ligados ao politécnico privado, apenas 1 refere artigos internacionais (50%).

#### 4.16.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF64, ciências veterinárias.

A Tabela 238 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 238 - CNAEF64: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	7	-	2	-
	%	4,3%	-	3,7%	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	19	5	3	-
	%	11,7%	5,4%	5,6%	-
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	56	11	11	-
	%	34,6%	12,0%	20,4%	-
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	43	1	6	-
	%	26,5%	1,1%	11,1%	-
Docência noutra IES	n	9	21	7	1
	%	5,6%	22,8%	13,0%	50,0%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	7	4	7	-
	%	4,3%	4,3%	13,0%	-
Participação em projetos de investigação	n	63	28	16	1
	%	38,9%	30,4%	29,6%	50,0%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	31	7	3	-
	%	19,1%	7,6%	5,6%	-
Outras	n	15	1	4	-
	%	9,3%	1,1%	7,4%	-

Verifica-se que, em qualquer subsistema/setor, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (valores acima de 30%). Por outro lado, os docentes desta área e que estão no ensino público também referem pelo menos um cargo de gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.). Relativamente ao ensino ministrado em IES privadas, verifica-se que os docentes desta área e que estão no ensino universitário, também referem como experiência académica a docência noutra IES. No que se refere ao politécnico privado, o número de docentes divide-se entre a participação em projetos de investigação e a docência noutra IES.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 239 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF64, ciências veterinárias, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 239 - CNAEF64: Corpo docente por referências de experiência extra-académica**

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	-	4	2	-
	%	-	4,3%	3,7%	-
Órgãos do governo local e regional	n	3	3	2	-
	%	1,9%	3,3%	3,7%	-
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	57	26	8	1
	%	35,2%	28,3%	14,8%	50,0%
Instituições internacionais	n	20	19	3	-
	%	12,3%	20,7%	5,6%	-
Organizações privadas com fins lucrativos	n	38	54	36	1
	%	23,5%	58,7%	66,7%	50,0%
Consultoria	n	3	7	6	-
	%	1,9%	7,6%	11,1%	-
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	2	4	3	-
	%	1,2%	4,3%	5,6%	-
Outras	n	4	4	1	-
	%	2,5%	4,3%	1,9%	-

A maior parte do corpo docente da área das ciências veterinárias que estão no ensino universitário público, refere pelo menos uma experiência extra-académica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (35%). No caso do universitário privado, a maior parte refere experiências extra-académicas em organizações privadas com fins lucrativos (59%).

Relativamente ao ensino politécnico público, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos (67%). No ensino politécnico privado, o corpo docente divide-se entre experiências extra-académicas em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos e em organizações privadas com fins lucrativos.

#### 4.17. CNAEF72 – SAÚDE

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF72.

##### 4.17.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 5 766 docentes, sendo que a maioria, 57% (3 303) é proveniente do ensino universitário e 70% (4 021) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 78% (2 571) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 59% (1 450) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área da saúde (CNAEF72) são mulheres, 54% (3 114), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o setor (52% no ensino público e 60% no ensino privado) e ainda no ensino politécnico, 65% (1 592). No entanto e no ensino universitário, a maioria dos docentes são homens, 54% (1 781) (ver Tabela 240).

Tabela 240 - CNAEF72: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	1 114	408	957	635	3 114
	%	43,3%	55,7%	66,0%	62,7%	54,0%
Masculino	n	1 457	324	493	378	2 652
	%	56,7%	44,3%	34,0%	37,3%	46,0%
Total	n	2 571	732	1 450	1 013	5 766
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de assistente convidado (38%), seguida da categoria de professor auxiliar (14%) e seguida ainda pela categoria de assistente (12%) (ver Tabela 241). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 14% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público, são as categorias de assistente convidado, professor auxiliar e auxiliar convidado, que detêm o maior número de docentes, no privado, são as categorias de assistente, assistente convidado e auxiliar que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 7% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 40% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 241 - CNAEF72: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	166	20	186
	%	6,6%	2,8%	5,7%
Professor catedrático convidado	n	33	15	48
	%	1,3%	2,1%	1,5%
Professor associado	n	187	54	241
	%	7,4%	7,6%	7,4%
Professor associado convidado	n	146	20	166
	%	5,8%	2,8%	5,1%
Professor auxiliar	n	329	109	438
	%	13,0%	15,3%	13,5%
Professor auxiliar convidado	n	276	89	365
	%	10,9%	12,5%	11,3%
Assistente	n	167	218	385
	%	6,6%	30,6%	11,9%
Assistente convidado	n	1123	118	1241
	%	44,4%	16,5%	38,3%
Assistente estagiário	n	2	66	68
	%	0,1%	9,3%	2,1%
Monitor	n	68	-	68
	%	2,7%	-	2,1%
Outras	n	31	4	35
	%	1,2%	0,6%	1,1%
Total	n	2528	713	3241
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de equiparado a assistente (28%), assistente do 1º triénio (23%) e professor adjunto (21%) (ver Tabela 242). Já no ensino politécnico público, as categorias com maior número de docentes são a de assistente do 1º triénio (46%) seguida da categoria de professor adjunto com 18% e ainda da categoria de equiparado a assistente (13%).



Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 46% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 73% no caso dos docentes do ensino privado (setor aqui constituído por apenas 2 docentes), no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 242 - CNAEF72: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)**

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	105	68	173
	%	8,0%	7,1%	7,6%
Equiparado a professor coordenador	n	10	20	30
	%	0,8%	2,1%	1,3%
Professor adjunto	n	278	176	454
	%	21,2%	18,4%	20,0%
Equiparado a professor adjunto	n	111	60	171
	%	8,5%	6,3%	7,5%
Assistente do 1º triénio	n	304	438	742
	%	23,2%	45,8%	32,8%
Assistente do 2º triénio	n	83	60	143
	%	6,3%	6,3%	6,3%
Equiparado a assistente	n	369	123	492
	%	28,2%	12,9%	21,7%
Especialmente contratados	n	9	-	9
	%	0,7%	-	0,4%
Especialistas	n	1	5	6
	%	0,1%	0,5%	0,3%
Outras	n	39	6	45
	%	3,0%	0,6%	2,0%
Total	n	1 309	956	2 265
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, quer no ensino universitário quer no ensino politécnico e de forma transversal ao setor (público ou privado), o regime de tempo parcial é sempre o que apresenta o maior número de docentes (ver Tabela 243).

**Tabela 243 - CNAEF72: Corpo docente por regime de tempo**

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	161	12	338	41	552
	%	6,3%	1,6%	23,5%	4,1%	9,6%
TI - Tempo integral	n	618	259	205	182	1 264
	%	24,3%	35,4%	14,2%	18,0%	22,1%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	1610	441	858	747	3656
	%	63,3%	60,3%	59,5%	73,9%	63,8%
Outros (inferior a 20%)	n	155	19	40	41	255
	%	6,1%	2,6%	2,8%	4,1%	4,5%
Total	n	2 544	731	1 441	1 011	5 727
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.17.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Licenciado (ver Tabela 244). Uma análise mais fina indica que quer no ensino politécnico quer no universitário público, a maior parte dos docentes ou tem o grau de Doutor ou o grau de Licenciado, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

**Tabela 244 - CNAEF72: Corpo docente por grau académico mais elevado**

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	1 004	261	120	101	1 486
	%	39,1%	35,7%	8,3%	10,0%	25,8%
Mestrado	n	240	207	463	275	1 185
	%	9,3%	28,3%	31,9%	27,1%	20,6%
Licenciatura	n	1 327	264	860	622	3 073
	%	51,6%	36,1%	59,3%	61,4%	53,3%
Bacharelato	n	-	-	7	15	22
	%	-	-	0,5%	1,5%	0,4%
Total	n	2 571	732	1 450	1 013	5 766
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 245). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 85%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (15%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 245 - CNAEF72: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	2 301	620	1 397	957	5 275
	%	90,6%	85,2%	96,6%	94,7%	92,1%
Último grau no estrangeiro	n	240	108	49	54	451
	%	9,4%	14,8%	3,4%	5,3%	7,9%
Total	n	2 541	728	1 446	1 011	5 726
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada forte (-0,522) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, conseqüentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 246).

**Tabela 246 - CNAEF72: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1950-1959	n	2	7	1	6	16
	%	0,2%	1,6%	0,2%	1,6%	0,6%
1960-1969	n	47	13	1	8	69
	%	4,1%	2,9%	0,2%	2,2%	2,7%
1970-1979	n	288	58	16	19	381
	%	25,0%	13,0%	2,9%	5,1%	15,1%
1980-1989	n	392	79	84	52	607
	%	34,0%	17,7%	15,1%	14,1%	24,0%
1990-1999	n	310	194	257	129	890
	%	26,9%	43,5%	46,2%	35,0%	35,2%
2000-2009	n	115	95	197	155	562
	%	10,0%	21,3%	35,4%	42,0%	22,3%
Total	n	1 154	446	556	369	2 525
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação da saúde (CNAEF72) (ver Tabela 247). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

**Tabela 247 - CNAEF72: Área da licenciatura**

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Saúde	n	994	325	482	294	2 095
	%	85,0%	70,5%	85,2%	79,2%	81,6%
Outras áreas	n	175	136	84	77	472
	%	15,0%	29,5%	14,8%	20,8%	18,4%
Total	n	1 169	461	566	371	2 567
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (70%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 248).

**Tabela 248 - CNAEF72: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	1 760	120	1 880
	%	69,3%	16,5%	57,5%
Outra universidade nacional pública	n	504	444	948
	%	19,8%	61,0%	29,0%
Outra universidade nacional privada	n	19	14	33
	%	0,7%	1,9%	1,0%
Outro politécnico nacional público	n	8	36	44
	%	0,3%	4,9%	1,3%
Outro politécnico nacional privado	n	7	4	11
	%	0,3%	0,5%	0,3%
Outra estrangeira	n	241	109	350
	%	9,5%	15,0%	10,7%
Outras	n	2	1	3
	%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	n	2 541	728	3 269
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (75%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau. Independentemente do setor, a maioria dos docentes obteve o seu último grau numa universidade nacional privada (ver Tabela 249).

**Tabela 249 - CNAEF72: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	458	151	609
	%	31,7%	14,9%	24,8%
Outra universidade nacional pública	n	611	408	1019
	%	42,3%	40,3%	41,5%
Outra universidade nacional privada	n	112	90	202
	%	7,7%	8,9%	8,2%
Outro politécnico nacional público	n	158	236	394
	%	10,9%	23,3%	16,0%
Outro politécnico nacional privado	n	49	68	117
	%	3,4%	6,7%	4,8%
Outra estrangeira	n	53	55	108
	%	3,7%	5,4%	4,4%
Outras	n	5	4	9
	%	0,3%	0,4%	0,4%
Total	n	1 446	1 012	2 458
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da saúde (CNAEF72), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 250). De facto, a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição pública também aí obteve o seu grau de licenciado (70% no ensino universitário e 42% no ensino politécnico); mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição privada obteve o seu grau de licenciado no ensino público universitário.

**Tabela 250 - CNAEF72: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	819	91	237	60	1 207
	%	70,1%	19,7%	41,8%	16,2%	47,0%
Outra universidade nacional pública	n	247	282	131	137	797
	%	21,1%	61,2%	23,1%	36,9%	31,0%
Outra universidade nacional privada	n	11	27	33	26	97
	%	0,9%	5,9%	5,8%	7,0%	3,8%
Outro politécnico nacional público	n	11	26	138	119	294
	%	0,9%	5,6%	24,3%	32,1%	11,5%
Outro politécnico nacional privado	n	7	3	14	19	43
	%	0,6%	0,7%	2,5%	5,1%	1,7%
Outra estrangeira	n	73	32	9	10	124
	%	6,3%	6,9%	1,6%	2,7%	4,8%
Outras	n	-	-	5	-	5
	%	-	-	0,9%	-	0,2%
Total	n	1 168	461	567	371	2 567
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.17.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caraterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF72, saúde. A Tabela 251 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada no ensino universitário, pelos docentes da área da saúde (CNAEF72), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um artigo internacional.

Tabela 251 – CNAEF72: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	88	61	53	32
	%	3,4%	8,3%	3,7%	3,2%
Livros internacionais	n	32	9	7	4
	%	1,2%	1,2%	0,5%	0,4%
Capítulos nacionais	n	97	28	30	12
	%	3,8%	3,8%	2,1%	1,2%
Capítulos internacionais	n	111	20	15	6
	%	4,3%	2,7%	1,0%	0,6%
Artigos nacionais	n	370	146	233	183
	%	14,4%	19,9%	16,1%	18,1%
Artigos internacionais	n	1 021	199	147	149
	%	39,7%	27,2%	10,1%	14,7%
Artigos atas nacionais	n	145	94	199	124
	%	5,6%	12,8%	13,7%	12,2%
Artigos atas internacionais	n	208	89	151	65
	%	8,1%	12,2%	10,4%	6,4%
Atividades artísticas	n	2	1	3	2
	%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Teses/Dissertações	n	34	39	92	69
	%	1,3%	5,3%	6,3%	6,8%
Outras	n	128	52	85	50
	%	5,0%	7,1%	5,9%	4,9%

No que se refere ao ensino politécnico, a investigação realizada tem uma presença nacional mais forte do que internacional. A maior parte dos docentes refere os artigos nacionais (superior a 16%).

#### 4.17.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF72, saúde.

A Tabela 252 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 252 - CNAEF72: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	20	8	10	4
	%	0,8%	1,1%	0,7%	0,4%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	70	33	54	24
	%	2,7%	4,5%	3,7%	2,4%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	373	121	353	125
	%	14,5%	16,5%	24,3%	12,3%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	207	31	195	65
	%	8,1%	4,2%	13,4%	6,4%
Docência noutra IES	n	288	216	198	244
	%	11,2%	19,5%	13,7%	24,1%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	61	34	149	58
	%	2,4%	4,6%	10,3%	5,7%
Participação em projetos de investigação	n	1 013	325	625	355
	%	39,4%	44,4%	43,1%	35,0%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	313	61	104	41
	%	12,2%	8,3%	7,2%	4,0%
Outras	n	112	12	73	29
	%	4,4%	1,6%	5,0%	2,9%

Verifica-se que, em qualquer subsistema/setor, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (valores acima de 35%). Por outro lado, os docentes desta área e que estão no ensino público também referem pelo menos um cargo de gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.). Relativamente ao ensino ministrado em IES privadas, verifica-se que os docentes desta área, também referem como experiência académica a docência noutra IES.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 253 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF72, saúde, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 253 - CNAEF72: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica

Experiência extra-acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	10	7	-	2
	%	0,4%	1,0%	-	0,2%
Órgãos do governo local e regional	n	6	11	7	5
	%	0,2%	1,5%	0,5%	0,5%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	1 434	361	903	621
	%	55,8%	49,3%	62,8%	61,3%
Instituições internacionais	n	205	44	54	48
	%	8,0%	6,0%	3,7%	4,7%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	326	311	353	422
	%	12,7%	42,5%	24,3%	41,7%
Consultoria	n	126	51	56	79
	%	4,9%	7,0%	3,9%	7,8%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	51	38	54	23
	%	2,0%	5,2%	3,7%	2,3%
Outras	n	98	61	35	29
	%	3,8%	8,3%	2,4%	2,9%

A maior parte do corpo docente da área da saúde, quer no ensino universitário quer no politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-acadêmica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (mais de 49%).

Por outro lado, e também em qualquer subsistema/setor, verifica-se que a segunda experiência extra-acadêmica mais citada foi em organizações privadas com fins lucrativos.

#### 4.18. CNAEF76 – SERVIÇOS SOCIAIS

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF76.

##### 4.18.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 140 docentes, sendo que a maioria, 57% (80) é proveniente do ensino universitário e 36% (51) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 21% (17) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 57% (34) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área dos serviços sociais (CNAEF76) são mulheres, 76% (107), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o setor (77% no ensino público e 76% no ensino privado) e qualquer que seja o subsistema (84% no ensino universitário e 67% no ensino politécnico) (ver Tabela 254).

Tabela 254 - CNAEF76: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	15	52	24	16	107
	%	88,2%	82,5%	70,6%	61,5%	76,4%
Masculino	n	2	11	10	10	33
	%	11,8%	17,5%	29,4%	38,5%	23,6%
Total	n	17	63	34	26	140
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de assistente (31%), seguida da categoria de assistente convidado (18%) e seguida ainda pela categoria de professor auxiliar convidado (12%) (ver Tabela 255). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que não existem docentes do ensino público em nenhuma daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público a categoria com maior número de docentes é a classificada como Outros (47%), seguida da categoria de professor auxiliar, e ainda seguida pelas categorias de assistente convidado e auxiliar convidado, no privado, são as categorias de assistente, assistente convidado e professor auxiliar convidado e assistente estagiário que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino privado e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, da não reafecção de docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 49% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público. No ensino público não há docentes nas categorias indicadas.



Tabela 255 - CNAEF76: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)	Universitário		Total
	Público	Privado	
Professor catedrático	n - % -	4 6,3%	4 5,1%
Professor catedrático convidado	n 1 % 6,7%	2 3,2%	3 3,8%
Professor associado	n - % -	2 3,2%	2 2,6%
Professor auxiliar	n 3 % 20,0%	3 4,8%	6 7,7%
Professor auxiliar convidado	n 2 % 13,3%	7 11,1%	9 11,5%
Assistente	n - % -	24 38,1%	24 30,8%
Assistente convidado	n 2 % 13,3%	12 19,0%	14 17,9%
Assistente estagiário	n - % -	7 11,1%	7 9,0%
Leitor	n - % -	1 1,6%	1 1,3%
Outras	n 7 % 46,7%	1 1,6%	8 10,3%
Total	n 15 % 100,0%	63 100,0%	78 100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de equiparado a assistente (52%), assistente do 1º triénio (21%) e professor adjunto (14%) (ver Tabela 256). Já no ensino politécnico privado, as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (46%) seguida da categoria de assistente do 1º triénio (15%) e ainda da categoria de assistente do 2º triénio (12%).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 79% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 42% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 256 - CNAEF76: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)	Politécnico		Total
	Público	Privado	
Professor coordenador	n 2 % 6,9%	2 7,7%	4 7,3%
Professor adjunto	n 4 % 13,8%	12 46,2%	16 29,1%
Equiparado a professor adjunto	n 1 % 3,4%	2 7,7%	3 5,5%
Assistente do 1º triénio	n 6 % 20,7%	4 15,4%	10 18,2%
Assistente do 2º triénio	n 1 % 3,4%	3 11,5%	4 7,3%
Equiparado a assistente	n 15 % 51,7%	2 7,7%	17 30,9%
Especialistas	n - % -	1 3,8%	1 1,8%
Total	n 29 % 100,0%	26 100,0%	55 100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que no ensino universitário e de forma transversal ao setor (público ou privado) os docentes maioritariamente distribuem-se entre o regime de tempo integral e o regime de tempo parcial. No caso do ensino politécnico, a maioria dos docentes leciona em tempo integral no público e em tempo parcial no privado (ver Tabela 257).

Tabela 257 - CNAEF76: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo	Universitário		Politécnico		Total
	Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n 1 % 5,9%	8 12,7%	9 26,5%	-	18 12,9%
TI - Tempo integral	n 8 % 47,1%	23 36,5%	13 38,2%	8 30,8%	52 37,1%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n 8 % 47,1%	23 36,5%	11 32,4%	17 65,4%	59 42,1%
Outros (inferior a 20%)	n - % -	9 14,3%	1 2,9%	1 3,8%	11 7,9%
Total	n 17 % 100,0%	63 100,0%	34 100,0%	26 100,0%	140 100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.18.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Mestre (ver Tabela 258). Uma análise mais fina indica que quer no ensino politécnico quer no universitário privado, a maioria dos docentes tem o grau de Mestre. No ensino universitário público, a maior parte dos docentes ou tem o grau de Mestre ou o grau de Licenciado (35%), o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

**Tabela 258 - CNAEF76: Corpo docente por grau académico mais elevado**

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	5	15	1	3	24
	%	29,4%	23,8%	2,9%	11,5%	17,1%
Mestrado	n	6	30	17	14	67
	%	35,3%	47,6%	50,0%	53,8%	47,9%
Licenciatura	n	6	18	16	9	49
	%	35,3%	28,6%	47,1%	34,6%	35,0%
Total	n	17	63	34	26	140
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 245). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 77%) é no ensino universitário público que encontramos o maior número de docentes (24%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 259 - CNAEF76: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	13	55	32	22	122
	%	76,5%	87,3%	94,1%	84,6%	87,1%
Último grau no estrangeiro	n	4	8	2	4	18
	%	23,5%	12,7%	5,9%	15,4%	12,9%
Total	n	17	63	34	26	140
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa forte (-0,790) o que parece indicar anos de graduação recentes e, conseqüentemente, um corpo docente jovem (ver Tabela 260).

**Tabela 260 - CNAEF76: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1950-1959	n	-	1	-	-	1
	%	-	2,4%	-	-	1,1%
1960-1969	n	-	1	-	-	1
	%	-	2,4%	-	-	1,1%
1970-1979	n	2	8	1	3	14
	%	18,2%	19,0%	5,3%	17,6%	15,7%
1980-1989	n	1	7	5	1	14
	%	9,1%	16,7%	26,3%	5,9%	15,7%
1990-1999	n	4	20	5	8	37
	%	36,4%	47,6%	26,3%	47,1%	41,6%
2000-2009	n	4	5	8	5	22
	%	36,4%	11,9%	42,1%	29,4%	24,7%
Total	n	11	42	19	17	89
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes do ensino universitário não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação dos serviços sociais (CNAEF76) (ver Tabela 261). No entanto, o mesmo não se passa com os docentes do ensino politécnico. Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura se prolongou na área de continuação de estudos.

**Tabela 261 - CNAEF76: Área da licenciatura**

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Serviços sociais	n	8	32	6	5	51
	%	72,7%	68,1%	31,6%	29,4%	54,3%
Outras áreas	n	3	15	13	12	43
	%	27,3%	31,9%	68,4%	70,6%	45,7%
Total	n	11	47	19	17	94
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino privado (40%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino público (ver Tabela 262).

**Tabela 262 - CNAEF76: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	3	25	28
	%	17,6%	39,7%	35,0%
Outra universidade nacional pública	n	5	7	12
	%	29,4%	11,1%	15,0%
Outra universidade nacional privada	n	5	17	22
	%	29,4%	27,0%	27,5%
Outro politécnico nacional público	n	-	2	2
	%	-	3,2%	2,5%
Outro politécnico nacional privado	n	-	3	3
	%	-	4,8%	3,8%
Outra estrangeira	n	4	8	12
	%	23,5%	12,7%	15,0%
Outras	n	0	1	1
	%	0,0%	1,6%	1,3%
Total	n	17	63	80
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (92%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau. Independentemente do setor, a maioria dos docentes obteve o seu último grau numa universidade nacional privada (ver Tabela 263).

**Tabela 263 - CNAEF76: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	3	2	5
	%	8,8%	7,7%	8,3%
Outra universidade nacional pública	n	3	7	10
	%	8,8%	26,9%	16,7%
Outra universidade nacional privada	n	23	12	35
	%	67,6%	46,2%	58,3%
Outro politécnico nacional público	n	1	1	2
	%	2,9%	3,8%	3,3%
Outro politécnico nacional privado	n	2	-	2
	%	5,9%	-	3,3%
Outra estrangeira	n	2	4	6
	%	5,9%	15,4%	10,0%
Total	n	34	26	60
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área dos serviços sociais (CNAEF76), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 264). De facto, e no caso do ensino politécnico público, a maioria dos docentes que obteve a sua licenciatura num estabelecimento deste tipo, continua a trabalhar na instituição (37%). Mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição politécnica privada ou no ensino universitário, obteve o seu grau de licenciado numa instituição diferente daquela onde atualmente trabalha.

**Tabela 264 - CNAEF76: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	2	15	7	2	26
	%	18,2%	31,9%	36,8%	11,8%	27,7%
Outra universidade nacional pública	n	3	12	2	1	18
	%	27,3%	25,5%	10,5%	5,9%	19,1%
Outra universidade nacional privada	n	2	17	6	1	26
	%	18,2%	36,2%	31,6%	5,9%	27,7%
Outro politécnico nacional público	n	-	2	4	10	16
	%	-	4,3%	21,1%	58,8%	17,0%
Outro politécnico nacional privado	n	4	1	-	2	7
	%	36,4%	2,1%	-	11,8%	7,4%
Outra estrangeira	n	-	-	-	1	1
	%	-	-	-	5,9%	1,1%
Total	n	11	47	19	17	94
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.18.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caraterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF76, saúde. A Tabela 265 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada no setor público, pelos docentes da área dos serviços sociais (CNAEF76), refere-se na sua maior parte a teses/dissertações (24% no universitário e 15% no politécnico).

**Tabela 265 – CNAEF76: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	1	12	-	-
	%	5,9%	19,0%	-	-
Livros internacionais	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Capítulos nacionais	n	1	4	-	-
	%	5,9%	6,3%	-	-
Capítulos internacionais	n	1	1	1	-
	%	5,9%	1,6%	2,9%	-
Artigos nacionais	n	1	13	2	4
	%	5,9%	20,6%	5,9%	15,4%
Artigos internacionais	n	1	3	1	2
	%	5,9%	4,8%	2,9%	7,7%
Artigos atas nacionais	n	2	9	2	3
	%	11,8%	14,3%	5,9%	11,5%
Artigos atas internacionais	n	2	5	1	2
	%	11,8%	7,9%	2,9%	7,7%
Atividades artísticas	n	1	-	-	1
	%	5,9%	-	-	3,8%
Teses/Dissertações	n	4	12	5	2
	%	23,5%	19,0%	14,7%	7,7%
Outras	n	3	9	3	1
	%	17,6%	14,3%	8,8%	3,8%

No que se refere ao ensino privado, os docentes desta área mencionam os artigos nacionais (21% no universitário e 15% no politécnico).

#### 4.18.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caraterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF76, serviços sociais.

A Tabela 266 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 266 - CNAEF76: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	-	1	-	-
	%	-	1,6%	-	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	1	3	2	1
	%	5,9%	4,8%	5,9%	3,8%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	3	16	8	4
	%	17,6%	25,4%	23,5%	15,4%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	2	14	4	-
	%	11,8%	22,2%	11,8%	-
Docência noutra IES	n	4	14	6	4
	%	23,5%	22,2%	17,6%	15,4%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	1	2	6	2
	%	5,9%	3,2%	17,6%	7,7%
Participação em projetos de investigação	n	4	36	17	11
	%	23,5%	57,1%	50,0%	42,3%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	3	9	2	1
	%	17,6%	14,3%	5,9%	3,8%
Outras	n	2	3	2	1
	%	11,8%	4,8%	5,9%	3,8%

No ensino universitário público, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação (24%) e, também a docência noutra IES (24%). Por outro lado, os docentes desta área e dos restantes subsistemas/setores referem pelo menos uma participação em projetos de investigação.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 267 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF76, serviços sociais, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 267 - CNAEF76: Corpo docente por referências de experiência extra-académica**

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	-	3	-	-
	%	-	4,8%	-	-
Órgãos do governo local e regional	n	1	3	2	4
	%	5,9%	4,8%	5,9%	15,4%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	10	26	11	15
	%	58,8%	41,3%	32,4%	57,7%
Instituições internacionais	n	-	3	-	2
	%	-	4,8%	-	7,7%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	-	18	9	7
	%	-	28,6%	26,5%	26,9%
Consultoria	n	2	7	3	3
	%	11,8%	11,1%	8,8%	11,5%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	4	5	3	1
	%	23,5%	7,9%	8,8%	3,8%
Outras	n	1	9	1	1
	%	5,9%	14,3%	2,9%	3,8%

A maior parte do corpo docente da área dos serviços sociais, quer o do universitário quer o do politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-académica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Por outro lado, 24% (4) dos docentes que estão no universitário público também referem a investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas). Nos restantes subsistemas/setores, os docentes também mencionam experiências em organizações privadas com fins lucrativos.

4.19. CNAEF81 – SERVIÇOS PESSOAIS

A informação constante na presente secção pretende caraterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF81.

4.19.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 873 docentes, sendo que a maioria, 52% (455) é proveniente do ensino universitário e 57% (497) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 52% (235) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 63% (265) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área dos serviços pessoais (CNAEF81) são homens, 65% (569), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o setor (65% no ensino público e 66% no ensino privado) e qualquer que seja o subsistema (66% no ensino universitário e 64% no ensino politécnico) (ver Tabela 268).

Tabela 268 - CNAEF81: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	82	71	94	57	304
	%	34,9%	32,3%	35,5%	37,3%	34,8%
Masculino	n	153	149	171	96	569
	%	65,1%	67,7%	64,5%	62,7%	65,2%
Total	n	235	220	265	153	873
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de assistente convidado (26%), seguida da categoria de professor auxiliar (24%) e seguida ainda pela categoria de assistente (16%) (ver Tabela 269). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de

carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 26% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público a categoria com maior número de docentes é a de professor auxiliar, seguida da categoria de professor associado, e ainda seguida pela categoria de assistente convidado, no privado, são as categorias de assistente convidado, assistente e professor auxiliar convidado que envolvem a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, da não reafectação de 7% dos docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 34% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.



Tabela 269 - CNAEF81: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	14	5	19
	%	6,4%	2,3%	4,3%
Professor catedrático convidado	n	4	-	4
	%	1,8%	-	0,9%
Professor associado	n	44	5	49
	%	20,0%	2,3%	11,1%
Professor associado convidado	n	2	4	6
	%	0,9%	1,8%	1,4%
Professor auxiliar	n	85	21	106
	%	38,6%	9,5%	24,1%
Professor auxiliar convidado	n	9	33	42
	%	4,1%	15,0%	9,5%
Assistente	n	15	54	69
	%	6,8%	24,5%	15,7%
Assistente convidado	n	34	78	112
	%	15,5%	35,5%	25,5%
Assistente estagiário	n	-	20	20
	%	-	9,1%	4,5%
Monitor	n	1	-	1
	%	0,5%	-	0,2%
Leitor	n	1	-	1
	%	0,5%	-	0,2%
Outras	n	11	-	11
	%	5,0%	-	2,5%
Total	n	220	220	440
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de assistente do 1º triénio (30%), seguida das categorias de equiparado a assistente e de professor adjunto (20%), seguidas ainda da categoria de assistente do 2º triénio (11%) (ver Tabela 270). Já no ensino politécnico privado, as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (30%) seguida da categoria de assistente do 1º triénio (29%) e ainda da categoria de assistente do 2º triénio (13%).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 81% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 58% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 270 - CNAEF81: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	10	12	22
	%	3,9%	7,9%	5,3%
Equiparado a professor coordenador	n	-	2	2
	%	-	1,3%	0,5%
Professor adjunto	n	51	46	97
	%	19,6%	30,1%	23,5%
Equiparado a professor adjunto	n	23	8	31
	%	8,8%	5,2%	7,5%
Assistente do 1º triénio	n	79	45	124
	%	30,4%	29,4%	30,0%
Assistente do 2º triénio	n	29	20	49
	%	11,2%	13,1%	11,9%
Equiparado a assistente	n	53	14	67
	%	20,4%	9,2%	16,2%
Especialmente contratados	n	7	-	7
	%	2,7%	-	1,7%
Especialistas	n	1	1	2
	%	0,4%	0,7%	0,5%
Outras	n	7	5	12
	%	2,7%	3,3%	2,9%
Total	n	260	153	413
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino universitário público os docentes, maioritariamente estão em tempo integral com exclusividade, no ensino politécnico e no universitário privado a maioria dos docentes está em regime de tempo parcial (ver Tabela 257).

Tabela 271 - CNAEF81: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	168	-	85	2	255
	%	72,4%	-	32,3%	1,3%	29,4%
TI - Tempo integral	n	29	61	69	50	209
	%	12,5%	27,7%	26,2%	32,7%	24,1%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	33	157	105	101	396
	%	14,2%	71,4%	39,9%	66,0%	45,6%
Outros (inferior a 20%)	n	2	2	4	-	8
	%	0,9%	0,9%	1,5%	-	0,9%
Total	n	232	220	263	153	868
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem

indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.19.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maior parte dos docentes inquiridos é o grau de Mestre (ver Tabela 272). Uma análise mais fina indica que quer no ensino politécnico quer no universitário privado, a maioria dos docentes tem o grau de Mestre. No ensino universitário público, a maior parte dos docentes tem o grau de Doutor (75%, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 272 - CNAEF81: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	176	54	44	21	295
	%	74,9%	24,5%	16,6%	13,7%	33,8%
Mestrado	n	34	100	106	78	318
	%	14,5%	45,5%	40,0%	51,0%	36,4%
Licenciatura	n	24	65	110	50	249
	%	10,2%	29,5%	41,5%	32,7%	28,5%
Bacharelato	n	1	1	2	2	6
	%	0,4%	0,5%	0,8%	1,3%	0,7%
Outros	n	-	-	3	2	5
	%	-	-	1,1%	1,3%	0,6%
Total	n	235	220	265	153	873
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 273). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 90%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (11%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 273 - CNAEF81: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	214	195	246	138	793
	%	91,5%	89,4%	93,5%	90,2%	91,4%
Último grau no estrangeiro	n	20	23	17	15	75
	%	8,5%	10,6%	6,5%	9,8%	8,6%
Total	n	234	218	263	153	868
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada forte (-0,506) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, conseqüentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 274).

Tabela 274 - CNAEF81: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	1	1	-	1	3
	%	0,6%	0,7%	-	1,0%	0,5%
1970-1979	n	11	5	-	1	17
	%	6,2%	3,6%	-	1,0%	3,0%
1980-1989	n	67	27	23	13	130
	%	37,9%	19,7%	15,2%	13,1%	23,0%
1990-1999	n	80	63	75	37	255
	%	45,2%	46,0%	49,7%	37,4%	45,2%
2000-2009	n	18	41	53	47	159
	%	10,2%	29,9%	35,1%	47,5%	28,2%
Total	n	177	137	151	99	564
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes do ensino público não alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação dos serviços pessoais (CNAEF81) (ver Tabela 275). No entanto, o mesmo não se passa com os docentes do ensino privado.

Tabela 275 - CNAEF81: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Serviços pessoais	n	125	71	91	44	331
	%	68,7%	48,0%	59,9%	44,4%	57,0%
Outras áreas	n	57	77	61	55	250
	%	31,3%	52,0%	40,1%	55,6%	43,0%
Total	n	182	148	152	99	581
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (77%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 276).

Tabela 276 - CNAEF81: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	182	23	205
	%	77,4%	10,6%	45,3%
Outra universidade nacional pública	n	27	155	182
	%	11,5%	71,1%	40,2%
Outra universidade nacional privada	n	4	3	7
	%	1,7%	1,4%	1,5%
Outro politécnico nacional público	n	-	11	11
	%	-	5,0%	2,4%
Outro politécnico nacional privado	n	1	3	4
	%	0,4%	1,4%	0,9%
Outra estrangeira	n	21	23	44
	%	8,9%	10,6%	9,7%
Total	n	235	218	453
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (82%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau. Independentemente do setor, a maioria dos docentes obteve o seu último grau numa universidade nacional privada (ver Tabela 277).

Tabela 277 - CNAEF81: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	61	13	74
	%	23,3%	8,5%	17,8%
Outra universidade nacional pública	n	146	100	246
	%	55,7%	65,4%	59,3%
Outra universidade nacional privada	n	12	8	20
	%	4,6%	5,2%	4,8%
Outro politécnico nacional público	n	18	7	25
	%	6,9%	4,6%	6,0%
Outro politécnico nacional privado	n	4	8	12
	%	1,5%	5,2%	2,9%
Outra estrangeira	n	18	17	35
	%	6,9%	11,1%	8,4%
Outras	n	3	-	3
	%	1,1%	-	0,7%
Total	n	262	153	415
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área dos serviços pessoais (CNAEF81), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 278). De facto, e no caso do ensino universitário público, a maioria dos docentes que obteve a sua licenciatura num estabelecimento deste tipo, continua a trabalhar na instituição (70%). Mas a maioria dos docentes que exerce a sua atividade numa instituição universitária privada ou no ensino politécnico, obteve o seu grau de licenciado numa instituição diferente daquela onde atualmente trabalha.

Tabela 278 - CNAEF81: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	126	21	42	12	201
	%	69,6%	14,4%	27,5%	12,1%	34,7%
Outra universidade nacional pública	n	43	101	83	43	270
	%	23,8%	69,2%	54,2%	43,4%	46,6%
Outra universidade nacional privada	n	3	11	8	3	25
	%	1,7%	7,5%	5,2%	3,0%	4,3%
Outro politécnico nacional público	n	3	7	13	21	44
	%	1,7%	4,8%	8,5%	21,2%	7,6%
Outro politécnico nacional privado	n	-	-	2	11	13
	%	-	-	1,3%	11,1%	2,2%
Outra estrangeira	n	6	6	4	8	24
	%	3,3%	4,1%	2,6%	8,1%	4,1%
Outras	n	-	-	1	1	2
	%	-	-	0,7%	1,0%	0,3%
Total	n	181	146	153	99	579
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.19.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF81, serviços sociais. A Tabela 279 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada, pela maior parte dos docentes da área dos serviços pessoais (CNAEF81) e que estão no ensino universitário público, referem os artigos internacionais (54%). Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área, mas no ensino universitário privado, indicou pelo menos um artigo nacional (20%).

Tabela 279 – CNAEF81: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	43	19	23	11
	%	18,3%	8,6%	8,7%	7,2%
Livros internacionais	n	2	7	-	1
	%	0,9%	3,2%	-	0,7%
Capítulos nacionais	n	15	11	11	4
	%	6,4%	5,0%	4,2%	2,6%
Capítulos internacionais	n	6	5	3	3
	%	2,6%	2,3%	1,1%	2,0%
Artigos nacionais	n	57	48	44	30
	%	24,3%	21,8%	16,6%	19,6%
Artigos internacionais	n	126	43	32	23
	%	53,6%	19,5%	12,1%	15,0%
Artigos atas nacionais	n	29	31	38	31
	%	12,3%	14,1%	14,3%	20,3%
Artigos atas internacionais	n	70	41	36	25
	%	29,8%	18,6%	13,6%	16,3%
Atividades artísticas	n	2	1	-	-
	%	0,9%	0,5%	-	-
Teses/Dissertações	n	9	20	16	14
	%	3,8%	9,1%	6,0%	9,2%
Outras	n	23	16	23	15
	%	9,8%	7,3%	8,7%	9,8%

No que se refere ao politécnico público, existe a referência a artigos nacionais pela maior parte dos docentes (17%). Relativamente ao politécnico privado, a referência de investigação mais indicada foi o artigo em atas nacionais (20%).

#### 4.19.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF81, serviços pessoais.

A Tabela 280 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 280 - CNAEF81: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	4	3	1	1
	%	1,7%	1,4%	0,4%	0,7%
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	12	3	12	5
	%	5,1%	1,4%	4,5%	3,3%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	84	34	57	17
	%	35,7%	15,5%	21,5%	11,1%
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	41	11	25	3
	%	17,4%	5,0%	9,4%	2,0%
Docência noutra IES	n	39	65	45	43
	%	16,6%	29,5%	17,0%	28,1%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	42	92	98	49
	%	17,9%	41,8%	37,0%	32,0%
Participação em projetos de investigação	n	83	61	71	36
	%	35,3%	27,7%	26,8%	23,5%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	33	11	18	6
	%	14,0%	5,0%	6,8%	3,9%
Outras	n	19	5	17	6
	%	8,1%	2,3%	6,4%	3,9%

No ensino universitário público, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um cargo de gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, entre outros) (36%). Por outro lado, os docentes desta área e neste setor/subsistema referem também pelo menos uma participação em projetos de investigação (35%). No caso dos restantes subsistemas/setores, a maior parte do corpo docente menciona a docência noutra instituição de ensino (não superior).

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 281 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF81, serviços pessoais, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 281 - CNAEF81: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	3	6	2	-
	%	1,3%	2,7%	0,8%	-
Órgãos do governo local e regional	n	5	19	9	10
	%	2,1%	8,6%	3,4%	6,5%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	52	48	51	34
	%	22,1%	21,8%	19,2%	22,2%
Instituições internacionais	n	15	6	18	5
	%	6,4%	2,7%	6,8%	3,3%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	77	117	140	107
	%	32,8%	53,2%	52,8%	69,9%
Consultoria	n	10	8	25	17
	%	4,3%	3,6%	9,4%	11,1%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	8	4	9	-
	%	3,4%	1,8%	3,4%	-
Outras	n	12	38	2	15
	%	5,1%	17,3%	0,8%	9,8%

A maior parte do corpo docente da área dos serviços pessoais, quer o do universitário quer o do politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos.

Por outro lado, em todos os subsistemas/setores, verifica-se que os docentes também referem experiências extra-académicas em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

## 4.20. CNAEF84 – SERVIÇOS DE TRANSPORTE

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF84.

### 4.20.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 56 docentes, sendo que a maioria, 59% (33) é proveniente do ensino politécnico e 73% (41) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 74% (17) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 73% (24) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área dos serviços de transporte (CNAEF84) são homens, 86% (48), sendo esta maioria validada também qualquer que seja o setor (85% no ensino público e 87% no ensino privado) e qualquer que seja o subsistema (83% no ensino universitário e 88% no ensino politécnico) (ver Tabela 282).



Tabela 282 - CNAEF84: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	3	1	3	1	8
	%	17,6%	16,7%	12,5%	11,1%	14,3%
Masculino	n	14	5	21	8	48
	%	82,4%	83,3%	87,5%	88,9%	85,7%
Total	n	17	6	24	9	56
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a outros (36%), seguida da categoria de professor auxiliar convidado (27%) e seguida ainda pela categoria de professor auxiliar (14%) (ver Tabela 283). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 13% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público a categoria com maior número de docentes é a outros, seguida da categoria de professor auxiliar convidado, e ainda seguida pelas categorias de professor associado, auxiliar e assistente (com igual número de docentes), no privado, é a categoria de professor auxiliar convidado a que envolve a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, da não reafecção de 13% docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas; no caso dos docentes do ensino privado não há docentes nas condições indicadas, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 283 - CNAEF84: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	-	1	1
	%	-	16,7%	4,5%
Professor associado	n	2	-	2
	%	12,5%	-	9,1%
Professor auxiliar	n	2	1	3
	%	12,5%	16,7%	13,6%
Professor auxiliar convidado	n	3	3	6
	%	18,8%	50,0%	27,3%
Assistente	n	2	-	2
	%	12,5%	-	9,1%
Outras	n	7	1	8
	%	43,8%	16,7%	36,4%
Total	n	16	6	22
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de equiparado a professor adjunto (42%), seguida da categoria de outros (29%), seguidas ainda da categoria de professor adjunto (17%) (ver Tabela 284). Já no ensino politécnico privado, as categorias com maior número de docentes são a de professor adjunto (67%) seguida da categoria de assistente do 1º triénio (22%) e ainda da categoria de assistente do 2º triénio (11%).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 54% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 33% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 284 - CNAEF84: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor adjunto	n	4	6	10
	%	16,7%	66,7%	30,3%
Equiparado a professor adjunto	n	10	-	10
	%	41,7%	-	30,3%
Assistente do 1º triénio	n	-	2	2
	%	-	22,2%	6,1%
Assistente do 2º triénio	n	3	1	4
	%	12,5%	11,1%	12,1%
Outras	n	7	-	7
	%	29,2%	-	21,2%
Total	n	24	9	33
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público os docentes, maioritariamente estão em tempo integral com exclusividade, no ensino privado a maioria dos docentes está em regime de tempo parcial (ver Tabela 285).

Tabela 285 - CNAEF84: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	4	-	2	-	6
	%	23,5%	-	8,3%	-	10,7%
TI - Tempo integral	n	10	1	13	1	25
	%	58,8%	16,7%	54,2%	11,1%	44,6%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	3	5	8	8	24
	%	17,6%	83,3%	33,3%	88,9%	42,9%
Outros (inferior a 20%)	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	4,2%	-	1,8%
Total	n	17	6	24	9	56
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

## 4.20.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maior parte dos docentes inquiridos é o grau de Mestre (ver Tabela 286). Uma análise mais fina indica que quer no ensino politécnico quer no universitário público, a maior parte dos docentes tem o grau de Mestre. No ensino universitário privado, a maior parte dos docentes ou tem o grau de Licenciado (33%) ou outros, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 286 - CNAEF84: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	6	1	-	1	8
	%	35,3%	16,7%	-	11,1%	14,3%
Mestrado	n	8	1	10	6	25
	%	47,1%	16,7%	41,7%	66,7%	44,6%
Licenciatura	n	3	2	7	2	14
	%	17,6%	33,3%	29,2%	22,2%	25,0%
Bacharelato	n	-	-	6	-	6
	%	-	-	25,0%	-	10,7%
Outros	n	-	2	1	-	3
	%	-	33,3%	4,2%	-	5,4%
Total	n	17	6	24	9	56
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 287). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 77%) é no ensino politécnico privado que encontramos o maior número de docentes (22%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 287 - CNAEF84: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	14	4	22	7	47
	%	82,4%	80,0%	91,7%	77,8%	85,5%
Último grau no estrangeiro	n	3	1	2	2	8
	%	17,6%	20,0%	8,3%	22,2%	14,5%
Total	n	17	5	24	9	55
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa fraca (-0,033) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 288).

Tabela 288 - CNAEF84: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1970-1979	n	3	-	1	-	4
	%	27,3%	-	12,5%	-	14,8%
1980-1989	n	3	1	1	4	9
	%	27,3%	100,0%	12,5%	57,1%	33,3%
1990-1999	n	2	-	5	2	9
	%	18,2%	-	62,5%	28,6%	33,3%
2000-2009	n	3	-	1	1	5
	%	27,3%	-	12,5%	14,3%	18,5%
Total	n	11	1	8	7	27
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes de ambos os sistemas e setores alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação dos serviços de transporte (CNAEF84) (ver Tabela 289). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura não se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 289 - CNAEF84: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Serviços de transporte	n	-	-	3	-	3
	%	-	-	37,5%	-	11,1%
Outras áreas	n	11	1	5	7	24
	%	100,0%	100,0%	62,5%	100,0%	88,9%
Total	n	11	1	8	7	27
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (71%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 290).

Tabela 290 - CNAEF84: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	12	1	13
	%	70,6%	20,0%	59,1%
Outra universidade nacional pública	n	2	3	5
	%	11,8%	60,0%	22,7%
Outra estrangeira	n	3	1	4
	%	17,6%	20,0%	18,2%
Total	n	17	5	22
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (73%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau. No caso do politécnico público, a maioria dos docentes divide o exercício das suas funções entre a mesma instituição onde obteve o último grau e outra universidade nacional pública (ver Tabela 291).

**Tabela 291 - CNAEF84: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	9	-	9
	%	37,5%	-	27,3%
Outra universidade nacional pública	n	9	7	16
	%	37,5%	77,8%	48,5%
Outra estrangeira	n	6	2	8
	%	25,0%	22,2%	24,2%
Total	n	24	9	33
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área dos serviços de transporte (CNAEF84), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 292). De facto, e no caso do ensino universitário público ou do ensino politécnico, a maioria dos docentes obteve a sua licenciatura num estabelecimento diferente daquele onde atualmente trabalha.

**Tabela 292 - CNAEF84: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	5	-	2	-	7
	%	45,5%	-	25,0%	-	25,9%
Outra universidade nacional pública	n	6	-	5	6	17
	%	54,5%	-	62,5%	85,7%	63,0%
Outra universidade nacional privada	n	-	1	0	1	2
	%	-	100,0%	0,0%	14,3%	7,4%
Outras	n	-	-	1	-	1
	%	-	-	12,5%	-	3,7%
Total	n	11	1	8	7	27
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao

último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.20.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caraterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF84, serviços de transporte. A Tabela 293 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área dos serviços de transporte (CNAEF84) e que estão no ensino universitário público, refere-se a artigos internacionais (24%).

**Tabela 293 – CNAEF84: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	1	1	-	-
	%	5,9%	16,7%	-	-
Livros internacionais	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Capítulos nacionais	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Capítulos internacionais	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Artigos nacionais	n	-	1	1	-
	%	-	16,7%	4,2%	-
Artigos internacionais	n	4	-	1	-
	%	23,5%	-	4,2%	-
Artigos atas nacionais	n	1	-	1	-
	%	5,9%	-	4,2%	-
Artigos atas internacionais	n	1	1	1	-
	%	5,9%	16,7%	4,2%	-
Atividades artísticas	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Teses/Dissertações	n	-	1	2	1
	%	-	16,7%	8,3%	11,1%
Outras	n	1	-	2	-
	%	5,9%	-	8,3%	-

No que se refere ao universitário privado, a investigação reparte-se entre livros nacionais, artigos nacionais, artigos em atas internacionais e teses/dissertações. Relativamente ao politécnico público, a maior parte refere teses/dissertações e outros (8% cada). Por fim, no setor privado do ensino politécnico, apenas há uma referência a teses/dissertações.

#### 4.20.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF84, serviços de transporte.

A Tabela 294 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 294 - CNAEF84: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	-	-	1	-
	%	-	-	4,2%	-
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	1	-	1	-
	%	5,9%	-	4,2%	-
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Docência noutra IES	n	4	1	3	2
	%	23,5%	16,7%	12,5%	22,2%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	-	1	1	2
	%	-	16,7%	4,2%	22,2%
Participação em projetos de investigação	n	6	2	5	4
	%	35,3%	33,3%	20,8%	44,4%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	2	-	2	-
	%	11,8%	-	8,3%	-
Outras	n	-	-	1	1
	%	-	-	4,2%	11,1%

A maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação, quer no ensino universitário quer no ensino politécnico.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 295 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF84, serviços de transporte, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 295 - CNAEF84: Corpo docente por referências de experiência extra-académica**

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	1	-	1	-
	%	4,2%	-	4,2%	-
Órgãos do governo local e regional	n	2	-	1	-
	%	11,8%	-	4,2%	-
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	5	2	13	3
	%	29,4%	33,3%	54,2%	33,3%
Instituições internacionais	n	2	1	3	1
	%	11,8%	16,7%	12,5%	11,1%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	3	4	10	7
	%	17,6%	66,7%	41,7%	77,8%
Consultoria	n	1	2	1	4
	%	5,9%	33,3%	4,2%	44,4%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	3	-	1	1
	%	17,6%	-	4,2%	11,1%
Outras	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-

A maior parte do corpo docente da área serviços de transporte que estão no ensino público, quer universitário quer politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-académica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, 29% (5) e 54% (13), respetivamente.

No caso do setor privado, e em ambos os subsistemas, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos, 67% (4) e 78% (7), respetivamente.

#### 4.21. CNAEF85 – PROTEÇÃO DO AMBIENTE

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF85.

##### 4.21.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 200 docentes, sendo que a maioria, 73% (145) é proveniente do ensino politécnico e 73% (145) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 68% (99) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 84% (46) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área da proteção do ambiente (CNAEF85) são homens, 52% (104), sendo esta maioria validada também no setor público (53%) (mas não no setor privado) e no subsistema universitário (54%) (mas não no ensino politécnico) (ver Tabela 296).



Tabela 296 - CNAEF85: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	45	22	23	6	96
	%	45,5%	47,8%	50,0%	66,7%	48,0%
Masculino	n	54	24	23	3	104
	%	54,5%	52,2%	50,0%	33,3%	52,0%
Total	n	99	46	46	9	200
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de professor auxiliar (42%), seguida da categoria de assistente (16%) e seguida ainda pela categoria de professor associado (11%) (ver Tabela 297). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 19% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público a categoria com maior número de docentes é a de professor auxiliar, seguida da categoria de professor associado, e ainda seguida pela categoria de professor catedrático, no privado, é a categoria de assistente a que envolve a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, da não reafecção de 6% docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas; no caso dos docentes do ensino privado há 37% de docentes nas condições indicadas, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 297 - CNAEF85: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático	n	6	1	7
	%	7,6%	2,2%	5,6%
Professor associado	n	9	5	14
	%	11,4%	10,9%	11,2%
Professor associado convidado	n	1	1	2
	%	1,3%	2,2%	1,6%
Professor auxiliar	n	45	8	53
	%	57,0%	17,4%	42,4%
Professor auxiliar convidado	n	5	5	10
	%	6,3%	10,9%	8,0%
Assistente	n	5	15	20
	%	6,3%	32,6%	16,0%
Assistente convidado	n	5	8	13
	%	6,3%	17,4%	10,4%
Assistente estagiário	n	-	2	2
	%	-	4,3%	1,6%
Monitor	n	2	-	2
	%	2,5%	-	1,6%
Outras	n	1	1	2
	%	1,3%	2,2%	1,6%
Total	n	79	46	125
	%	100,0%	100,0%	100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de equiparado a assistente (35%), seguida da categoria de professor adjunto (28%), seguidas ainda da categoria de equiparado a professor adjunto e assistente do 2º triénio (15%) (ver Tabela 298). Já no ensino politécnico privado, a categoria com maior número de docentes é a de professor adjunto (38%).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 65% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 38% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

Tabela 298 - CNAEF85: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n	3	-	3
	%	6,5%	-	5,6%
Professor adjunto	n	13	3	16
	%	28,3%	37,5%	29,6%
Equiparado a professor adjunto	n	7	1	8
	%	15,2%	12,5%	14,8%
Assistente do 1º triénio	n	-	1	1
	%	-	12,5%	1,9%
Assistente do 2º triénio	n	7	1	8
	%	15,2%	12,5%	14,8%
Equiparado a assistente	n	16	1	17
	%	34,8%	12,5%	31,5%
Especialistas	n	-	1	1
	%	-	12,5%	1,9%
Total	n	46	8	54
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público os docentes, maioritariamente estão em tempo integral com exclusividade, no ensino universitário privado a maioria dos docentes está em regime de tempo integral e no ensino politécnico privado a maioria dos docentes está em tempo parcial (ver Tabela 299).

Tabela 299 - CNAEF85: Corpo docente por regime de tempo

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n	64	-	21	-	85
	%	64,6%	-	45,7%	-	42,5%
TI - Tempo integral	n	27	26	15	2	70
	%	27,3%	56,5%	32,6%	22,2%	35,0%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n	7	20	10	7	44
	%	7,1%	43,5%	21,7%	77,8%	22,0%
Outros (inferior a 20%)	n	1	-	-	-	1
	%	1,0%	-	-	-	0,5%
Total	n	99	46	46	9	200
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

## 4.21.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Doutor (ver Tabela 300). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário público a maioria dos docentes tem o grau de Doutor, no ensino universitário privado e no ensino politécnico a maior parte dos docentes tem o grau de Mestre, sendo que, no caso do politécnico privado, a mesma percentagem é repartida com quem tem apenas o grau de Licenciado, o que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b), que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

Tabela 300 - CNAEF85: Corpo docente por grau académico mais elevado

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	83	16	18	1	118
	%	83,8%	34,8%	39,1%	11,1%	59,0%
Mestrado	n	11	23	21	4	59
	%	11,1%	50,0%	45,7%	44,4%	29,5%
Licenciatura	n	5	7	7	4	23
	%	5,1%	15,2%	15,2%	44,4%	11,5%
Total	n	99	46	46	9	200
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 301). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 88%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (11%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

Tabela 301 - CNAEF85: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	91	41	42	8	182
	%	91,9%	89,1%	91,3%	88,9%	91,0%
Último grau no estrangeiro	n	8	5	4	1	18
	%	8,1%	10,9%	8,7%	11,1%	9,0%
Total	n	99	46	46	9	200
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa moderada fraca (-0,365) o que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, conseqüentemente, um corpo docente relativamente jovem (ver Tabela 302).

**Tabela 302 - CNAEF85: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1960-1969	n	-	2	-	-	2
	%	-	6,5%	-	-	1,2%
1970-1979	n	18	4	-	-	22
	%	19,8%	12,9%	-	-	13,3%
1980-1989	n	33	3	10	1	47
	%	36,3%	9,7%	25,6%	20,0%	28,3%
1990-1999	n	35	11	22	4	72
	%	38,5%	35,5%	56,4%	80,0%	43,4%
2000-2009	n	5	11	7	-	23
	%	5,5%	35,5%	17,9%	-	13,9%
Total	n	91	31	39	5	166
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes de ambos os sistemas e setores alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação da proteção do ambiente (CNAEF85) (ver Tabela 303). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura não se prolongou na área de continuação de estudos.

**Tabela 303 - CNAEF85: Área da licenciatura**

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Proteção do ambiente	n	36	7	3	2	48
	%	39,6%	18,4%	7,7%	40,0%	27,7%
Outras áreas	n	55	31	36	3	125
	%	60,4%	81,6%	92,3%	60,0%	72,3%
Total	n	91	38	39	5	173
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o

grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (78%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 304).

**Tabela 304 - CNAEF85: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário**

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	77	4	81
	%	77,8%	8,7%	55,9%
Outra universidade nacional pública	n	13	35	48
	%	13,1%	76,1%	33,1%
Outra universidade nacional privada	n	-	2	2
	%	-	4,3%	1,4%
Outra estrangeira	n	9	5	14
	%	9,1%	10,9%	9,7%
Total	n	99	46	145
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria exetável, observamos que a maioria dos docentes (95%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 305).

**Tabela 305 - CNAEF85: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico**

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	2	1	3
	%	4,3%	11,1%	5,5%
Outra universidade nacional pública	n	39	5	44
	%	84,8%	55,6%	80,0%
Outra universidade nacional privada	n	0	1	1
	%	0,0%	11,1%	1,8%
Outro politécnico nacional público	n	1	1	2
	%	2,2%	11,1%	3,6%
Outra estrangeira	n	4	1	5
	%	8,7%	11,1%	9,1%
Total	n	46	9	55
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área da proteção do ambiente (CNAEF85), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 306). De facto, enquanto no caso do ensino universitário público a maioria dos docentes obteve a sua licenciatura no mesmo estabelecimento onde atualmente trabalha, no ensino politécnico, a maioria dos docentes obteve a sua licenciatura num estabelecimento diferente daquele onde atualmente trabalha.

**Tabela 306 - CNAEF85: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura**

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	59	5	3	-	67
	%	64,8%	13,2%	7,7%	-	38,7%
Outra universidade nacional pública	n	28	25	35	3	91
	%	30,8%	65,8%	89,7%	60,0%	52,6%
Outra universidade nacional privada	n	1	4	-	2	7
	%	1,1%	10,5%	-	40,0%	4,0%
Outro politécnico nacional público	n	-	1	1	-	2
	%	-	2,6%	2,6%	-	1,2%
Outra estrangeira	n	3	3	-	-	6
	%	3,3%	7,9%	-	-	3,5%
Total	n	91	38	39	5	173
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.21.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF85, proteção do ambiente. A Tabela 307 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área da proteção do ambiente (CNAEF85), tem uma presença mais internacional do que nacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um artigo internacional. No entanto, no caso dos docentes do ensino politécnico privado, os docentes também referem os livros nacionais.

**Tabela 307 – CNAEF85: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	8	4	1	2
	%	8,1%	8,7%	2,2%	22,2%
Livros internacionais	n	5	1	1	-
	%	5,1%	2,2%	2,2%	-
Capítulos nacionais	n	7	2	1	-
	%	7,1%	4,3%	2,2%	-
Capítulos internacionais	n	7	1	2	-
	%	7,1%	2,2%	4,3%	-
Artigos nacionais	n	12	7	2	1
	%	12,1%	15,2%	4,3%	11,1%
Artigos internacionais	n	73	14	20	2
	%	73,7%	30,4%	43,5%	22,2%
Artigos atas nacionais	n	7	5	11	1
	%	7,1%	10,9%	23,9%	11,1%
Artigos atas internacionais	n	24	3	13	1
	%	24,2%	6,5%	28,3%	11,1%
Atividades artísticas	n	1	-	-	-
	%	1,0%	-	-	-
Teses/Dissertações	n	8	8	1	-
	%	8,1%	17,4%	2,2%	-
Outras	n	12	3	3	1
	%	12,1%	6,5%	6,5%	11,1%

Por outro lado, também existem referências a artigos em atas internacionais pelos docentes que estão no setor público (segunda referência mais citada).

#### 4.21.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF85, proteção do ambiente.

A Tabela 308 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 308 - CNAEF85: Corpo docente por referências de experiência académica

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	2	2	-	-
	%	2,0%	4,3%	-	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	15	1	10	-
	%	15,2%	2,2%	21,7%	-
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	32	5	13	-
	%	32,3%	10,9%	28,3%	-
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	25	2	1	-
	%	25,3%	4,3%	2,2%	-
Docência noutra IES	n	11	6	6	2
	%	11,1%	13,0%	13,0%	22,2%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	1	5	3	-
	%	1,0%	10,9%	6,5%	-
Participação em projetos de investigação	n	56	28	28	2
	%	56,6%	60,9%	60,9%	22,2%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	34	4	5	-
	%	34,4%	8,7%	10,9%	-
Outras	n	6	-	1	1
	%	6,1%	-	2,2%	11,1%

A maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos uma participação em projetos de investigação, sendo que os docentes do politécnico privado também referem a docência noutra IES.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 309 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF85, proteção do ambiente, que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Tabela 309 - CNAEF85: Corpo docente por referências de experiência extra-académica

Experiência extra-académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	3	2	-	-
	%	3,0%	4,3%	-	-
Órgãos do governo local e regional	n	5	7	5	2
	%	5,1%	15,2%	10,9%	22,2%
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	23	12	13	3
	%	23,2%	26,1%	28,3%	33,3%
Instituições internacionais	n	8	3	1	1
	%	8,1%	6,5%	2,2%	11,1%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	20	25	20	4
	%	20,2%	54,3%	43,5%	44,4%
Consultoria	n	10	7	7	2
	%	10,1%	15,2%	15,2%	22,2%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	9	10	10	-
	%	9,1%	21,7%	21,7%	-
Outras	n	4	13	1	1
	%	4,0%	28,3%	2,2%	11,1%

A maior parte do corpo docente da área da proteção do ambiente que estão no ensino universitário público, refere pelo menos uma experiência extra-académica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (23%).

Nos restantes subsistemas/setores, verifica-se que a maior parte tem experiência extra-académica em organizações privadas com fins lucrativos.

## 4.22. CNAEF86 – SERVIÇOS DE SEGURANÇA

A informação constante na presente secção pretende caracterizar o corpo docente cuja área científica do grau académico mais elevado concluído se insere na CNAEF86.

### 4.22.1. PERFIL PESSOAL

Os dados observados retornaram 180 docentes, sendo que a maioria, 69% (124) é proveniente do ensino politécnico e 73% (131) pertence ao ensino público. Dentro do ensino universitário, 77% (96) identificaram-se como exercendo funções no ensino público, enquanto no ensino politécnico são 63% (35) os que se encontram afetos ao mesmo setor. Tendo por base a variável género, verificamos que a maioria dos docentes da área dos serviços de segurança (CNAEF86) são homens, 89% (161), sendo esta maioria validada em qualquer setor (95% no público e 76% no privado) e em qualquer subsistema (90% no universitário e 89% no politécnico) (ver Tabela 310).

Tabela 310 - CNAEF86: Corpo docente por género

Género		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Feminino	n	4	9	3	3	19
	%	4,2%	32,1%	8,6%	14,3%	10,6%
Masculino	n	92	19	32	18	161
	%	95,8%	67,9%	91,4%	85,7%	89,4%
Total	n	96	28	35	21	180
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

No que respeita à distribuição dos docentes por categoria profissional ocupada pelo docente na IES a que está afeto, e dada a diferente classificação associada aos dois subsistemas de ensino, foram realizadas análises separadas para esta variável.

Assim, no ensino universitário (no seu conjunto de público ou privado), as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de outros (64%), seguida da categoria de assistente convidado (14%) e seguida ainda pela categoria de assistente (13%) (ver Tabela 311). Ora, o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipula que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira. No entanto, os dados obtidos revelam que apenas 1% dos docentes do ensino público se encontra numa daquelas duas categorias, o que parece significar que muito



caminho há a fazer. Uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, e num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros, não se prevê que este problema seja ultrapassado no futuro próximo. Face aos dados apresentados, é neste caso verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira.

Uma análise mais fina permite-nos observar que, enquanto no público a categoria com maior número de docentes é a de outros, seguida da categoria de assistente, e ainda seguida pela categoria de assistente convidado, no privado, é a categoria de assistente convidado a que envolve a maioria dos docentes. Tais dados abrem, desde logo, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) (DGES, 2009a) válido para o setor público. De facto, com a abolição das categorias de assistente e assistente estagiário, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor catedrático, associado ou auxiliar. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado, leitor ou monitor) previsto no artigo 3º do ECDU, da não reafecção de 12% docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas; no caso dos docentes do ensino privado há 25% de docentes nas condições indicadas, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 311 - CNAEF86: Corpo docente por categoria profissional (ensino universitário)**

Categoria profissional (ensino universitário)		Universitário		Total
		Público	Privado	
Professor catedrático convidado	n %	1 1,1%	1 3,6%	2 1,6%
Professor auxiliar convidado	n %	- -	6 21,4%	6 4,9%
Assistente	n %	11 11,6%	5 17,9%	16 13,0%
Assistente convidado	n %	4 4,2%	13 46,4%	17 13,8%
Assistente estagiário	n %	- -	2 7,1%	2 1,6%
Monitor	n %	1 1,1%	- -	1 0,8%
Outras	n %	78 82,1%	1 3,6%	79 64,2%
Total	n %	95 100,0%	28 100,0%	123 100,0%

No que se refere ao ensino politécnico público, as categorias que ocupam as três primeiras posições são a de outros (66%), seguida da categoria de equiparado a assistente (20%), seguidas ainda da categoria de equiparado a professor adjunto e assistente do 1º triénio (6%) (ver Tabela 312). Já no ensino politécnico privado, a categoria com maior número de docentes é a de assistente do 1º triénio (57%).

Tais dados abrem, novamente, lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) (DGES, 2009b) válido para o setor público. De facto, com a abolição da categoria de assistente, as categorias previstas pela atual legislação contemplam somente a de professor adjunto, coordenador e coordenador principal, esta última criada pela atual legislação. Tal traduz-se, no caso do ensino público e uma vez retirado o pessoal especialmente contratado (professor convidado, assistente convidado ou monitor) previsto no artigo 8º do ECPDESP, numa necessidade de reafecção de, pelo menos 65% dos atuais docentes que não se enquadram nas categorias agora previstas e 38% no caso dos docentes do ensino privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

**Tabela 312 - CNAEF86: Corpo docente por categoria profissional (ensino politécnico)**

Categoria profissional (ensino politécnico)		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Professor coordenador	n %	- -	1 4,8%	1 1,8%
Professor adjunto	n %	1 2,9%	2 9,5%	3 5,4%
Equiparado a professor adjunto	n %	2 5,7%	3 14,3%	5 8,9%
Assistente do 1º triénio	n %	2 5,7%	12 57,1%	14 25,0%
Equiparado a assistente	n %	7 20,0%	2 9,5%	9 16,1%
Especialistas	n %	- -	1 4,8%	1 1,8%
Outras	n %	23 65,7%	- -	23 41,1%
Total	n %	35 100,0%	21 100,0%	56 100,0%

Em relação ao regime de tempo em que o docente exerce a sua atividade profissional na IES a que está afeto verificamos que, enquanto no ensino público os docentes, maioritariamente estão em tempo integral, no ensino privado a maioria dos docentes está em regime de tempo parcial (ver Tabela 313).

**Tabela 313 - CNAEF86: Corpo docente por regime de tempo**

Regime de tempo		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
TIEX - Tempo integral com exclusividade	n %	3 3,1%	- -	2 5,9%	- -	5 2,8%
TI - Tempo integral	n %	64 66,7%	3 10,7%	20 58,8%	2 9,5%	89 49,7%
TP - Tempo parcial (20%-100%)	n %	28 29,2%	23 82,1%	11 32,4%	19 90,5%	81 45,3%
Outros (inferior a 20%)	n %	1 1,0%	2 7,1%	1 2,9%	- -	4 2,2%
Total	n %	96 100,0%	28 100,0%	34 100,0%	21 100,0%	179 100,0%

Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

#### 4.2.2.2. PERFIL ACADÉMICO

A análise quantitativa global dos dados revelou que o grau académico mais elevado concluído pela maioria dos docentes inquiridos é o grau de Licenciado (ver Tabela 314). Uma análise mais fina indica que, enquanto no ensino universitário público e no ensino politécnico a maioria dos docentes tem o grau de Licenciado, no ensino universitário privado a maior parte dos docentes tem o grau de Mestre. Tal facto, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b) que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, pode ser lido como, em especial no politécnico, um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

**Tabela 314 - CNAEF86: Corpo docente por grau académico mais elevado**

Grau académico		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Doutoramento	n	1	1	-	-	2
	%	1,0%	3,6%	-	-	1,1%
Mestrado	n	2	15	6	7	30
	%	2,1%	53,6%	17,1%	33,3%	16,7%
Licenciatura	n	90	12	24	12	138
	%	93,8%	42,9%	68,6%	57,1%	76,7%
Bacharelato	n	1	-	1	1	3
	%	1,0%	-	2,9%	4,8%	1,7%
Outros	n	2	-	4	1	7
	%	2,1%	-	11,4%	4,8%	3,9%
Total	n	96	28	35	21	180
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável da internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa (ver Tabela 315). Pese embora as percentagens apontadas serem, no geral, bastante elevadas (mais de 89%) é no ensino universitário privado que encontramos o maior número de docentes (11%) que terminaram o seu grau mais elevado fora do País.

**Tabela 315 - CNAEF86: Internacionalização do corpo docente por local de obtenção do último grau académico**

Internacionalização		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Último grau em Portugal	n	94	25	35	19	173
	%	97,9%	89,3%	100,0%	90,5%	96,1%
Último grau no estrangeiro	n	2	3	-	2	7
	%	2,1%	10,7%	-	9,5%	3,9%
Total	n	96	28	35	21	180
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não existindo na base de dados trabalhada a variável idade, considerámos a década de obtenção da licenciatura como um proxy da idade, uma vez que, geralmente, a maioria dos docentes obtém o grau de licenciado com pouco mais de 20 anos. A distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma forte assimetria negativa (- 1,649) o que parece indicar anos de graduação recentes e, consequentemente, um corpo docente jovem (ver Tabela 316).

**Tabela 316 - CNAEF86: Década de obtenção da licenciatura (proxy da idade)**

Década		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
1950-1959	n	1	-	-	-	1
	%	9,1%	-	-	-	2,4%
1960-1969	n	-	2	-	1	3
	%	-	12,5%	-	14,3%	7,3%
1970-1979	n	-	1	-	-	1
	%	-	6,3%	-	-	2,4%
1980-1989	n	-	1	-	2	3
	%	-	6,3%	-	28,6%	7,3%
1990-1999	n	5	8	1	-	14
	%	45,5%	50,0%	14,3%	-	34,1%
2000-2009	n	5	4	6	4	19
	%	45,5%	25,0%	85,7%	57,1%	46,3%
Total	n	11	16	7	7	41
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, levou-nos a analisar até que ponto os docentes mantêm ou reformulam a sua área de formação académica. Pelos resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, a grande maioria dos docentes de ambos os sistemas e setores alterou a sua área de formação entre a licenciatura e o último grau mais elevado, concluído na área de formação dos serviços de segurança (CNAEF86) (ver Tabela 317). Tal facto parece significar que, para uma elevada percentagem de docentes das diferentes tipologias de ensino, a área de licenciatura não se prolongou na área de continuação de estudos.

Tabela 317 - CNAEF86: Área da licenciatura

Área		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Serviços de segurança	n	2	3	-	3	8
	%	16,7%	16,7%	-	42,9%	18,2%
Outras áreas	n	10	15	7	4	36
	%	83,3%	83,3%	100,0%	57,1%	81,8%
Total	n	12	18	7	7	44
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a instituição que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, foi analisada. Uma vez que o subsistema politécnico não pode conferir o grau de doutor e não conferiu, durante muito tempo, o grau de mestre, optamos por uma análise diferenciada para os dois subsistemas.

No que respeita ao ensino universitário, a maioria dos docentes do ensino público (94%) exerce funções na mesma instituição onde completou o seu último grau, mas exerce funções numa instituição diferente, no caso do ensino privado (ver Tabela 318).

Tabela 318 - CNAEF86: Corpo docente por endogamia do último grau, ensino universitário

Endogamia		Universitário		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	90	9	99
	%	93,8%	32,1%	79,8%
Outra universidade nacional pública	n	2	14	16
	%	2,1%	50,0%	12,9%
Outra universidade nacional privada	n	1	-	1
	%	1,0%	-	0,8%
Outro politécnico nacional público	n	1	-	1
	%	1,0%	-	0,8%
Outro politécnico nacional privado	n	-	1	1
	%	-	3,6%	0,8%
Outra estrangeira	n	2	3	5
	%	2,1%	10,7%	4,0%
Outras	n	-	1	1
	%	-	3,6%	0,8%
Total	n	96	28	124
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Já no que respeita ao ensino politécnico e como seria expetável, observamos que a maioria dos docentes (70%) se encontra a exercer funções numa instituição diferente daquela onde completou o seu último grau (ver Tabela 319).

Tabela 319 - CNAEF86: Corpo docente por instituição conferente do último grau, ensino politécnico

Endogamia		Politécnico		Total
		Público	Privado	
Mesma	n	17	-	17
	%	48,6%	-	30,4%
Outra universidade nacional pública	n	16	14	30
	%	45,7%	66,7%	53,6%
Outra universidade nacional privada	n	2	4	6
	%	5,7%	19,0%	10,7%
Outra estrangeira	n	-	2	2
	%	-	9,5%	3,6%
Outras	n	-	1	1
	%	-	4,8%	1,8%
Total	n	35	21	56
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Se, por um lado, este fenómeno da endogamia pode ser relacionado com a eventual dificuldade ou facilidade de obter formação em determinada área em IES diferentes daquela à qual o docente está afeto, por outro lado pode levantar questões que se prendem com a seleção e os processos de recrutamento dos docentes de uma instituição. No presente caso e face aos dados, parece-nos que os docentes que pretendem qualificações na área dos serviços de segurança (CNAEF86), tendem a encontrar a maior oferta nas IES públicas universitárias em detrimento das restantes IES.

Se, por outro lado, analisarmos a questão da endogamia medida pela coincidência entre a instituição que conferiu a licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, observamos que também aqui a situação se mantém (ver Tabela 320). De facto, e de forma transversal ao subsistema ou setor, a maioria dos docentes obteve a sua licenciatura num estabelecimento diferente daquele onde atualmente trabalha.

Tabela 320 - CNAEF86: Corpo docente por instituição conferente da licenciatura

Instituição de licenciatura		Universitário		Politécnico		Total
		Público	Privado	Público	Privado	
Mesma	n	1	6	1	1	9
	%	9,1%	33,3%	14,3%	14,3%	20,9%
Outra universidade nacional pública	n	5	10	4	4	23
	%	45,5%	55,6%	57,1%	57,1%	53,5%
Outra universidade nacional privada	n	4	1	-	-	5
	%	36,4%	5,6%	-	-	11,6%
Outro politécnico nacional público	n	1	-	2	2	5
	%	9,1%	-	28,6%	28,6%	11,6%
Outras	n	-	1	-	-	1
	%	-	5,6%	-	-	2,3%
Total	n	11	18	7	7	43
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em relação a esta questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha.

#### 4.22.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a investigação científica do corpo docente da área CNAEF86, serviços de segurança. A Tabela 321 apresenta o número e percentagem de docentes desta área que indicaram pelo menos 1 referência de investigação científica de cada categoria, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

Da observação desta tabela retira-se que a investigação realizada pelos docentes da área dos serviços de segurança (CNAEF86), tem uma presença mais nacional do que internacional. Verifica-se que a maior parte dos docentes desta área e que estão integrados no ensino universitário, indicou pelo menos um artigo nacional. No entanto, no caso dos docentes do ensino universitário privado, estes também mencionaram pelo menos uma referência na categoria de artigo em ata internacional.

**Tabela 321 – CNAEF86: Corpo docente por categorias de referências de investigação científica**

Investigação		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Livros nacionais	n	1	3	-	2
	%	1,0%	10,7%	-	9,5%
Livros internacionais	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Capítulos nacionais	n	-	3	1	-
	%	-	10,7%	2,9%	-
Capítulos internacionais	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Artigos nacionais	n	3	4	1	-
	%	3,1%	14,3%	2,9%	-
Artigos internacionais	n	1	2	1	-
	%	1,0%	7,1%	2,9%	-
Artigos atas nacionais	n	-	4	2	1
	%	-	14,3%	5,7%	4,8%
Artigos atas internacionais	n	-	6	1	1
	%	-	21,4%	2,9%	4,8%
Atividades artísticas	n	-	-	-	-
	%	-	-	-	-
Teses/Dissertações	n	3	3	1	2
	%	3,1%	10,7%	2,9%	9,5%
Outras	n	-	2	-	2
	%	-	7,1%	-	9,5%

No que se refere ao politécnico público, existe a referência a artigos em atas nacionais. Relativamente ao politécnico privado, as referências mais indicadas foram as teses/dissertações e outras.

#### 4.22.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A informação que se apresenta nesta secção pretende caracterizar a experiência profissional do corpo docente da área CNAEF86, serviços de segurança.

A Tabela 322 apresenta o número e percentagem de docentes da área em análise que indicaram pelo menos 1 referência de cada tipo de experiência académica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se insere.

**Tabela 322 - CNAEF86: Corpo docente por referências de experiência académica**

Experiência académica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Gestão de topo (universidades, politécnicos)	n	1	-	-	-
	%	1,0%	-	-	-
Gestão intermédia (faculdades, escola e departamentos)	n	-	-	3	1
	%	-	-	8,6%	4,8%
Gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, etc.)	n	21	3	1	-
	%	21,9%	10,7%	2,9%	-
Comissões/grupos diversos (qualidade, avaliação, etc.)	n	-	1	1	-
	%	-	3,6%	2,9%	-
Docência noutra IES	n	6	9	3	5
	%	6,3%	32,1%	8,6%	23,8%
Docência noutra instituição de ensino (não superior)	n	13	-	5	4
	%	13,5%	-	14,3%	19,0%
Participação em projetos de investigação	n	5	9	4	7
	%	5,2%	32,1%	11,4%	33,3%
Coordenação unidades e/ou grupos de investigação	n	1	2	-	-
	%	1,0%	7,1%	-	-
Outras	n	5	2	1	-
	%	5,2%	7,1%	2,9%	-

No ensino universitário público, a maior parte dos docentes desta área indicou pelo menos um cargo de gestão científica e pedagógica (cursos, conselho pedagógico, conselho científico, entre outros) (22%).

No setor privado, a maior parte dos docentes refere a participação em projetos de investigação (32% no universitário e 33% no politécnico). De referir que, no caso universitário, os docentes também referem a docência noutra IES (32%).

Relativamente ao politécnico privado, 33% (7) mencionam a participação em projetos de investigação.

Relativamente à experiência extra-académica, a Tabela 323 apresenta o número e percentagem de docentes da CNAEF86, serviços de segurança, que indicaram pelo

menos 1 referência de cada tipo de experiência extra-acadêmica, tendo em conta o setor (público ou privado) e o subsistema (universitário ou politécnico) de ensino em que cada docente se enquadra.

Tabela 323 - CNAEF86: Corpo docente por referências de experiência extra-acadêmica

Experiência extra-acadêmica		Universitário		Politécnico	
		Público	Privado	Público	Privado
Órgãos do governo central	n	2	1	1	-
	%	2,1%	3,6%	2,9%	-
Órgãos do governo local e regional	n	1	4	1	-
	%	1,0%	14,3%	2,9%	-
Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos	n	86	16	25	10
	%	89,6%	57,1%	71,4%	47,6%
Instituições internacionais	n	11	4	4	2
	%	11,5%	14,3%	11,4%	9,5%
Organizações privadas com fins lucrativos	n	2	13	6	10
	%	2,1%	46,4%	17,1%	47,6%
Consultoria	n	-	3	1	6
	%	-	10,7%	2,9%	28,6%
Investigação e desenvolvimento (coordenação e/ou investigação em empresas ou unidades privadas)	n	2	1	1	1
	%	2,1%	3,6%	2,9%	4,8%
Outras	n	1	7	3	2
	%	1,0%	25,0%	8,6%	9,5%

A maior parte do corpo docente da área dos serviços de segurança, quer do ensino universitário quer do politécnico, refere pelo menos uma experiência extra-acadêmica em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. De referir que no caso do politécnico privado, os docentes também referem, na mesma percentagem, experiências em organizações privadas com fins lucrativos (48%).

5. COMPARAÇÃO ENTRE ÁREAS CNAEF

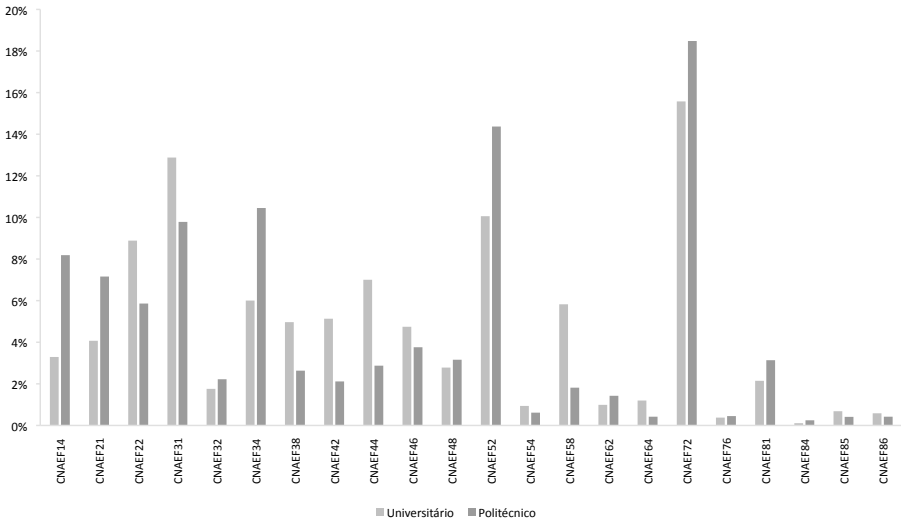
A informação constante na presente secção pretende salientar as principais diferenças encontradas relativamente às diversas áreas trabalhadas. Para o efeito e uma vez considerado o total de docentes que exercem funções nas IES portuguesas, foi analisada a respetiva distribuição por CNAEF, em relação a cada uma das variáveis associadas aos perfis em estudo.



5.1. PERFIL PESSOAL

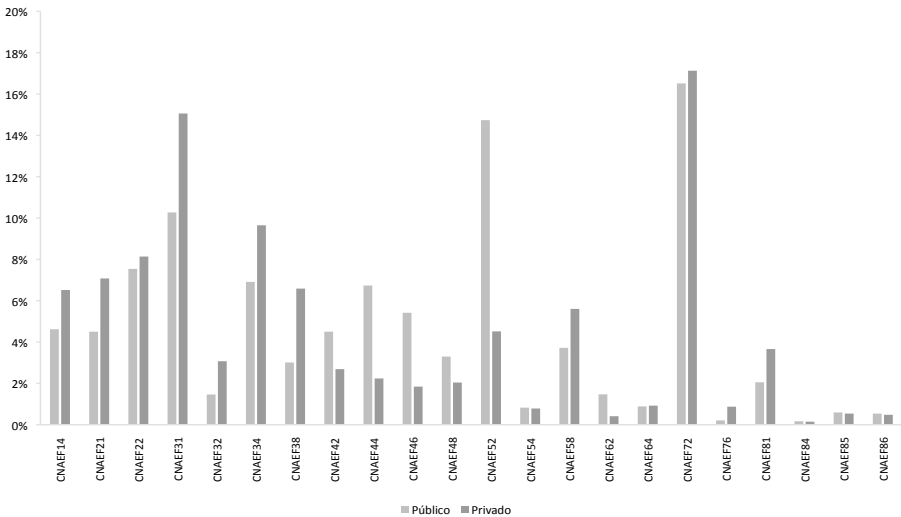
Tendo por base o subsistema de ensino e relativamente ao ensino universitário, o Gráfico 1 permite identificar a área da saúde (CNAEF72) e a área das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31) como aquelas que detêm a maior percentagem de docentes. No que respeita ao ensino politécnico, o mesmo gráfico identifica a área da saúde (CNAEF72) e a área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52) como sendo aquelas que, em valores relativos (em função do total de docentes nacionais que exercem funções no politécnico), detêm o maior número de docentes.

Gráfico 1 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: subsistemas



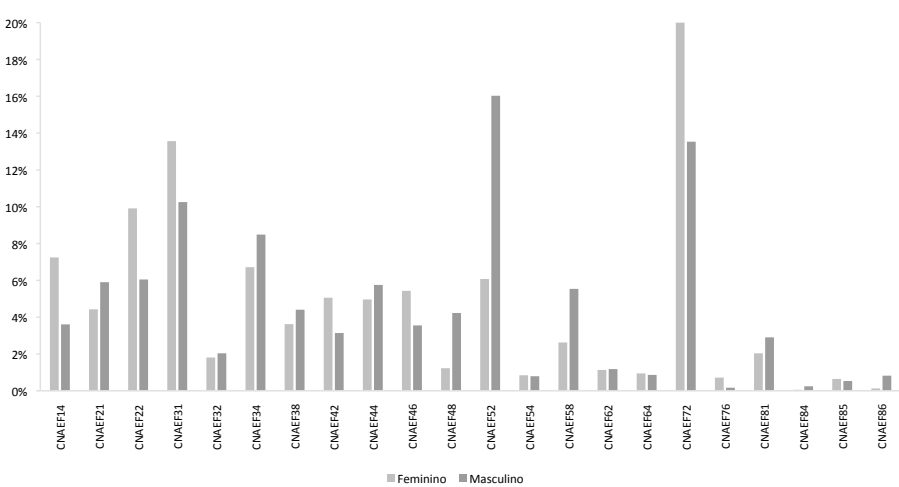
Tendo por base o subsetor de ensino e relativamente ao setor público, o Gráfico 2 permite identificar a área da saúde (CNAEF72) e da engenharia e técnicas afins (CNAEF52) como aquelas que, em número total de docentes, têm maior representação. No que respeita ao setor privado, o mesmo gráfico identifica a área da saúde (CNAEF72) e a área das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31) como sendo aquelas que, em valores relativos (em função do total de docentes nacionais que exercem funções no privado), detêm o maior número de docentes.

Gráfico 2 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: subsectores



No que respeita à distribuição por género e entre todas as áreas, a saúde (CNAEF72) e as ciências sociais e do comportamento (CNAEF31) são aquelas onde a percentagem de mulheres é maior (Gráfico 3). Quando comparamos a presença dos homens entre as diferentes áreas, observamos que é na área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52) e na área da saúde (CNEF72) que existem mais homens.

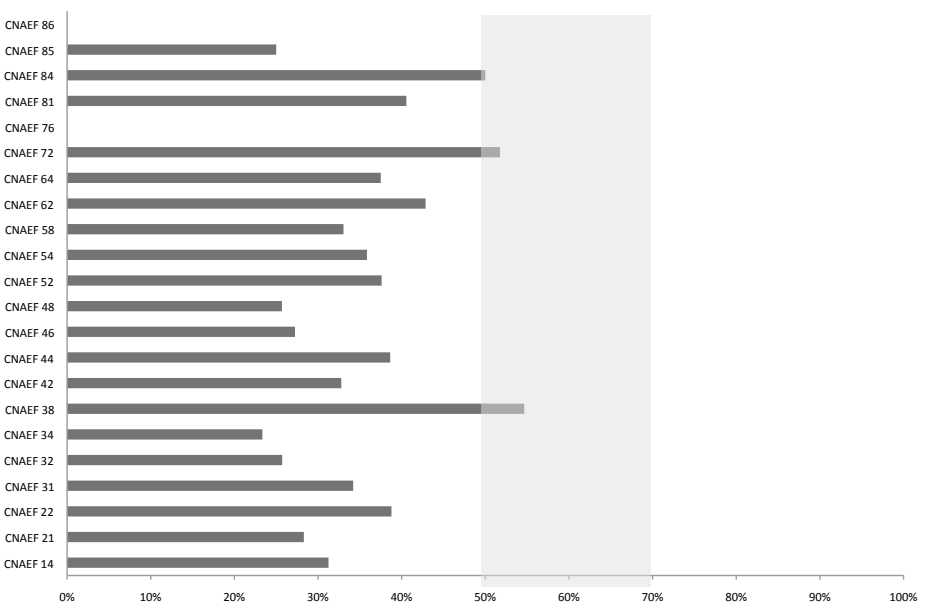
Gráfico 3 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: género



Trabalhando agora sobre o cumprimento da legislação que regulamenta ambos os subsistemas de ensino, interessou-nos perceber que áreas estão mais perto de atingirem os valores percentuais previstos na lei e que áreas se afastam mais.

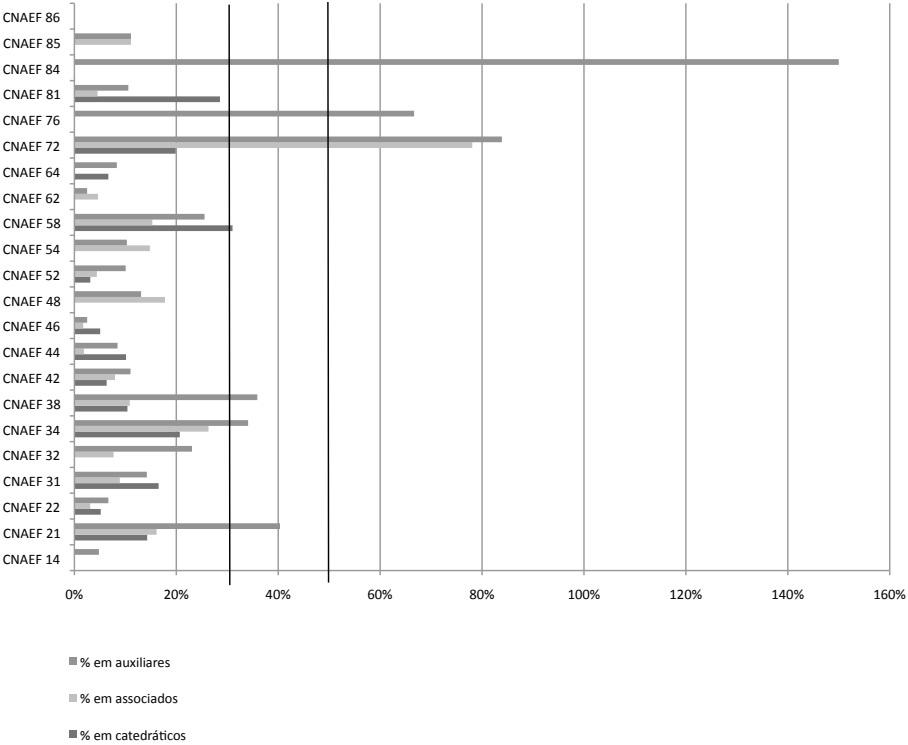
No que se refere ao ensino universitário público e ao artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, que estipula que, *o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira*, verificamos (Gráfico 4) que apenas as áreas do direito (CNAEF38), da saúde (CNAEF72) e dos serviços de transporte (CNAEF84) conseguem atingir os valores estipulados, com 55%, 52% e 50%, respetivamente.

Gráfico 4 – Distribuição por CNAEF da % de professores associados e catedráticos de carreira



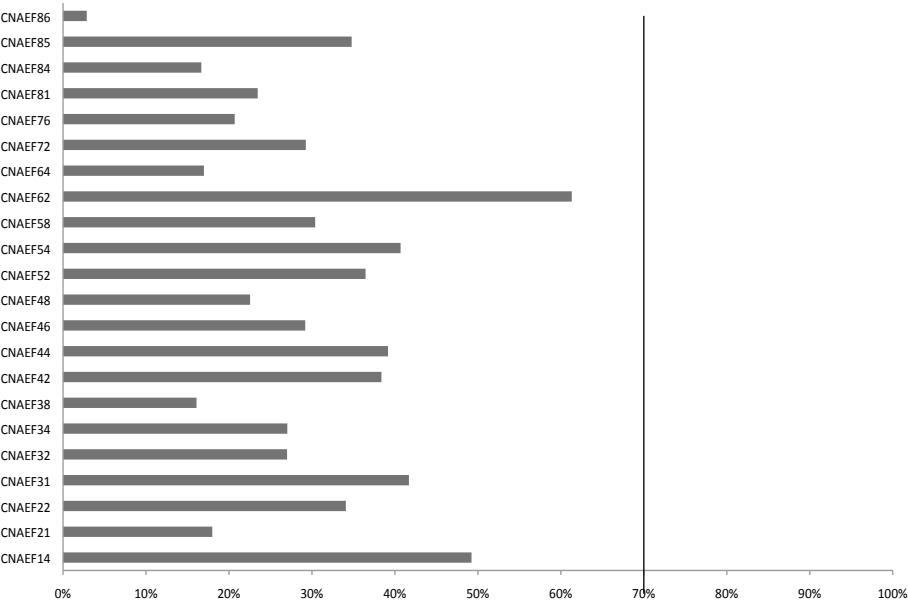
Já no que se refere ao ensino universitário público e ao artigo 15º do ECDU, que estipula que, *o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira*, verificamos (Gráfico 5) que várias áreas ultrapassam o limite estipulado: artes (CNAEF21), ciências empresariais (CNAEF34), direito (CNAEF38), saúde (CNAEF72), serviços sociais (CNAEF76) e serviços de transporte (CNAEF84) com, respetivamente, 40%, 34%, 36%, 84%, 67% e 150% na categoria de professor auxiliar convidado.

Gráfico 5 – Distribuição por CNAEF da % de professores convidados e visitantes, nas categorias de catedrático, associado e auxiliar



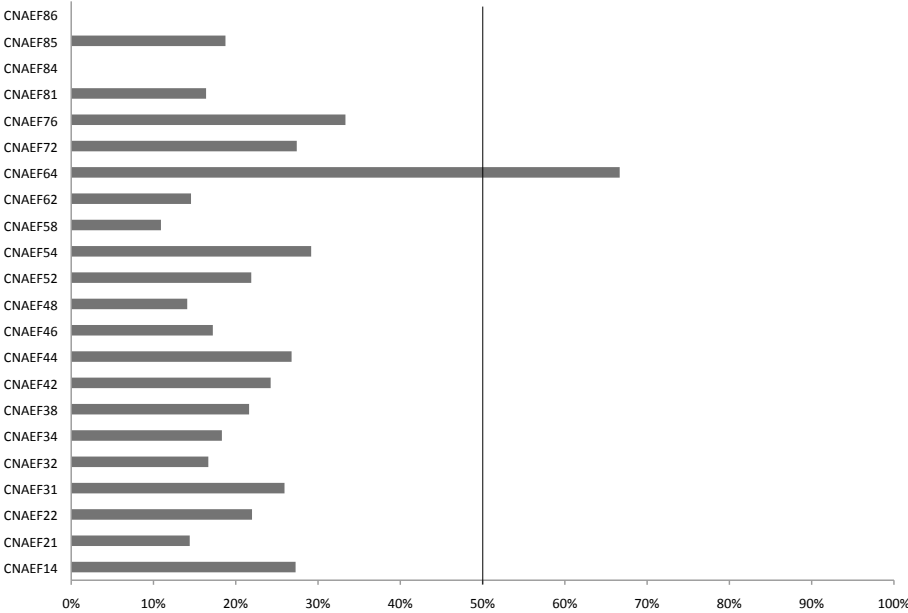
No que se refere ao ensino politécnico público e ao ponto 1 do artigo 84º do ECPDESP, que estipula que *o conjunto dos professores da carreira deve representar, pelo menos, 70 % do número de docentes de cada instituição de ensino superior*, verificamos (Gráfico 6) que nenhuma das áreas consegue atingir o valor estipulado.

Gráfico 6 – Distribuição por CNAEF da % de professores de carreira (relativamente ao número de docentes)



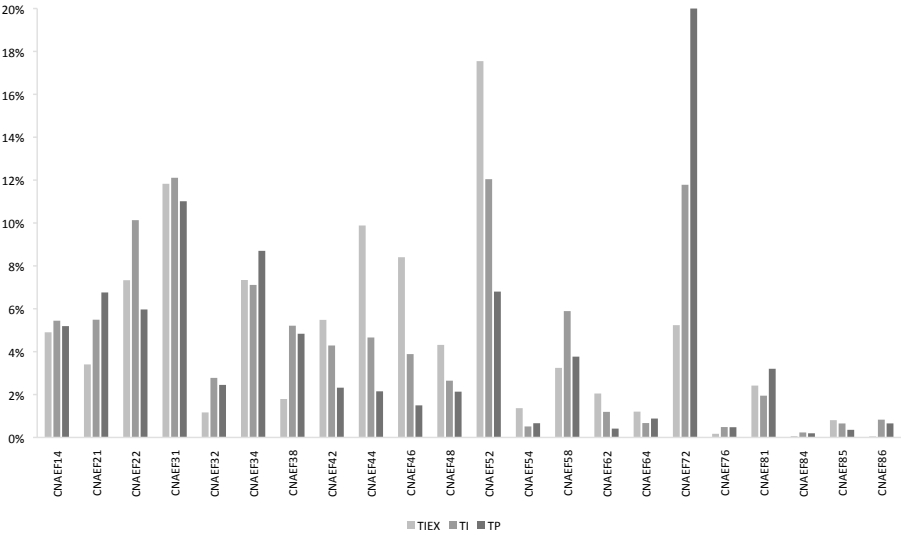
Já no que se refere ao ensino politécnico público e ao ponto 4 do artigo 84º do ECP-DESP que estipula que o número de professores coordenadores da carreira não pode ser superior a 50 % do número de professores da carreira de cada instituição de ensino superior, verificamos (Gráfico 7) que apenas a área das ciências veterinárias (CNAEF64) ultrapassa o valor estipulado.

Gráfico 7 – Distribuição por CNAEF da % de professores coordenadores de carreira (relativamente ao número de professores de carreira)



No que se refere ao regime de tempo, salientamos que a área que se destaca por ter mais docentes em tempo integral com exclusividade (TIEX) é a engenharia e técnicas afins (CNAEF52), enquanto a área que se destaca por ter mais docentes em tempo parcial (TP) é a saúde (CNAEF72) (Gráfico 8).

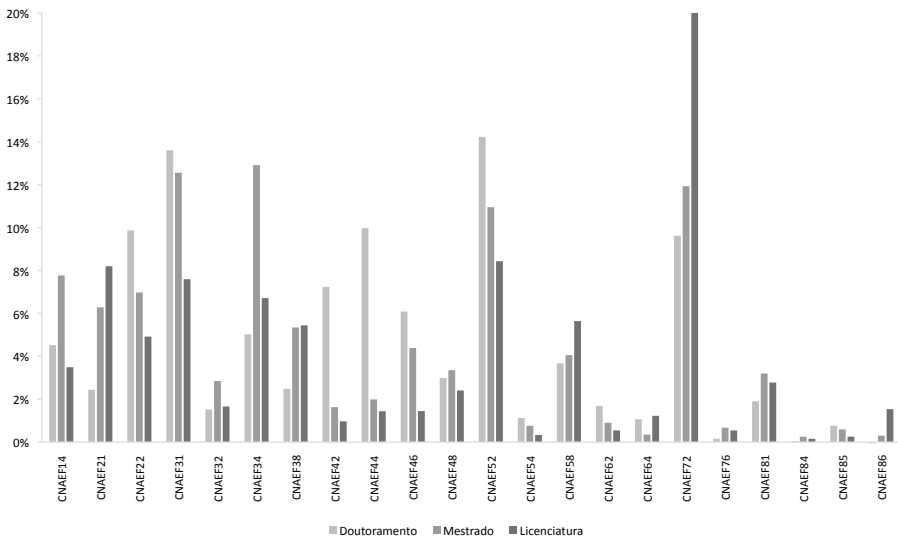
Gráfico 8 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: regime de tempo



5.2. PERFIL ACADÉMICO

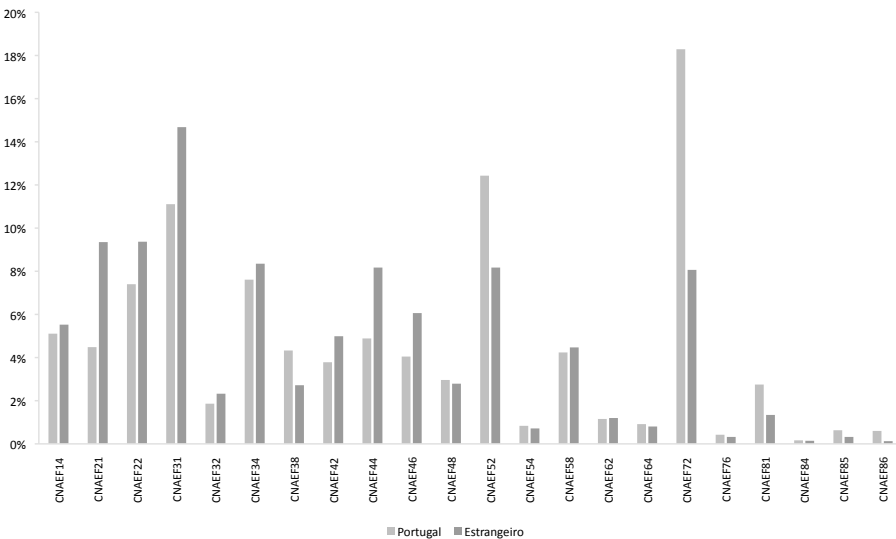
Tendo por base o grau académico mais elevado, o Gráfico 9 permite identificar que, de entre todas as áreas, a área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52) e a área das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31) como aquelas que, em percentagem de docentes, têm maior número de doutorados. Analogamente, de entre todas as áreas, as ciências empresariais (CNAEF34), as ciências sociais e do comportamento (CNAEF31) e a saúde (CNAEF72) são as que, em percentagem de docentes, têm o maior número de mestres. Por fim, o mesmo gráfico identifica a área da saúde (CNAEF72) como sendo aquela que, de entre todas, se destaca por ter a maior percentagem de licenciados.

Gráfico 9 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: último grau académico



A análise dos dados recolhidos (Gráfico 10), relativa à problemática da internacionalização, revela que é a área da saúde (CNAEF72) a que maior percentagem tem de docentes que obtiveram o seu último grau em Portugal. Por outro lado, de entre todos os docentes que obtiveram o seu último grau fora do País, os que exercem a sua profissão nas ciências sociais e do comportamento (CNAEF31) representam a área que maior grau de internacionalização possui.

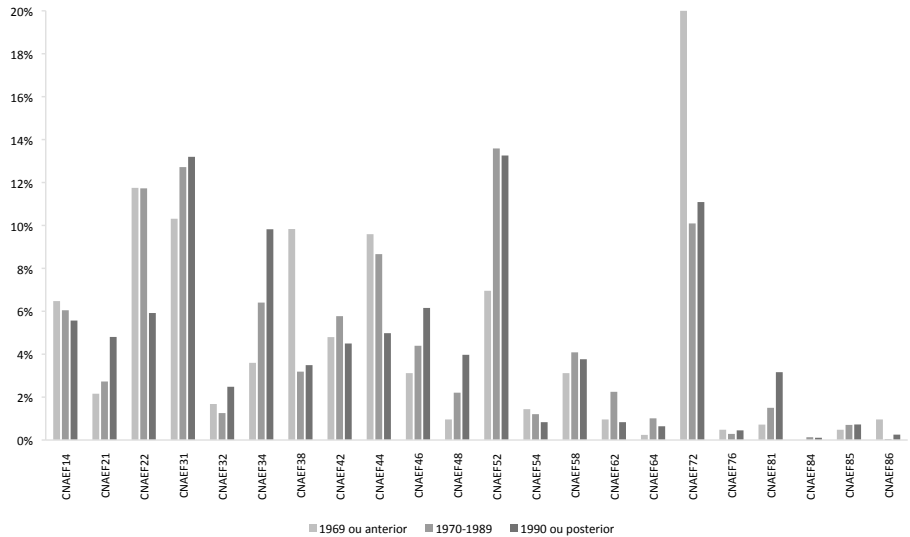
Gráfico 10 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: local de obtenção do último grau académico





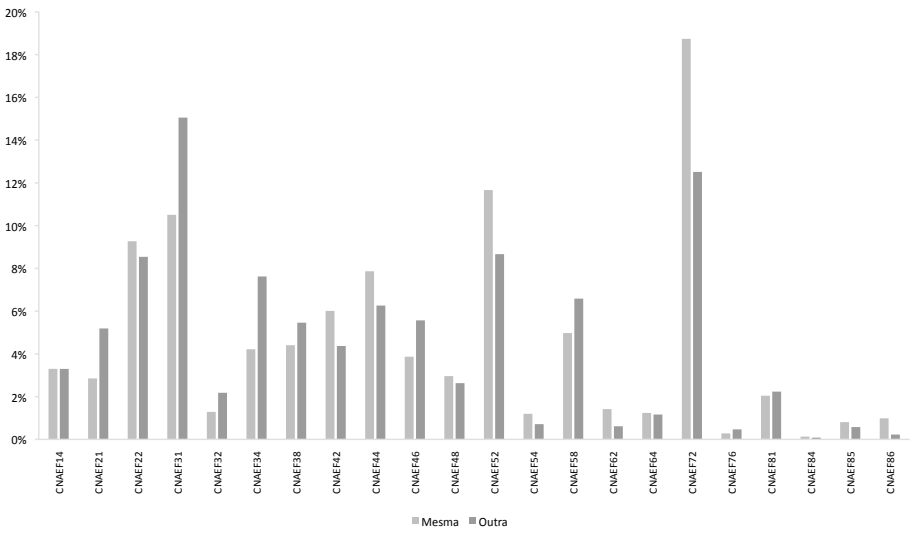
Quando nos debruçamos sobre a questão da idade (e considerando o período de obtenção da licenciatura como um proxy da idade), o Gráfico 11 revela que é sobretudo na área da saúde (CNAEF72), onde encontramos a maior percentagem de docentes com mais idade. Por outro lado, o mesmo gráfico mostra que os docentes mais jovens se distribuem entre a área das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31), a área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52) e a área da saúde (CNAEF72).

Gráfico 11 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: período de obtenção da licenciatura (proxy da idade)



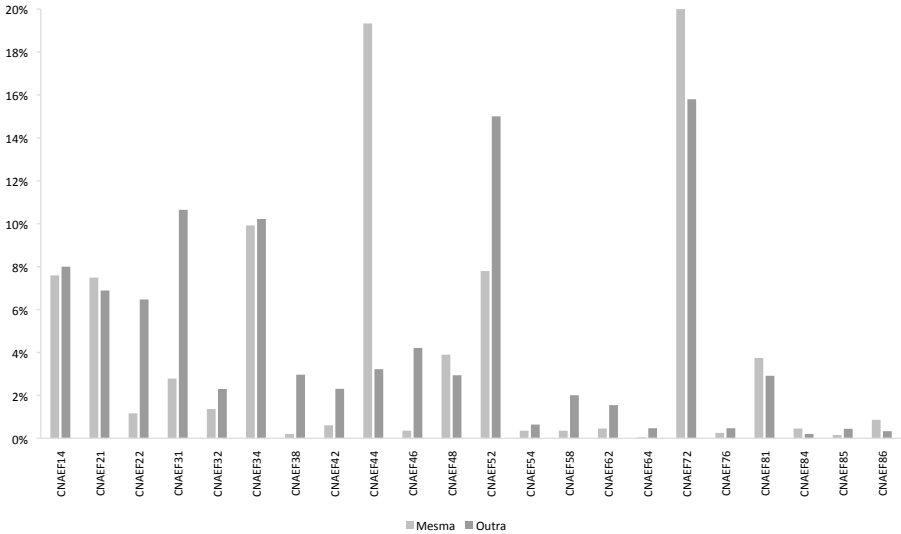
Relativamente à problemática da endogamia, medida pela coincidência entre a IES que conferiu o grau mais elevado concluído pelo docente e a IES onde exerce a docência, esta foi analisada separadamente para cada subsistema. No caso do universitário, verifica-se que a maior parte do corpo docente das IES que exerce a sua função docente na mesma instituição onde completou o seu último grau está na área da saúde (CNAEF72), seguida da área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52) (ver Gráfico 12). Por outro lado, a área onde a maior parte do corpo docente que exerce funções noutra IES que não aquela onde completou o seu último grau académico é a área das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31).

Gráfico 12 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: endogamia do último grau, ensino universitário



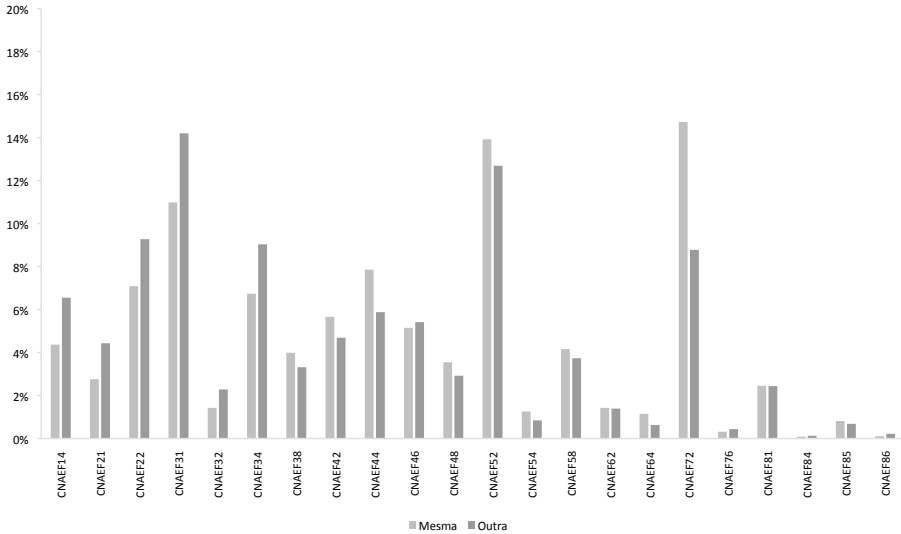
No que se refere à endogamia mas no subsistema politécnico, verifica-se que a maior percentagem do corpo docente das IES portuguesas que exerce a sua função docente na mesma instituição onde completou o seu último grau está na área da saúde (CNAEF72), seguida da área das ciências físicas (CNAEF44) (ver Gráfico 13). Por outro lado, as áreas com maior percentagem do corpo docente que exerce funções noutra IES que não aquela onde completou o seu último grau académico é a da saúde (CNAEF72) e a da área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52).

Gráfico 13 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: endogamia do último grau, ensino politécnico



O caso da endogamia, agora na perspetiva da coincidência da IES que conferiu o grau de licenciatura concluída pelo docente e a instituição onde o docente trabalha, pode ser observada no Gráfico 14. Desta análise, retira-se que a maior percentagem do corpo docente das IES portuguesas que exerce a sua função docente na mesma instituição onde completou a licenciatura se encontra na área da saúde (CNAEF72) ou na área da engenharia e técnicas afins (CNEAF52). Por outro lado, a maior percentagem do corpo docente que exerce funções noutra IES que não aquela onde obteve o grau de licenciado é da área das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31) ou da área da engenharia e técnicas afins (CNAEF52).

Gráfico 14 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: instituição conferente da licenciatura

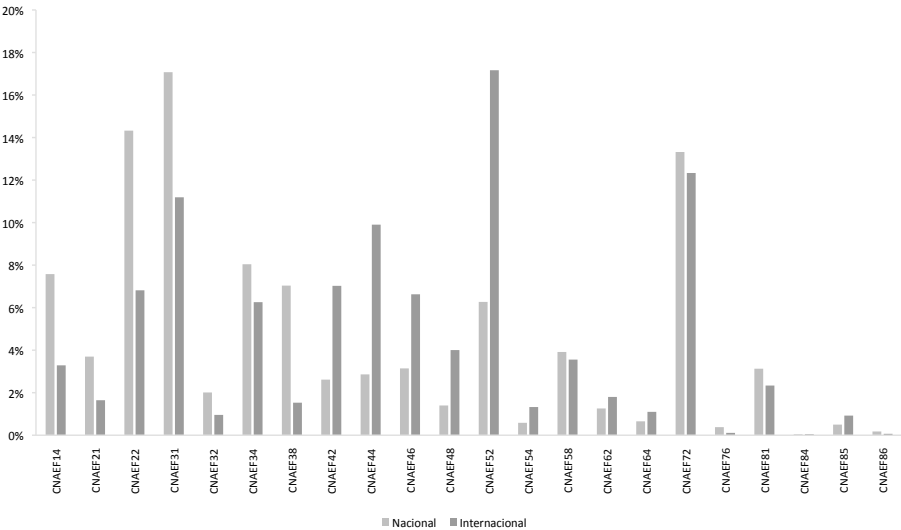


### 5.3. PERFIL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Relativamente à investigação científica optamos por agregar as referências de investigação em dois grupos, nacional e internacional, para se poder analisar a internacionalização da investigação realizada pelo corpo docente das IES portuguesas. O primeiro grupo inclui todas as referências identificadas como de âmbito nacional: livros nacionais, capítulos nacionais, artigos nacionais e artigos em atas nacionais; o segundo grupo inclui as referências classificadas como internacionais: livros internacionais, capítulos internacionais, artigos internacionais e artigos em atas internacionais. Nesta análise não foram incluídas as categorias de atividades artísticas, teses/dissertações e outras, por não terem a referência nacional ou internacional.

O Gráfico 15 representa a distribuição das referências organizadas em dois grupos segundo a CNAEF. Da observação deste gráfico, pode-se concluir que as áreas das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31), das humanidades (CNAEF22) e da saúde (CNAEF 72) se destacam na produção científica nacional. Por outro lado, a produção científica internacional está mais representada nas áreas da engenharia e técnicas afins (CNAEF52), da saúde (CNAEF72) e das ciências sociais e de comportamento (CNAEF31).

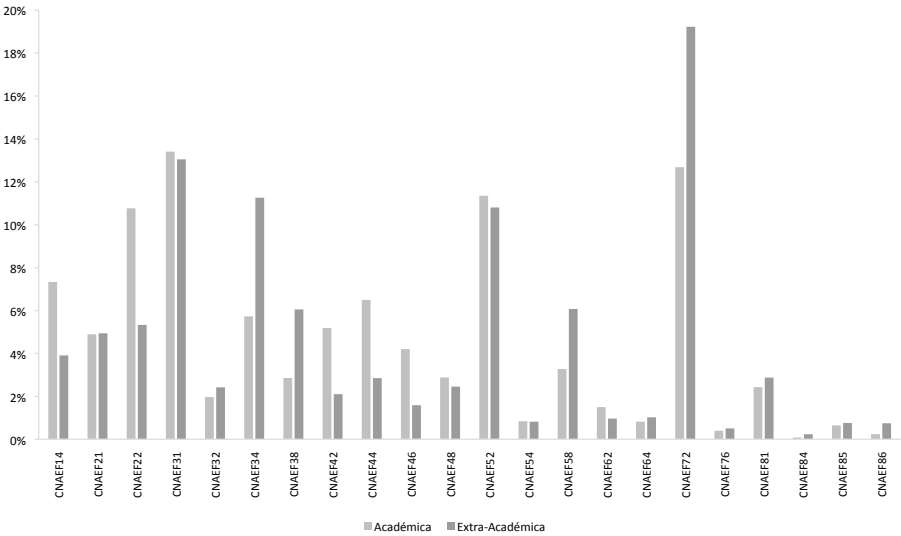
Gráfico 15 – Distribuição das referências de investigação por CNAEF: internacionalização da investigação



### 5.4. PERFIL DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Em relação às referências recolhidas sobre a experiência profissional, na presente análise (comparação por CNAEF) optamos por agregar todas as referências a experiências académicas num grupo, e todas as referências a experiências extra-académicas noutro grupo. O Gráfico 16 apresenta a informação obtida de acordo com esta classificação.

Gráfico 16 – Distribuição do corpo docente por CNAEF: experiência profissional



Assim, verifica-se que a maior parte do corpo docente das IES portuguesas que referiu pelo menos uma experiência académica se integra na área das ciências sociais e do comportamento (CNAEF31). Por outro lado, a maior parte do corpo docente que referiu pelo menos uma experiência extra-académica faz parte da área da saúde (CNAEF72).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou-se para caracterizar o corpo docente que leciona em ambos os subsistemas de ensino (universitário e politécnico) e em ambos os setores de ensino (público e privado), em todas as IES portuguesas. Os indicadores utilizados incorporaram perfis de análise pessoal, académico, de investigação científica e de experiência profissional. Por forma a permitir um conhecimento mais específico, foram ainda caracterizadas cada uma das áreas CNAEF.

O estudo envolveu um total de 34 902 docentes, todas as 105 IES públicas e privadas, universitárias e politécnicas nacionais e as 22 áreas CNAEF. Com base nos dados fornecidos, organizámos a informação de acordo com 4 perfis: pessoal, académico, de investigação científica e de experiência profissional.

No seu global, e no que respeita ao perfil pessoal, realçamos o facto de que, embora o artigo 84º do ECDU, em vigor desde 2009, estipule que, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira, muito caminho há a ainda a fazer, uma vez que uma progressão na categoria representa salários mais elevados, num contexto nacional de grandes constrangimentos financeiros. Por outro lado, nem sempre é verificado o cumprimento do estipulado no artigo 15º do ECDU de que o número máximo de professores catedráticos, associados e auxiliares convidados e visitantes não pode, em cada instituição de ensino superior, exceder um terço, respetivamente, do número de professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira. No que se refere ao ensino politécnico público e globalmente, também há lugar a uma necessidade de reavaliação das políticas em vigor face ao que é atualmente exigido pelo ECPDESP (DGES, 2009b). Uma vez que a legislação da carreira universitária (DGES, 2009a) e da carreira politécnica (DGES, 2009b) apontam, no ponto 1 dos seus artigos 67º e 34º, respetivamente, para uma aproximação, em regra, ao regime de dedicação exclusiva (sem prejuízo da opção do docente pelo regime de tempo integral), os dados apresentados parecem indicar que um longo caminho há ainda a percorrer pelas IES, nomeadamente pelo setor privado, no pressuposto de uma aproximação às determinações legais que regulam o regime público.

No seu global, e no que respeita ao perfil académico, salientamos o facto de que, à luz da atual legislação (DGES, 2009a, 2009b) que define o doutoramento como grau de entrada na carreira no ensino superior, e em especial no politécnico, parece existir um alerta vincado para a necessidade de formação de docentes. A mesma ideia, como é referido no ponto 1 dos artigos 19º e 15º do regime transitório de ambos os estatutos (universitário e politécnico, respetivamente), reforça a importância dos poderes políticos e institucionais promoverem as necessárias condições para apoiar o processo de qualificação dos docentes do ensino superior.

A internacionalização, medida pelo país de obtenção do grau mais elevado concluído pelo docente (Portugal ou estrangeiro), é outra das variáveis que é possível analisar a partir da informação fornecida à A3ES e que foi disponibilizada pelas fichas curriculares

dos docentes. Neste campo, e, novamente, de forma transversal a ambos os setores e a ambos os subsistemas, é possível concluir que a esmagadora maioria dos docentes concluiu o seu grau mais elevado numa IES portuguesa. Por outro lado, e com a exceção da CNAEF62 (agricultura, silvicultura e pescas) a distribuição da década de obtenção da licenciatura apresenta uma assimetria negativa, facto que parece indicar anos de graduação relativamente recentes e, consequentemente, um corpo docente relativamente jovem. Em relação à questão da endogamia os dados recolhidos mostram, claramente, uma forte presença desta no ensino universitário público: a maioria dos docentes que trabalha numa instituição do ensino universitário público obteve pelo menos um grau nessa mesma instituição, sendo esta presença ainda mais notória em relação ao último grau obtido. Acresce que os politécnicos não podem conferir o grau de doutor, pelo que aqueles que no politécnico trabalham na instituição que lhes conferiu o grau, não podem ter mais do que o mestrado, a licenciatura, ou o bacharelato pré-Bolonha. No seu global e no que respeita ao perfil de investigação científica, enquanto a maioria dos docentes do ensino público produz artigos internacionais, a maioria dos docentes do ensino privado publica artigos nacionais. Dependendo da especificidade própria de cada CNAEF analisada, a investigação pode assumir com maior ênfase outras categorias como as atividades artísticas na CNAEF21.

No que respeita ao perfil de experiência profissional e, em particular na experiência académica, a maior parte do corpo docente afeto ao ensino público refere a participação em projetos de investigação e cargos de gestão científica e pedagógica. No caso do corpo docente integrado em IES privadas, existem referências à participação em projetos de investigação e à docência noutra IES. Por fim, e relativamente à experiência extra-académica, verifica-se uma forte evidência de cargos em organizações privadas com fins lucrativos (esta mais forte no setor privado) e/ou instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Mas os resultados conseguidos com a análise de dados suscitam, igualmente, reflexões sobre a multidimensionalidade das mudanças que ocorrem no ensino superior ou dos perfis idealizados do corpo docente que leciona nas IES portuguesas. Em particular e porque está em curso uma nova avaliação nacional, importa perceber que alterações ocorreram nestes últimos anos, e se as mesmas estão a ir mais claramente ao encontro do estipulado pela via legislativa.

A finalizar e porque muito tem sido dito sobre a importância da investigação científica no ensino superior, importaria também considerar alguns elementos adicionais a obter das fichas curriculares. Por exemplo, a carga horária média de cada docente e até que ponto a mesma pode ou não estar relacionada com a quantidade e a qualidade da investigação que é feita. Por outro lado, e embora a questão da carreira académica possa ter, globalmente, uma linha condutora dentro de determinada área científica, a circunstância atual em que a diversidade de competências é incentivada, leva, de facto, um conjunto alargado de docentes a reformularem a sua área de formação académica. Em termos de acesso a concursos públicos e, portanto, de progressão na carreira, este facto apresenta-se como fator altamente limitativo uma vez que tais docentes com formação altamente especializada numa dada área, acabam por lecionar em áreas diferentes, nomeadamente no ensino politécnico.

## 7. ANEXO 1 – FICHA CURRICULAR DO DOCENTE

### Ficha Curricular do Docente / *Academic Staff Curricular file*

#### Dados Pessoais / *Personal Data*

Nome / <i>Name</i>
Instituição / <i>Institution</i>
Categoria / <i>Category</i>
Regime de tempo / <i>Employment Regime</i>

#### Formação Académica / *Academic Training*

Ano / <i>Year</i>	Grau / <i>Degree</i>	Área / <i>Area</i>	Instituição / <i>Institution</i>	Classificação / <i>Mark</i>

#### Investigação e/ou Atividades de Desenvolvimento Profissional de Alto nível Relevantes (5 referências)

#### *Relevant Research and/or High Level Professional Development Activities (5 references)*


#### Experiência Profissional Relevante (5 referências) / *Relevant Professional Experience (5 references)*


#### Termo de aceitação / *Declaration of acceptance*

Nome / *Name* .....

Declara aceitar lecionar a partir do ano lectivo / *Declares to accept from academic year* .....

as seguintes disciplinas / *the following disciplines*

Unidade Curricular / <i>Curricular Unit</i>	Tipo / <i>Type</i>	Horas por semana / <i>Hours per Week</i>

#### Assinatura / *Signature*

.....



## 8. REFERÊNCIAS

A3ES. (2014). Guião para a autoavaliação. Retrieved June 16, 2015, from [http://www.a3es.pt/sites/default/files/Guião\\_ACEF\\_2014\\_2015\\_Univ\\_Polit\\_PT.pdf](http://www.a3es.pt/sites/default/files/Guião_ACEF_2014_2015_Univ_Polit_PT.pdf)

A3ES. (2015). Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Retrieved July 12, 2015, from <http://a3es.pt/>

DGES. (2009a). Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de Agosto - Estatuto da Carreira Docente Universitária. Diário da República, 1ª série(nº 168), 31 de Agosto.

DGES. (2009b). Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de Agosto - Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico. Diário da República, 1ª série(nº 168), 31 de Agosto.

DGES - Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho. (2005). Portaria nº 256/2005 de 16 de março - Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação. Diário da República, 1ª série(nº53), 16 de março.